

<p>IDENTIDADE</p> <p>FILIAÇÃO-PAI <u>Antonio Macarini</u></p> <p>MÃE <u>Genoefa Girardi Macarini</u></p> <p>IDADE <u>23 Mar 1932</u> ESTADO CIVIL <u>casado</u></p> <p>PROFISSÃO <u>Advogado/Professor e</u> POSTO OU GRAD. <u>Tec. de Contabilidade.</u></p> <p>FUNÇÃO</p> <p>NACIONALIDADE <u>Bras.</u> NATURAL DE <u>CAPINZAL/SC</u></p> <p>LÊ ESCREVE CERT. RESERVISTA</p> <p>TÍTULO ELEITOR LOCAL TRABALHO</p> <p>ESTUDANTE ESCOLA</p> <p>..... NÍVEL <u>Superior</u></p> <p>RESIDÊNCIA</p> <p>OUTROS DADOS <u>Dep. Federal p/MDR/SC</u></p> <p>.....</p>	FOTO	NOME PAULO MACARINI
HISTÓRICO		
<p>- Através o D.O. nº 12, de 17 Jan 69, teve cassado seu mandato eletivo e suspensos seus direitos políticos pelo prazo de 10 anos com base no Ato Institucional nº 5, de 13 Dez 68.</p>		
		CIC

NOME
PAULO MACCARINI



IDENTIDADE

FILIAÇÃO - PAI

MÃE

IDADE ESTADO CIVIL

PROFISSÃO POSTO OU GRAD.

FUNÇÃO

NACIONALIDADE NATURAL DE

LÊ ESCREVE CERT. RESERVISTA

TÍTULO ELEITOR LOCAL TRABALHO

ESTUDANTE ESCOLA

..... NÍVEL

RESIDÊNCIA

OUTROS DADOS DEPUTADO!

FICHA DE IPM Nº 26.2.693 HISTÓRICO PROTOCOLO GERAL 118/69

- 09.04.68 - Indiciado em IPM instaurado para apurar responsabilidades pelas agitações ocorridas em fins de março de 1968, em Brasília, relativamente as agitações comuno-estudantis na UnB.
- Có-autor nos delitos verificados na UnB. Estimulou os dirigentes subversivos da FEUB, confabulou com eles, recebendo-os na Câmara dos Deputados, procurando defendê-los; parlamentarizando / com autoridades para buscar a impunidade, desafiando publicamente a LSN
- 14.02.69 - Encerramento do IPM com a remessa dos autos ao Exmo Sr Cmt da 11ª RM, para SOLUÇÃO.
- 24.02.69 - Em SOLUÇÃO, o Exmo Sr Cmt da 11ª RM enquadrou o indiciado como incurso em crimes contra a Segurança Nacional, determinando a remessa dos autos à Auditoria da 4ª RM.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVICO NACIONAL DE INFORMAÇÕES



FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 057	2. DATA: 9/1/69
3. NOME: PAULO MACARINI	
4. FILIAÇÃO:	
5. DATA DO NASCIMENTO: 23 DE MARÇO DE 1932	
6. NACIONALIDADE: BRASILEIRA	
7. NATURALIDADE: CAPINZAL/SC	
8. PROFISSÃO: ADVOGADO - DEPUTADO FEDERAL (MDB)	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO: SUPERIOR	
11. RESIDÊNCIA:	

(Ficha Individual de PAULO MACARINI - Continuação - Fls. 2)

12. EXTRATO DE PRONTUÁRIO

- Deputado Federal/MDB.
- Acredita na convivência pacífica entre o socialismo e a democracia.
- Ideologicamente, é esquerdista.
- Deseja a reforma agrária mediante reforma constitucional.
- Diz-se municipalista e cooperativista.
- Responsabilizou o Governo pelo fechamento da Universidade de BRASÍLIA.
- Faz tráfico de influência em proveito de elementos da esquerda.
- Foi contrário à cassação de mandatos de deputados pelo Governo Revolucionário.
- Apoiou a Frente Ampla e a Mobilização Popular do MDB.
- É defensor de eleições diretas e contrário às sublegendas.
- Afirmou que os Atos Institucionais não têm valor jurídico e legal, motivo pelo qual esperava que a Justiça os derrubasse por ocasião do confinamento do jornalista HÉLIO FERNANDES.
- Participou de palestra subversiva liderada pelo Dep MÁRIO COVAS (Nov/67) na UCE de SANTA CATARINA.
- Pretendeu, através de emenda constitucional de sua autoria, revogar os dispositivos da Constituição de 1967 que estabelecem as áreas de segurança para os municípios.
- Afirmou que as verbas conferidas aos órgãos de segurança são excessivas.
- Nas manifestações estudantis de BRASÍLIA, interferiu em detrimento da ação policial.
- Apoiou o movimento de rua, dos bancários.
- É contrário à política econômico-financeira do Governo.
- Apresentou, na Câmara, projeto de emenda constitucional, visando a suprimir o Art. 183 da Constituição e possibilitar a apreciação judicial dos atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução.
- Participou da passeata estudantil decorrente da morte do estudante EDSON LUÍS.
- É favorável à anistia para todos os elementos punidos pela Revolução.
- Subscreveu documento apoiando a ação de HÉLDER CÂMARA no Nordeste.
- Defendeu a tese da negativa, pela Câmara, à solicitação do Governo para processar o deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES.



13. HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

1962 - Elegeu-se deputado federal, pelo PTB.

✓ 1965 - OUT - Na sessão do Congresso, no dia 5, declarou que "o resultado das eleições é a vitória da democracia e a resposta do povo que diz não às leis discriminatórias e deseja escolher livremente os seus governantes".

- Discursou, lamentando "o terrorismo cultural implantado pelo retiro da UnB" e responsabilizando o Governo pelo fechamento daquele estabelecimento de ensino.

1966 - FEV - Registrado que o marginado costuma fazer tráfico de influências, em proveito de elementos da esquerda.

- OUT - Protestou várias vezes, na Câmara, contra a cassação de mandatos de deputados pelo Governo Revolucionário.

1967 - FEV - Declarou que apresentaria emendas "destinadas a fazer com que a nova Lei de Imprensa só entrasse em vigor a partir de 1º de janeiro de 1980".

- JUL - Com vários parlamentares do MDB articulou a convocação extraordinária do Congresso para exame da situação política nacional e adoção de medidas contrárias à intenção do Governo de reeditar os Atos Institucionais.

- AGO - Como membro da Comissão de Segurança Nacional e da Comissão de Minas e Energia, declarou que "A Com Seg Nac não possui nenhuma assessoria organizada; o que ocorre é que deputados lançam mão de amigos, correligionários e de cassados".

- SET - Apoia a FRENTE AMPLA, segundo afirmação do Dep OSVALDO LIMA FILHO, em reunião com membros do ex-PTB.

- Na qualidade de líder em exercício na Câmara, dirigiu telegrama a parlamentares que participaram do V Congresso Brasileiro de Assembleias Legislativas, em RECIFE, encarecendo a conveniência de uma manifestação em prol das eleições diretas.

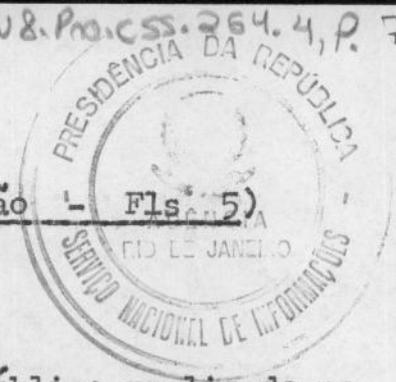
- OUT - Declarou, a respeito do confinamento do jornalista HÉLIO FERNANDES: "espero ardentemente, como democrata, que a Justiça sepulte definitivamente os Atos Institucionais que não têm valor jurídico e legal de ordem alguma".

- NOV - Fez transcrever, nos anais da Câmara, o manifesto dos bispos do Terceiro Mundo, que leu da tribuna, destacando o trecho referente à subversão promovida pelos ricos contra os trabalhadores, através de salários insuficientes e con-



dições desumanas de trabalho.

- NOV - Declarou: "se a ARENA votar contra o projeto de emenda constitucional do MDB, que visa a restabelecer as eleições diretas, não mais poderá ir às praças públicas defender as teses da Oposição, repudiadas no Congresso pela bancada governista".
- Formulou requerimento de informações ao Min da Fazenda, a fim de obter detalhadas informações do Banco do Brasil, com referência à Carteira de Crédito Industrial, que, segundo alega, vem sendo utilizada como plataforma política por seu dirigente PAULO KONDER BORHNAUSEN.
- Participou de palestra subversiva, liderada pelo Dep MÁRIO COVAS, na UCE de SANTA CATARINA.
- Apresentou, na Câmara, projeto de lei que cria, na Previdência Social, o auxílio-asilo, destinado a prestar assistência financeira aos dependentes dos contribuintes que tenham se asilado, ou venham a se asilar.
- 1968 - JAN - Pronunciou-se a favor da FRENTE AMPLA.
- Disse que "A bancada oposicionista da Câmara, mantém-se inflexível na sua única reivindicação de incluir, na ordem do dia, os projetos de FLORISCENO PAIXÃO e DAVID LERER, que pretendem a revogação pura e simples de toda a legislação vigente sobre o arrôcho salarial".
- FEV - Afirmou que "há, por parte do Poder Executivo, o propósito de marginalizar o Congresso na feitura das Leis, e o Poder Legislativo está abdicando de sua principal função e tarefa".
- Concedeu entrevista à Rádio Princesa/SC, manifestando-se contra o projeto do Governo, referente à criação das sublegendas e, também, em favor da Frente Ampla.
- Declarou: "É uma triste e desalentadora informação a do Ministro JARBAS PASSARINHO, de que o salário mínimo virá de surpresa e lamento êsse desencanto para dois milhões de brasileiros que ainda percebem vencimentos na base do salário mínimo". "Lamentável também são as duas faces do Ministro do Trabalho: a face demagógica, quando tenta, através da televisão, rádio e jornais, ludibriar os trabalhadores, e a face cruel, quando defende a referenda insignificante e absurda dos aumentos de salários-mínimos".
- MAR - Apresentou emenda constitucional revogando os dispositivos da Carta de 1967 que estabelecem áreas de seguran-



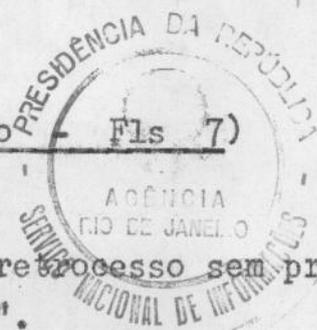
- ça para certos municípios.
- Declarou considerar um sucesso o ato público realizado pelo MDB e membros da Frente Ampla em SÃO CAETANO DO SUL e que "o comício atingiu seus fins políticos, pois integrou os janistas no movimento e deixou evidenciado que a Frente Ampla tem condições de diálogo com as massas trabalhadoras".
- ABR - Unindo-se às críticas da oposição sobre o substitutivo da Comissão de Finanças ao orçamento plurianual de investimentos, denunciou "o excesso de verbas destinadas à segurança nacional" e que "o orçamento plurianual concede muito mais recursos às Forças Armadas do que à educação do povo".
- Durante as manifestações estudantis em BRASÍLIA, juntamente com outros parlamentares, procurou dificultar a ação da polícia para reprimir as agitações.
- Frisando que o aniversário da Revolução foi precedido de uma semana de acontecimentos que entristecem e humilham o povo, disse que "a morte do estudante EDSON revela o vácuo existente entre a mocidade e o atual Governo".
- Apoiou o movimento de rua dos bancários.
- Declarou que "a crise estudantil evidencia a luta entre o Governo e o povo"; "o Governo deve fazer uma análise profunda das causas determinantes da insatisfação popular e, no caso de pretender atender os desejos do povo, que faça uma abertura democrática, visando à comunhão geral e nunca a marginalização do processo político de determinadas faixas, principalmente a estudantil".
- MAI - Conclamou o Congresso a rejeitar o projeto das sublegendas, "que é uma afronta à consciência cívica e política da Nação brasileira".
- Fêz um apêlo, da tribuna da Câmara, para que o Ministro das Relações Exteriores desenvolvesse "ação diplomática junto a todos os países e de modo especial com os demais povos da AMÉRICA LATINA, em favor da paz no VIETNÃ".
- Sustentando que a insensibilidade política de alguns setores da ARENA e a fisiologia política dos mesmos estão comprometendo, de forma irremediável, o regime democrático, disse que "A Nação atônita assiste a tragicomédia das sublegendas, de autoria do Presidente da República e emendada pelos dirigentes e líderes do Partido governista. Agiu bem e acertadamente o MDB quando decidiu abster-se, uma vez



que a centena de emendas apresentadas evidenciam o aspecto meramente pessoal de interesse regional de cada pseudo-líder, na luta pela sobrevivência política".

- Em nome da oposição, declarou que "o fato de 68% dos entrevistados terem afirmado que o País não progrediu tanto quanto devia dá a expressão do Governo rotineiro a que estamos submetidos e é uma clara autorização para o Governo abandonar definitivamente a política econômico-financeira herdada do Governo anterior".
- JUN - Apresentou, à Câmara, projeto de emenda constitucional que suprime o art 183 da Constituição, visando a possibilitar a apreciação judicial dos atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução.
- Participou da passeata de repúdio pela morte do estudante EDSON LUÍS (na GB). (A Mesa da Câmara não se pronunciou favorável à passeata, que fôra proibida pelas autoridades competentes, mas os parlamentares fizeram, de braços dados, um "escudo de proteção" aos estudantes.)
- Apresentou, à Comissão de Integração Política, moção propondo que "cada Parlamento lute pela concessão de anistia, eliminando-se uma prática antidemocrática, não mais condizente com nossa evolução e pondo fim à marginalização de personalidades que, de uma forma ou de outra, poderão contribuir positivamente para o engrandecimento de nossos respectivos países".
- JUL - Da tribuna da Câmara sustentou, juntamente com deputados oposicionistas, que a recomendação aos governadores no sentido de que fossem impedidas as passeatas "caracteriza-se como intervenção federal nos Estados e é inconstitucional".
- Justificou a conduta da oposição, convocando o Congresso e permanecendo durante todo o recesso no plenário da Câmara.
- Declarou que o Ministro do Trabalho revelara que o Presidente sofria pressões para adotar um regime de força e concluiu: "Quem faz as pressões? Não é a oposição... Somente podem fazer pressões aqueles que privam da intimidade do palácio, donde se deduz que os inimigos da democracia e do próprio Presidente são aqueles que com êle convivem".
- Afirmou, na Câmara, que "a violência da polícia, orientada e comandada pelo Ministro JARBAS PASSARINHO, contra os

(Ficha Individual de PAULO MACARINI - Continuação - Fls 7)



trabalhadores de OSASCO, representa um retrocesso sem precedente na história política brasileira".

- Comentando sobre a greve em SP, salientou: "a violência policial, patente nas fotografias estampadas pelos jornais, em que os operários, como se fossem prisioneiros de guerra, surgem em verdadeiras filas indianas, confundindo-se mesmo com as guerras do VIETNAME"... "Está em moda colocar o povo em "corredor polonês", como aconteceu em OSASCO e, antes, com os estudantes no campo do Botafogo, ou no Campus da Universidade de BRASÍLIA".
- AGO - Apresentou projeto concedendo anistia aos estudantes e trabalhadores envolvidos nos acontecimentos posteriores ao assassinio do estudante EDSON LUÍS DE LIMA SOUTO, afirmando que esse projeto "oferece ao Congresso a grande oportunidade de reafirmar-se e recuperar-se perante a opinião pública".
- SET - Subscreveu documento apoiando a ação de HÉLDER CÂMARA.
- Pediu, na Câmara, a revogação do acôrdo aerofotogramétrico celebrado com a Fôrça Aérea dos EEUU e que considerou "além de abusivo e colonial, como ferindo a nossa soberania e transferindo a estrangeiros o nosso dever de conhecer, avaliar e dimensionar as riquezas e possibilidades do BRASIL".
- OUT - Pronunciou-se a favor da Mobilização Popular do MDB, movimento previsto para substituir a extinta Frente Ampla.
- NOV - Reuniu-se com OSCAR PASSOS, MÁRIO COVAS JÚNIOR, MARTINS RODRIGUES, LÍGIA DOUDEL DE ANDRADE, WILSON MARTINS e PAULO CAMPOS, em caráter reservado, para apreciarem a respeito da possibilidade da cassação do mandato do Dep MÁRCIO MOREIRA ALVES. Todos manifestaram-se convictos de que a Câmara negará o pedido de cassação e, na ARENA, a maioria também não concordará com o pedido.

Nº. Prg. CSS 254-4.P.10

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL
SECRETARIA GERAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

PROCESSO

DE

PAULO MACARINI

27

PAULO MACARINI

DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA COM VISTAS À APLICAÇÃO DO ARTIGO 4º
DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5

DEPUTADO FEDERAL

PAULO MACARINI

A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

B - FICHA INDIVIDUAL

C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

D - A N E X O S

1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

2 - DECLARAÇÕES À IMPRENSA

3 - FOTOGRAFIA

4 - INFORMES E INFORMAÇÕES

Nº. Pro. lss. 264. 4, P. 12

DOC

"A"

A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS



Rio de Janeiro - GB

Em 16 de janeiro de 1969

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 027/SG-1/69

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Ministro de Estado da Justiça, para suspensão dos direitos políticos e cassação do mandato eletivo federal do senhor PAULO MACARINI, Deputado Federal pelo MDB, Seção de Santa Catarina, nos termos do Art. 2º, do Ato Complementar nº 39.

2. Esta Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando a farta documentação encaminhada pelo Serviço Nacional de Informações e pelos Serviços de Informações dos Ministérios Militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das atividades subversivas desenvolvidas pelo indiciado, através de pronunciamentos, participação em agitações, bem como de articulações e reuniões conspiratórias.

3. Como exemplo dessas atividades, destacam-se os fatos abaixo, constantes da documentação anexa:

3.1 DISCURSOS PRONUNCIADOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

10 AGO 67

" O confinamento de HÉLIO FERNANDES, a prisão de pa
dres, o espancamento de estudantes, a prisão do
jornalista FLÁVIO TAVARES, representam uma sequên
cia de atos, ao nosso ver, incompatíveis com a
ordem democrática.

O resurgimento dos atos institucionais invocados
na portaria do Ministro da Justiça, a inviolabili
dade do lar, praticada contra o jornalista, o cer
ceamento do direito de se reunir, impôsto aos es-
tudentes, todos êsses atos e procedimentos desfi-
guram a imagem política e democrática do Govêrno
COSTA E SILVA".

17 FEV 68

" É lamentável, Sr Presidente, que o senhor Minis -
tro do Trabalho tenha duas faces: a face demagógi
ca, quando tenta através de programa de televisão,
de noticiário de rádio e de jornais, ludibriar os
trabalhadores; e a face cruel, quando defende e
referenda insignificantes e absurdos aumentos de
salário mínimo".

14 MAR 68

" ...os sindicatos irão às ruas para lutar pela re-
vogação do chamado arrôcho salarial e êste movi -
mento tem o apoio e a solidariedade do MDB..."

02 ABR 68

Analisando a semana do 4º aniversário da Revolução:

" Por fim, a semana do 4º aniversário - triste e lu
tuosa - parece ser o indício de uma estrutura que



-3-

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 027 /SG-1/69

à beira do caos e do abismo recorre à violência para sobreviver. Mas tudo se resume numa demonstração de incapacidade e de incompetência".

10 ABR 68

" A portaria ministerial, as prisões de estudantes, a abertura de IPM, o fechamento de organizações estudantis são atos de prepotência, são atos de violência que nada valem em termos de comunhão geral e participação de todos na vida nacional".

" A atitude do governador ABREU SODRÉ, ma segunda feira, rebelando-se contra o govêrno secreto do Conselho de Segurança Nacional e garantindo as manifestações em seu Estado, baixou para deixar claro, perante os próprios militares, o fundo político do quadro".

" desobedecendo ao govêrno secreto do General PORTELLA para seguir o seu próprio critério, o governador afirmou o poder político..."

19 ABR 68

" ... a mensagem presidencial fixando dezenas de municípios na faixa de segurança nacional é uma demonstração inequívoca da feição anti-democrática do govêrno que o militarismo impôs à Nação".

26 ABR 68

" ... o govêrno anuncia que encaminhará hoje ao Congresso Nacional projeto que institui o sistema de sub-legendas, soma de votos e vinculação. É mais um retrocesso na vida política e partidária do País, com danosos reflexos aos esforços de aprimoramento do regime democrático".

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 027 /SG-1/69

07 JUN 68

" A cassação da autonomia de 68 municípios brasileiros em nada, absolutamente em nada, diz respeito à segurança nacional. Representa, sim, um processo de espoliação contra o povo, que fica impedido de escolher seus prefeitos municipais".

26 JUN 68

" ... as violências policiais em todo o País, o cerco do Congresso Nacional pela DOPS, a invasão das universidades brasileiras, são fatos que entristecem o povo e humilham a Nação brasileira. Revelam em última análise, a omissão, a negligência e a incapacidade do Governo..."

04 JUL 68

" ...creio que o Sr Presidente da República não estava preparado para receber a comissão dos cem mil brasileiros, nem sensível para com ela dialogar".

" O famoso diálogo foi uma conversa que não passou de um monólogo. Confirmaram-se, infelizmente, as nossas previsões. Na prática, nenhuma das reivindicações estudantis foi atendida. O Governo ouviu mas não escutou".

09 JUL 68

" ... é simplesmente lamentável o procedimento do Governo Federal, que vê e sente nas passeatas pacíficas algo que atemoriza a estrutura do governo policial a que estamos submetidos desde 1964. Por certo o Governo preferia que os movimentos fossem tumultuados, a fim de reprimí-los à base da violência policial".

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 027 /SG-1/69

19 JUL 68

" ... a violência policial, orientada e comandada pelo Ministro Jarbas Passarinho, contra os trabalhadores de Osasco e Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, representa, no meu entender, um retrocesso político sem precedentes na história política brasileira".

31 AGO 68

" A violência continuada que se pratica contra a Universidade de Brasília atinge muito menos a unidade escolar, para atingir a mocidade e o povo brasileiro, que se vê hoje triste e humilhado perante o mundo".

15 OUT 68

" ... a notícia divulgada, de que o Presidente da República pretende encaminhar pedido de suspensão de direitos políticos de mais 4 (quatro) deputados, além de MÁRCIO MOREIRA ALVES, é uma ameaça permanente de uma catástrofe que poderia acarretar, em última análise, o fechamento do Congresso Nacional, único resquício da estreita faixa de liberdade.

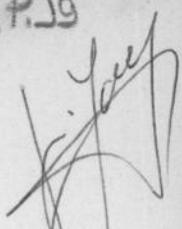
Os esforços para impedir tal catástrofe devem preocupar todos os parlamentares - da ARENA e do MDB - pois a ameaça não representa ou não pretende atingir o Deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES em particular, mas o Congresso, como instituição, em geral"

3.2

DECLARAÇÕES À IMPRENSA

"CORREIO DA MANHÃ" - 06 JAN 67

" ... caso haja ainda tempo vou apresentar emendas



CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 017 /SG-1/69

-6-

destinadas a fazer com que a nova Lei de Imprensa entre em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 1980".

"ÚLTIMA HORA" - 30 MAR 68

Considera os protestos estudantis no Rio e em todo o País:

" uma advertência àqueles que desejam cada vez mais a supressão das liberdades em nosso País, sob o empírico pretexto de segurança nacional".

"O GLOBO" - 09 ABR 68

A propósito da Portaria do Ministro da Justiça que colocou fora da lei a Frente ampla:

" a medida representará um grande retrocesso político, funcionando mesmo como fator de coação e intranquilidade, particularmente no interior do país".

"O GLOBO" - 20 MAI 68

" ... quase durante sessenta dias, as áreas políticas preocupam-se exclusivamente com o imoral e inconstitucional instituto das sub-legendas..."

"O PAIZ" - 11 JUN 68

Com referência ao Relatório da Comissão MEIRA MATOS:

" O regime da minoria militarista já deu demonstrações de sua incapacidade e incompetência, especialmente nos campos econômico e social. Pretender-se agora, militarizar o ensino é mais uma tentativa de sufocar a mocidade que, em todo o mundo, reage numa ânsia de liberdade, e impedir, através do avanço científico e tecnológico, o Brasil alcance seu grande destino".

3.3 DO PRONTUÁRIO DO S.N.I.

- 3.3.1 Acredita na convivência pacífica entre o socialismo e a democracia; ideologicamente, é esquerdista.
- 3.3.2 Faz tráfico de influência em proveito de elementos da esquerda.
- 3.3.3 Defensor das eleições diretas e contrário às sub-legendas.
- 3.3.4 Em 1965:
- Na Sessão do Congresso, no dia 5 OUT, declarou que " o resultado das eleições é a vitória da democracia e a resposta do povo que diz não às leis discriminatórias e deseja escolher os seus governantes".
- 3.3.5 Em 1966, protestou várias vezes, na Câmara, contra a cassação de mandatos de deputados pelo Governo Revolucionário.
- 3.3.6 Em 1967:
- Apoiou a Frente Ampla;
 - Na qualidade de líder em exercício na Câmara, dirigiu telegrama a parlamentares que participaram do V Congresso Brasileiro de Assembléias Legislativas, em RECIFE, encarecendo a conveniência de uma manifestação em prol das eleições diretas.
 - Declarou a respeito do confinamento do jornalista HELIO FERNANDES: "espero ardentemente, como democrata, que a Justiça sepulte definitivamente os Atos Institucionais, que não têm valor jurídico e legal de ordem alguma".
 - Fêz transcrever, nos anais da Câmara, o manifesto dos bispos do Terceiro Mundo, que leu da tribuna, destacando o trecho referente à subversão promovida pelos ricos contra os trabalhadores, através

de salários insuficientes e condições desumanas de trabalho.

- Apresentou, na Câmara, projeto de lei que cria, na Previdência Social, o auxílio-asilo, destinado a prestar assistência financeira aos dependentes dos contribuintes que tenham se asilado, ou venham a se asilar.
- Participou de palestra subversiva liderada por MÁRIO COVAS, na UCE de Santa Catarina.

3.3.7 Em 1968:

- Declarou considerar um sucesso o ato público realizado pelo MDB e membros da Frente Ampla em SÃO CAETANO DO SUL e que: "o comício atingiu seus fins políticos, pois integrou os janistas no movimento e deixou evidenciado que a Frente Ampla tem condições de diálogo com as massas trabalhadoras"
- Pronunciou-se contra os projetos de sub-legendas e dos municípios de interesse para a segurança nacional.
- Participou de passeatas estudantis, tendo inclusive procurado dificultar a ação da polícia (comprovado por fotografia constante do Anexo nº 3).
- Apresentou na Câmara o Projeto nº 1346/68, concedendo anistia em todo o território nacional, aos estudantes e trabalhadores envolvidos nos acontecimentos que se sucederam à morte de EDSON LUIZ DE LIMA SOUTO.
- Subscreveu documento apoiando a ação apostolar de D. HELDER CÂMARA.
- Pronunciou-se a favor da Mobilização Popular do MDB, movimento previsto para substituir a extinta Frente Ampla.
- Defendeu a tese da negativa, pela Câmara, à solicitação do Governo para processar o deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES.

3.4 INFORMAÇÃO Nº 20, III Ex, de 05 JAN 68

Encaminha cópia de entrevista concedida em 13DEZ67, na Rádio Princesa.

Na mesma, entre outros assuntos, defende a Frente Ampla e a atuação de uma certa parte do clero.

" Devo dizer, no meu entendimento, que a Frente Ampla interessa não apenas ao Brasil, mas interessa também ao Movimento Democrático Brasileiro. É mais um movimento que vem a nosso lado, defender as mesmas teses e lutas em favor da redemocratização do País".

" Nós do Movimento Democrático Brasileiro, e digo melhor, nós brasileiros, apoiamos e aplaudimos a luta da Igreja, através dos seus prelados, em todo o território nacional".

3.5 INFORMAÇÃO Nº 831-CIE/ADF, DE 16 OUT 68

Aponta o deputado PAULO MACARINI como um dos parlamentares altamente envolvidos com a Frente Ampla e o inclui no bloco qualificado de "emedebistas extremados", que contribuem para o trabalho oposicionista de desgaste do Governo, inclusive prejudicando os trabalhos legislativos e induzindo à repercussão emocional na opinião pública.

3.6 INFORMAÇÃO Nº 884-CIE/ADF, DE 30 OUT 68

Esteve reunido, em caráter reservado, com o Senador OSCAR PASSOS e os Deputados MÁRIO COVAS, MARTINS RODRIGUES, WILSON MARTINS, PAULO CAMPOS e LÍGIA DOUTEL DE ANDRADE, com o objetivo de fazerem uma apreciação a respeito do pedido de licença para processar o Deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES.

3.7 INFORMAÇÃO Nº 0045-CENIMAR, DE 08 JAN 69

3.7.1 Em 1964, foi implicado no Relatório sôbre subversão em municípios catarinenses.

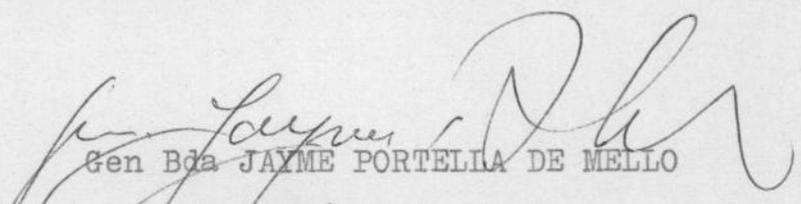
3.7.2 Em 1965:

- Assinou o Manifesto dos Deputados em apoio aos intelectuais e contra a linha da Revolução.
- Envolvido em atividades subversivas na área de Santa Catarina.

3.7.3 Em 1966, eleito deputado com o apoio do PCB (IPM sôbre guerrilheiros na Foz do Iguaçu).

4. Nestas condições, peço vênha sugerir, ouvido o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, na conformidade do Art. 5º do Ato Complementar nº 39, sejam suspensos os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassado o mandato eletivo federal do senhor PAULO MACARINI, consoante dispõe o Art. 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Exce^lência os meus protestos do mais profundo respeito.


 Gen Bda JAYME PORTELLA DE MELLO
 Secretário-Geral do
 CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

U.S. Pro. Ess. 264.4, P. 24

DOC
"B"

B - F I C H A I N D I V I D U A L

F I C H A I N D I V I D U A L

- 1) Nome - PAULO MACARINI
- 2) Filiação - ANTONIO MACARINI e GENOEFA GIRARDI
MACARINI
- 3) Data de nascimento - 23 de março de 1932
- 4) Naturalidade - CAPINZAL - Santa Catarina
- 5) Profissão - Advogado - Tec.Contabilidade - Professor
- 6) Estado Civil - Casado

P285M

PAULO MACARINI (PAULO MACARINI), M.D.B., ANTES P.T.B., SANTA CATARINA. PROF.: ADVOGADO, TÉCNICO EM CONTABILIDADE, PROFESSOR. NASC.: 23 DE MARÇO DE 1932, CAPINZAL, SC. FIL.: ANTONIO MACARINI E GENOEFA GIRARDI MACARINI. CÔNJ.: IEDA SONIRA BECKER MACARINI. FILHOS: PAULO (JÚNIOR), ANA ELIETE E LUIZ RICARDO. EST. E GRAUS UNIV.: BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS PELA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA. LEGISL.: 1963-1967. PRINC. FATOS DA VIDA PARL. E ADM.: VEREADOR À CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC (1957-1962). DELEGADO-REGIONAL DA FRONTEIRA SUDOESTE EM SC (1961-1962). SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E JUSTIÇA E DO TRABALHO DO GOVERNO DE SANTA CATARINA (1961-1962). MISSÕES NO EXT.: GRUPO PARLAMENTAR DE TURISMO (LIMA, 1965). REUNIÃO DA ALALC (MONTEVIDÉU, 1965). ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (NOVA YORK, 1966). TRAB. PUBL.: PROJETO CANAVIEIRAS, 1962. END.: AV. W-3, QUADRA 46, GRUPO 2-B, CASA 5, BRASÍLIA, DF. RUA 15 DE NOVEMBRO, 432, CAPINZAL, SC.

N8. Pro. lss. 264.4, P. 28

DOC
"C"

C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVICO NACIONAL DE INFORMAÇÕES



FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 057	2. DATA: 9/1/69
3. NOME: PAULO MACARINI	
4. FILIAÇÃO:	
5. DATA DO NASCIMENTO: 23 DE MARÇO DE 1932	
6. NACIONALIDADE: BRASILEIRA	
7. NATURALIDADE: CAPIZAL/SC	
8. PROFISSÃO: ADVOGADO - DEPUTADO FEDERAL (MDB)	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO: SUPERIOR	
11. RESIDÊNCIA:	



(Ficha Individual de PAULO MACARINI - Continuação - Fls 2)

12. EXTRATO DE PRONTUÁRIO

- Deputado Federal/MDB.
- Acredita na convivência pacífica entre o socialismo e a democracia.
- Ideologicamente, é esquerdista.
- Deseja a reforma agrária mediante reforma constitucional.
- Diz-se municipalista e cooperativista.
- Responsabilizou o Governo pelo fechamento da Universidade de BRASÍLIA.
- Faz tráfico de influência em proveito de elementos da esquerda.
- Foi contrário à cassação de mandatos de deputados pelo Governo Revolucionário.
- Apoiou a Frente Ampla e a Mobilização Popular do MDB.
- É defensor de eleições diretas e contrário às sublegendas.
- Afirmou que os Atos Institucionais não têm valor jurídico e legal, motivo pelo qual esperava que a Justiça os derrubasse por ocasião do confinamento do jornalista HÉLIO FERNANDES.
- Participou de palestra subversiva liderada pelo Dep MÁRIO COVAS (Nov/67) na UCE de SANTA CATARINA.
- Pretendeu, através de emenda constitucional de sua autoria, revogar os dispositivos da Constituição de 1967 que estabelecem as áreas de segurança para os municípios.
- Afirmou que as verbas conferidas aos órgãos de segurança são excessivas.
- Nas manifestações estudantis de BRASÍLIA, interferiu em detrimento da ação policial.
- Apoiou o movimento de rua, dos bancários.
- É contrário à política econômico-financeira do Governo.
- Apresentou, na Câmara, projeto de emenda constitucional, visando a suprimir o Art. 183 da Constituição e possibilitar a apreciação judicial dos atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução.
- Participou da passeata estudantil decorrente da morte do estudante EDSON LUÍS.
- É favorável à anistia para todos os elementos punidos pela Revolução.
- Subscreveu documento apoiando a ação de HÉLDER CÂMARA no Nordeste.
- Defendeu a tese da negativa, pela Câmara, à solicitação do Governo para processar o deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES.



13. HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

- 1962 - Elegeu-se deputado federal, pelo PTB.
- 1965 - OUT - Na sessão do Congresso, no dia 5, declarou que "o resultado das eleições é a vitória da democracia e a resposta do povo que diz não às leis discriminatórias e deseja escolher livremente os seus governantes".
- Discursou, lamentando "o terrorismo cultural implantado pelo retiro da UnB" e responsabilizando o Governo pelo fechamento daquele estabelecimento de ensino.
- 1966 - FEV - Registrado que o marginado costuma fazer tráfico de influências, em proveito de elementos da esquerda.
- OUT - Protestou várias vezes, na Câmara, contra a cassação de mandatos de deputados pelo Governo Revolucionário.
- 1967 - FEV - Declarou que apresentaria emendas "destinadas a fazer com que a nova Lei de Imprensa só entrasse em vigor a partir de 1º de janeiro de 1980".
- JUL - Com vários parlamentares do MDB articulou a convocação extraordinária do Congresso para exame da situação política nacional e adoção de medidas contrárias à intenção do Governo de reeditar os Atos Institucionais.
 - AGO - Como membro da Comissão de Segurança Nacional e da Comissão de Minas e Energia, declarou que "A Com Seg Nac não possui nenhuma assessoria organizada; o que ocorre é que deputados lançam mão de amigos, correligionários e de cassados".
 - SET - Apoiou a FRENTE AMPLA, segundo afirmação do Dep OSVALDO LIMA FILHO, em reunião com membros do ex-PTB.
 - Na qualidade de líder em exercício na Câmara, dirigiu telegrama a parlamentares que participaram do V Congresso Brasileiro de Assembleias Legislativas, em RECIFE, encarregando a conveniência de uma manifestação em prol das eleições diretas.
 - OUT - Declarou, a respeito do confinamento do jornalista HÉLIO FERNANDES: "espero ardentemente, como democrata, que a Justiça sepulte definitivamente os Atos Institucionais que não têm valor jurídico e legal de ordem alguma".
 - NOV - Fez transcrever, nos anais da Câmara, o manifesto dos bispos do Terceiro Mundo, que leu da tribuna, destacando o trecho referente à subversão promovida pelos ricos contra os trabalhadores, através de salários insuficientes e con-



dições desumanas de trabalho.

- NOV - Declarou: "se a ARENA votar contra o projeto de emenda constitucional do MDB, que visa a restabelecer as eleições diretas, não mais poderá ir às praças públicas defender as teses da Oposição, repudiadas no Congresso pela bancada governista".
 - Formulou requerimento de informações ao Min da Fazenda, a fim de obter detalhadas informações do Banco do Brasil, com referência à Carteira de Crédito Industrial, que, segundo alega, vem sendo utilizada como plataforma política por seu dirigente PAULO KONDER BORHNAUSEN.
 - Participou de palestra subversiva, liderada pelo Dep MÁRIO COVAS, na UCE de SANTA CATARINA.
 - Apresentou, na Câmara, projeto de lei que cria, na Previdência Social, o auxílio-asilo, destinado a prestar assistência financeira aos dependentes dos contribuintes que tenham se asilado, ou venham a se asilar.
- 1968 - JAN - Pronunciou-se a favor da FRENTE AMPLA.
- Disse que "A bancada oposicionista da Câmara, mantém-se inflexível na sua única reivindicação de incluir, na ordem do dia, os projetos de FLORISCENO PAIXÃO e DAVID LERER, que pretendem a revogação pura e simples de toda a legislação vigente sobre o arrôcho salarial".
 - FEV - Afirmou que "há, por parte do Poder Executivo, o propósito de marginalizar o Congresso na feitura das Leis, e o Poder Legislativo está abdicando de sua principal função e tarefa".
 - Concedeu entrevista à Rádio Princesa/SC, manifestando-se contra o projeto do Governo, referente à criação das sublegendas e, também, em favor da Frente Ampla.
 - Declarou: "É uma triste e desalentadora informação a do Ministro JARBAS PASSARINHO, de que o salário mínimo virá de surpresa e lamento êsse desencanto para dois milhões de brasileiros que ainda percebem vencimentos na base do salário mínimo". "Lamentável também são as duas faces do Ministro do Trabalho: a face demagógica, quando tenta, através da televisão, rádio e jornais, ludibriar os trabalhadores, e a face cruel, quando defende a referenda insignificante e absurda dos aumentos de salários-mínimos".
 - MAR - Apresentou emenda constitucional revogando os dispositivos da Carta de 1967 que estabelecem áreas de seguran-



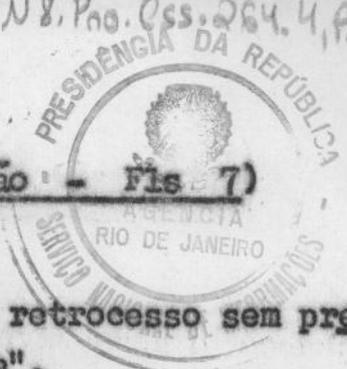
N.º Pro. C. S. 264.4, P. 34

- ça para certos municípios.
- Declarou considerar um sucesso o ato público realizado pelo MDB e membros da Frente Ampla em SÃO CAETANO DO SUL e que "o comício atingiu seus fins políticos, pois integrou os janistas no movimento e deixou evidenciado que a Frente Ampla tem condições de diálogo com as massas trabalhadoras".
 - ABR - Unindo-se às críticas da oposição sobre o substitutivo da Comissão de Finanças ao orçamento plurianual de investimentos, denunciou "o excesso de verbas destinadas à segurança nacional" e que "o orçamento plurianual concede muito mais recursos às Forças Armadas do que à educação do povo".
 - Durante as manifestações estudantis em BRASÍLIA, juntamente com outros parlamentares, procurou dificultar a ação da polícia para reprimir as agitações.
 - Frisando que o aniversário da Revolução foi precedido de uma semana de acontecimentos que entristecem e humilham o povo, disse que "a morte do estudante EDSON revela o vácuo existente entre a mocidade e o atual Governo".
 - Apoiou o movimento de rua dos bancários.
 - Declarou que "a crise estudantil evidencia a luta entre o Governo e o povo"; "o Governo deve fazer uma análise profunda das causas determinantes da insatisfação popular e, no caso de pretender atender os desejos do povo, que faça uma abertura democrática, visando à comunhão geral e nunca a marginalização do processo político de determinadas faixas, principalmente a estudantil".
 - MAI - Conclamou o Congresso a rejeitar o projeto das sublegendas, "que é uma afronta à consciência cívica e política da Nação brasileira".
 - Fez um apêlo, da tribuna da Câmara, para que o Ministro das Relações Exteriores desenvolvesse "ação diplomática junto a todos os países e de modo especial com os demais povos da AMÉRICA LATINA, em favor da paz no VIETNÃ".
 - Sustentando que a insensibilidade política de alguns setores da ARENA e a fisiologia política dos mesmos estão comprometendo, de forma irremediável, o regime democrático, disse que "A Nação atônita assiste a tragicomédia das sublegendas, de autoria do Presidente da República e emendada pelos dirigentes e líderes do Partido governista. Agiu bem e acertadamente o MDB quando decidiu abster-se, uma vez



(Ficha Individual de PAULO MACARINI - Continuação - Fls 6)

- que a centena de emendas apresentadas evidencia o aspecto meramente pessoal de interesse regional de cada pseudo-líder, na luta pela sobrevivência política".
- Em nome da oposição, declarou que "o fato de 68% dos entrevistados terem afirmado que o País não progrediu tanto quanto devia dá a expressão do Governo rotineiro a que estamos submetidos e é uma clara autorização para o Governo abandonar definitivamente a política econômico-financeira herdada do Governo anterior".
 - JUN - Apresentou, à Câmara, projeto de emenda constitucional que suprime o art 183 da Constituição, visando a possibilitar a apreciação judicial dos atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução.
 - Participou da passeata de repúdio pela morte do estudante EDSON LUÍS (na GB). (A Mesa da Câmara não se pronunciou favorável à passeata, que fôra proibida pelas autoridades competentes, mas os parlamentares fizeram, de braços dados, um "escudo de proteção" aos estudantes.)
 - Apresentou, à Comissão de Integração Política, moção propondo que "cada Parlamento lute pela concessão de anistia, eliminando-se uma prática antidemocrática, não mais condizente com nossa evolução e pondo fim à marginalização de personalidades que, de uma forma ou de outra, poderão contribuir positivamente para o engrandecimento de nossos respectivos países".
 - JUL - Da tribuna da Câmara sustentou, juntamente com deputados oposicionistas, que a recomendação aos governadores no sentido de que fossem impedidas as passeatas "caracteriza-se como intervenção federal nos Estados e é inconstitucional".
 - Justificou a conduta da oposição, convocando o Congresso e permanecendo durante todo o recesso no plenário da Câmara.
 - Declarou que o Ministro do Trabalho revelara que o Presidente sofria pressões para adotar um regime de força e concluiu: "quem faz as pressões? Não é a oposição... Sómente podem fazer pressões aqueles que privam da intimidade do palácio, donde se deduz que os inimigos da democracia e do próprio Presidente são aqueles que com êle convivem".
 - Afirmou, na Câmara, que "a violência da polícia, orientada e comandada pelo Ministro JARBAS PASSARINHO, contra os



(Ficha Individual de PAULO MACARINI - Continuação - Fls. 7)

- trabalhadores de OSASCO, representa um retrocesso sem precedente na história política brasileira".
- Comentando sobre a greve em SP, salientou: "a violência policial, patente nas fotografias estampadas pelos jornais, em que os operários, como se fossem prisioneiros de guerra, surgem em verdadeiras filas indianas, confundindo-se mesmo com as guerras do VIETNAME"... "Está em moda colocar o povo em "corredor polonês", como aconteceu em OSASCO e, antes, com os estudantes no campo do Botafogo, ou no Campus da Universidade de BRASÍLIA".
 - AGO - Apresentou projeto concedendo anistia aos estudantes e trabalhadores envolvidos nos acontecimentos posteriores ao assassinio do estudante EDSON LUÍS DE LIMA SOUTO, afirmando que esse projeto "oferece ao Congresso a grande oportunidade de reafirmar-se e recuperar-se perante a opinião pública".
 - SET - Subcreveu documento apoiando a ação de HÉLDER CÂMARA.
 - Pediu, na Câmara, a revogação do acôrdo aerofotogramétrico celebrado com a Força Aérea dos EEUU e que considerou "além de abusivo e colonial, como ferindo a nossa soberania e transferindo a estrangeiros o nosso dever de conhecer, avaliar e dimensionar as riquezas e possibilidades do BRASIL".
 - OUT - Pronunciou-se a favor da Mobilização Popular do MDB, movimento previsto para substituir a extinta Frente Ampla.
 - NOV - Reuniu-se com OSCAR PASSOS, MÁRIO COVAS JÚNIOR, MARTINS RODRIGUES, LÍGIA DOUTEL DE ANDRADE, WILSON MARTINS e PAULO CAMPOS, em caráter reservado, para apreciarem a respeito da possibilidade da cassação do mandato do Dep MÁRCIO MOREIRA ALVES. Todos manifestaram-se convictos de que a Câmara negará o pedido de cassação e, na ARENA, a maioria também não concordará com o pedido.

N8. Pro. Ess 264. 4, p. 37

DOC
"D"

D - A N E X O S

1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

2 - DECLARAÇÕES À IMPRENSA

3 - FOTOGRAFIA

4 - INFORMES E INFORMAÇÕES

1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 1.1 - DIÁRIO DO CONGRESSO - 10 AGO 67
- 1.2 - " " - 17 FEV 68
- 1.3 - " " - 14 MAR 68
- 1.4 - " " - 02 ABR 68
- 1.5 - " " - 10 ABR 68
- 1.6 - " " - 19 ABR 68
- 1.7 - " " - 26 ABR 68
- 1.8 - " " - 26 JUN 68
- 1.9 - " " - 04 JUL 68
- 1.10 - " " - 09 JUL 68
- 1.11 - " " - 19 JUL 68
- 1.12 - " " - 31 AGO 68
- 1.13 - " " - 15 OUT 68
- 1.14 - Resumo de pronunciamentos - S N I

Paulo MACARINI
10-2-67
4333

O SR. PAULO MACARINI:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, os produtores brasileiros me convocaram a debater assunto de real importância para uma atividade outrora economicamente forte, no sul do País.

Antes, porém, não posso, Sr. Presidente, deixar de protestar contra a ameaça do estado policial a que estamos submetidos. O MDB, através de seu Líder Mário Covas, expressando a decisão unânime da bancada, manifestou sua repulsa a esse estado de coisas. O confinamento de Hélio Fernandes, a prisão de padres, o espancamento dos estudantes, a prisão do jornalista Flávio Tavares, representam uma seqüência de atos, ao nosso ver, incompatíveis com a ordem democrática.

O ressurgimento dos atos institucionais invocados na portaria do Ministro da Justiça, a inviolabilidade do lar, praticada contra o jornalista, o cerceamento do direito de se reunir, imposto aos estudantes, todos esses atos e procedimentos desfiguram a imagem política e democrática do Governo Costa e Silva.

Já afirmei, desta tribuna, que esses resguardos "legais" podem levar o Brasil ao "regime democrático".

É dever de todos o respeito à lei e à Constituição, mas o exemplo deve partir especialmente das autoridades e, aprioristicamente, do Presidente da República e do Ministro da Justiça.

Agora, Sr. Presidente, em virtude dos insistentes apelos que recebi de produtores do sul do País, desejo fazer algumas considerações sobre a "Carta de Brasília", especialmente porque ela representa apenas uma carta de intenções. Se não for colocada em prática medida concreta, essa Carta nada representará em favor dos produtores brasileiros.

Desejo referir-me, inicialmente, à política de preços mínimos, que não representa a justa retribuição ao suor e ao sacrifício dos agricultores.

Há apatia do Governo com referência ao ensino técnico, há falta de estímulos ao ensino universitário, especialmente na agronomia e veterinária. Ainda recentemente os jornais noticiavam que por falta de verbas não funcionará a Universidade Rural do Recife no corrente exercício.

Por fim, também esta Carta de Princípios deve acompanhar um vasto programa de extensão rural para

introdução de novas técnicas visando à melhoria da produtividade em todos os setores da agropecuária.

Assim, Sr. Presidente, é que passo a focalizar o problema que me convotou a classe ruralista do sul do País e relaciona-la à suinocultura, que exerce papel de importância momentânea nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esta atividade, outrora economicamente forte, está ameaçada de desaparecer por falta do justo preço, o que geraria sérios prejuízos a Nação.

A suinocultura exerce papel de importância econômica momentânea nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esta atividade, outrora economicamente forte, está ameaçada de desaparecer por falta do justo preço, o que geraria sérios prejuízos a toda a Nação.

A crise continua no sul do país, atingindo, especialmente, as regiões do vale do Rio do Peixe e o do Oeste catarinense, onde a suinocultura representa a grande riqueza da região.

A falta de comercialização e as escassas metas de transporte impedem que o agricultor tenha alternativa para a venda do produto. Pronto para o abate, esse tipo não tem condições de guardar preço ou oferta, muito menos de ser armazenado. Precisa, sim, ser posto imediatamente à venda.

O único caminho é o que leva aos frigoríficos da região. Sem qualquer proteção por parte do Governo, sem preço mínimo e justo, o produtor sujeita-se aos preços e condições ditadas pelas empresas.

O Ministério da Agricultura, a quem cabe defender os interesses e os direitos dos produtores, tem-se omitido por completo. Nossa voz, aliada a dos criadores e das entidades de classes não foi ouvida pelo Ministério que, pelo contrário, tumultuou a comercialização importando outrora razoáveis quantidades de banha.

O Banco do Brasil S. A., através da Caixa de Crédito Agrícola e Industrial tem proporcionado relativos recursos à suinocultura. E' de se ressaltar, nesta oportunidade, que o Serviço de Extensão Rural — A Açarec, em Santa Catarina — tem oferecido novas técnicas para racionalizar a produtividade. Melhores raças foram introduzidas. Fabricas de rações surgiram e houve verdadeiro entusiasmo pela suinocultura, prevalecendo o tipo-carne. Passou-se, então, ao crédito orientado, objetivando sempre melhorar as condições de vida dos agricultores e de seus familiares.

Mas os preços atuais não correspondem, ao menos, ao preço de custo. Ninguém deseja e pode trabalhar com prejuízo, mesmo com amparo creditício do Governo. Esta triste realidade se constata em todo o Sul do País, onde Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são os maiores produtores nacionais.

A suinocultura representa ainda um dos estôcos da economia do sul do país, ameaçada, no entanto, de desaparecer, se o Governo não tomar medidas em defesa dos produtores, com preço mínimo e justo que corresponda, ao menos, à justa retribuição ao suor, trabalho e sacrifício, bem como, um alento e estímulo para continuar nesta atividade agropecuária.

Os suinocultores que continuam suas atividades o fazem por teimosia ou por espírito de aventura, já que os preços são totalmente desanimadores e desalentadores. Aliás, os agricultores têm sido vítimas dos intermediários e dos atravessadores. Altos preços nos centros consumidores de Rio, São Paulo e Brasília mas baixos preços, baixíssimos mesmo aos produtores, recebidos daqueles que trabalham a terra.

Há cerca de quinze anos, a produção de suínos tem aumentado no sul, especialmente em Santa Catarina. A suinocultura passou a ser atividade principal, uma vez que o nosso pro-

328

CONGRESSISTA: *PAULO MACARINI*
 PROJETO N° CAMARA
 N° SENADO
 DC de *172 168* CD-~~212~~ Pg *1064*
 DO N° / de / /

Quando menos se esperar.

Triste e desalentadora a surpresa que o Ministro do Trabalho vai proporcionar a mais de dois milhões de brasileiros que ainda percebem vencimentos na base de salário-mínimo. E anuncia, Senhor Presidente, que o novo salário-mínimo subirá cerca de 17,84% nas regiões da Guanabara, Niterói, São Paulo e Distrito Federal.

O SR. PAULO MACARINI:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, jornais noticiam declarações do Ministro Jarbas Passarinho, de que

Devo salientar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que, a partir de 1964, os trabalhadores e os agricultores estão sendo as maiores vítimas do governo revolucionário principalmente os mais atingidos pela política econômica financeira do Governo, com a crescente redução de poder aquisitivo e com o confisco dos salários, no mesmo instante em que a inflação e o custo de vida continuaram a devorar os já míseros orçamentos dos trabalhadores. Este irrisório e insignificante aumento de 17,84% já estão devorado pela própria inflação de 1967, quando o Governo, através de seus orçãos oficiais, revela que a inflação foi superior a 24% em 1967.

E' lamentável, Senhor Presidente, o desencontro que o Senhor Ministro do Trabalho proporciona aos trabalhadores no dia de hoje. E' lamentável, Senhor Presidente, que o Senhor Ministro do Trabalho tenha duas faces: a face demagógica, quando tenta através de programa de televisão, de noticiário de rádio e de jornais, indobriar os trabalhadores; e a face cruel, quando defende e referencia insignificantes e absurdos aumentos de salário-mínimo.

Senhor Presidente os trabalhadores não podem continuar marginalizados do processo econômico-social desta Nação. Necessitam de salários justos, dignos, compatíveis com a própria dignidade humana. E por fim, a grandeza de uma nação não se constrói sobre a miséria e o sacrifício dos trabalhadores, mas, sim, com a justa distribuição da riqueza e com o aumento do poder aquisitivo da grande massa de trabalhadores do País. (Muito bem.)

Críticas as bases do reajuste do Salário Mínimo

CONGRESSISTA: PAULO MACARINI
PROJETO Nº CAMARA
Nº SENADO
DC de 14/3/68, CD-SF-CN Pg 367
DO Nº / de / /

Am. 1.3.

arrocho salarial

O SR. PAULO MACARINI.

(Comunicação. Lês) - Sr. Presidente, os sindicatos leão às ruas para lutar pela revogação do chamado arrocho salarial e este movimento tem o apoio e a solidariedade do MDB, também preocupado em criar melhores condições aos trabalhadores brasileiros.

Verifica-se, Presidente, que, desde a implementação da atual política salarial, passou a existir um confuso sistema dos salários dos trabalhadores com a angustiante redução do poder aquisitivo de grande massa de brasileiros.

Os trabalhadores vêm suas dificuldades se avolumarem dia a dia, pois o reajustamento de seus ganhos é feito com índices que não traduzem

a efetiva elevação do custo de vida ocorrida. Uma situação injusta e iníqua que se convarte num violento processo de descapitalização e de empobrecimento dos brasileiros, em qualquer ponto do território nacional.

O governo instalado a partir de 1964, tão prodigo nas "verdades" cambial, tarifária, tributária, fiscal, não quer ser humano quando se nega a estabelecer a verdade salarial para garantir que os trabalhadores ganhem o suficiente para seu sustento próprio e de sua família. Os salários foram praticamente congelados, mas os preços das utilidades e dos gêneros de primeira necessidade sobiram assustadoramente.

A luta dos Sindicatos que é a mesma luta do MDB visa, assim revogar a lei do chamado "arrocho salarial" para que se estabeleça um sistema de justiça salarial, cujos pontos básicos, deveriam ser, entre outros, o seguinte: 1 - Os índices de custo de vida elaborados por órgão especializado, contando com representantes credenciados pelos trabalhadores; 2 - Reajustamento salarial, de seis em seis meses, de acordo com os índices apurados; 3 - Aumento de produtividade e padrão de vida do trabalhador; 4. - Competência normativa da Justiça do Trabalho; 5. - Norma para os dissídios coletivos, de natureza econômica, a fim de que o reajuste seja feito com base da concessão do mesmo, a partir do término da vigência anterior; 6. - Os acordos e convenções com inteira liberdade, nada impedindo a ação homologatória da Justiça do Trabalho e por fim; 7. - Correção, ao menos parcial do valor real arrancado aos salários, durante as leis que regulamentam o arrocho, seguida de imediata contenção dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

A reformulação da atual legislação garantiria ao trabalhador uma justa e humana remuneração, com reflexos diretos no aumento da produção e do poder aquisitivo, além de se fortalecer as "instituições" assegurando paz social e harmonia entre capital e trabalho.

Por fim, os trabalhadores merecem e necessitam de remuneração justa, pois, a grandeza de uma nação não se constrói sobre o sangue e a miséria dos trabalhadores. (Fim.)

CONGRESSISTA: PAULO MACARINI
PROJETO Nº CAMARA
Nº SENADO
DC de 2141681 CD-SP/CA Pg 999
DO Nº / de / /

Jan
An. 1.4.

Nº. PRO. CSS. 264, 4, P. 44

• Análise do 4º Aniversário da Revolução
• Falaciar
• Críticas as Policiais Estaduanas

O SR. PAULO MACARINI:
(Comunicação. — Lc) — Senhor Presidente, o 4º aniversário da Revolução de abril de 64 é precedido de uma semana cheia de acontecimentos cruéis que entristecem o povo e humilham a Nação.
Iniciou com a titulação dos interiores, níveis de salário-mínimo que não correspondem às necessidades normais dos trabalhadores; prosseguiu com o escândalo do extermínio de índios, dirigido pelo próprio SPI que tinha o dever de ampará-los e defendê-los; intranquilizou a Nação com as declarações do Ministro Gama e Silva, de que grande parte de terras agricultáveis passou à propriedade de estrangeiros, tudo na forma da Lei; surpreendeu-nos com a tragicomédia de um sentenciado exarcar, ao longo dos anos, a Censura de Espetáculo, apançou extensivamente a Opção e a consciência democrática do povo com as sublegrandas somadas e vinculadas numa pré-direção de encaminhar-se definitivamente para a formação do partido único, comandou as repressões policiais contra a mocidade estudantil, num clima de violências e terror em todo o País; determinou o aumento dos combustíveis líquidos e gasosos, não obstante os retrocessos dispendiosos do Ministro da Fazenda, agravando ainda mais o custo de vida e diminuindo o poder aquisitivo das massas trabalhadoras e teve como fecho, que cobriu a Nação de luto e de vergonha, a morte de Edson-Indalado pela Polícia Militar da Guanabara, a pretexto de manter a ordem numa certa defesa das instituições democráticas que afirmam existir.
Tudo nesta semana do 4º aniversário é grave, degradante e humilhante. Departamentos governamentais comandam o massacre de selvagens quando deveriam preservar a sua vida e a sua cultura. E a tarefa de Nação soberana — de ocupar o espaço, explorar as terras inóculas — é entregue e confiada ao capitalismo internacional e explorador numa obração que vende o chão e amputa a independência e o futuro.
E, finalmente a morte de Edson que clamava pelo direito de comer e estudar revela o vácuo de geradores que existe entre a mocidade e o atual Governo.
A mocidade, porque responsável a grandeza e o futuro da Pátria, não pode continuar marginalizada e precisa ser ouvida e integrada na comunidade nacional. A incompreensão e a violência aumentarão sempre o vazio entre o povo e o governo, nesta luta de gerações.
Por fim, a semana do 4º aniversário — triste e lúbrica — parece ser o indicio de uma estrutura que a beira do caos e do abismo recorre à violência para sobreviver. Mas tudo se resume numa demonstração de incapacidade e de incompetência. (Muito bem.)

CONGRESSISTA: PAULO MACARINI
PROJETO N° CAMARA
N° SENADO
DC de 10141681 CD-8664 Pg 1325
DO N° / do / /

328

Rebelião em todo o mundo
J.

O SR. PAULO MACARINI:

(Comunicação — L8) — A rebelião da mocidade em todos os quadrantes do universo é um estado de espírito, uma ânsia de liberdade, cujas manifestações explodiram não apenas em nosso País, mas em Roma, Londres, Praga, Berlim, São Francisco, Madrid e Tóquio.

Em todas as nações — capitalistas e comunistas, democráticas e totalitárias — a repressão policial não conseguiu impedir as manifestações.

Deduz-se que em todo o mundo, os jovens, os estudantes estão conscientes de que representam uma classe social independente, e, como tal, entendem que necessitam participar da vida política, social e administrativa de seus países.

Creio que os governos deveriam compreender melhor os jovens, pois serão eles os líderes de amanhã e responsáveis pelo futuro da Pátria brasileira.

A portaria ministerial, as prisões de estudantes, a abertura de IPM, o fechamento de organizações estudantis são atos de prepotência ou atos de violência que nada valem em termos de comunhão geral e participação de todos na vida nacional. Cabe, aqui, lembrar o gaúcho Silveira Martins, quando assinalava: "vingança gera vingança e só o amor constrói para a eternidade."

É tempo, portanto, Sr. Presidente de fazer o Governo uma reflexão sobre os acontecimentos e examinar com profundidade e isenção as causas da rebelião universal dos jovens.

Afinal, os jovens pleiteiam até o óbvio: o direito de comer e de estudar. Querem dar um pouco de si, de sua inteligência, em favor do desenvolvimento econômico e social da sua Pátria.

Se o Governo realmente almeja alcançar a paz social e o progresso econômico, deveria, no meu entender, arquivar, definitivamente, o que há de rançoso e reacionário, especialmente no setor educacional, e implantar uma reforma de estruturas dentro da própria realidade nacional. Acima de tudo, a começar pelo próprio Sr. Presidente da República, deveria pôr em prática, em todas as guarnições mi-

litares, uma aula que nos dá Fernando Pedreira, publicada no jornal "O Estado" do dia 7 de abril, sob o título "A aula do menino morto", onde salienta, entre outras coisas, o seguinte:

"A crise deflagrada no país pela morte do estudante Edson Luis, ocorreu num momento em que rebeliões de estudantes, por motivos diversos, verificavam-se também em outros países, como o Japão, a Itália, a Polônia e a Espanha. Isto nos obriga a uma primeira constatação: as manifestações foram, aqui, apesar do dramático incidente que as desencadeou, consideravelmente menos intensas, menos maciças e menos violentas do que em qualquer outra parte.

Os estudantes brasileiros, que tanto assistam as nossas autoridades e os editorialistas de certa imprensa, na verdade mostraram-se mais uma vez razoavelmente comedidos, apesar de um ou outro excesso. Se houve tantas vítimas, se foi tamanha a repercussão dos acontecimentos, isto se deveu a fúria ou ao volume das manifestações, mas à incompetência, à inabilidade e à estupidez da repressão. Fica-se a imaginar o que teria ocorrido se os nossos rapazes e moças saíssem à rua com a mesma disposição dos seus colegas italianos ou japoneses, por exemplo. Provavelmente acabariam viciados a metralha por uma política amedrontada, obediente às ordens de autoridades em pânico.

A imprensa registrou comportamento dos Senhores Negrão de Lima e Gama e Silva, na noite de segunda-feira, 1 de abril. A única preocupação de um e de outro, era transferir para as mãos do Exército a responsabilidade que lhes cabia. Não des-cansaram enquanto não o conseguiram, embora só o conseguissem depois das 21 horas, quando as manifestações haviam cessado por si mesmas. No próprio gabinete do Ministro da Justiça, onde reinavam a desorientação e a desordem, os repórteres assistiram ao espancamento de presos, na presença de um filho do Ministro. Era este o quadro no alto comando oficial, ao menos na Guanabara.

Nada se pode imaginar de mais irônica e "subversivo", nesta conturbada semana, do que os últimos números das revistas ilustradas, nos quais os nossos estudantes podem ver em detalhe como lutam contra a polícia os seus colegas de países civilizados, armados de paus e de pedras. Consurar os próximos números de *Manchete* não dantaria muito. O Brasil, por mais que desejem ultramontados e nacionalistas extremados, não escapará a um quadro que se tornou universal — tanto mais quanto a própria realidade política interna do país, fornece redobrados motivos para a impaciência e a indignação dos jovens.

Só mesmo uma mentalidade excepcionalmente tacanha poderia conceder, neste ano de 1968 um país com um mínimo de liberdade, onde não ocorressem manifestações estudantis, ou onde os estudantes só se manifestassem depois da competente licença das autoridades constituídas. O protesto é inevitável e uma certa dose de rebeldia também. Nas atuais condições brasileiras, o protesto será não só inevitável, mas saudável e útil. Resta que o governo aprenda a conviver com o espírito libertário dos jovens, saiba contê-lo e

...epri... os excessos, sem
provocar os desastres que provo-
cou nos últimos dez dias.

Pelos modestos padrões brasileiros, é impossível ignorar a gravidade que a crise chegou e assumir. Houve mortos e feridos em três ou quatro cidades, centenas de prisões a esmo, espancamentos e violentos choques de rua. Muito mais do que se pôde ver, por exemplo, na celebrada revolução de 31 de março, que foi o último e o mais importante movimento militar ocorrido no país. Dir-se-ia que, no Brasil, ao contrário de outros países, as batalhas mais cruentas são exatamente aquelas em que um dos contendores está desarmado. Eis aí o que pode servir de material para mais uma daquelas leis que o professor Roberto Campos gostava de formular, de parceria com o seu colega Alexandre Kafka.

Os militares, especialmente, passado o fragor do combate, a evolução da crise estudantil, não deixará de dar motivo a uma meditação proveitosa. Quatro anos de um regime centrado em torno das questões de Segurança, não bastaram para que mesmo no Rio de Janeiro se organizasse uma polícia menos chucra, menos desajeitada no trato da simples rebeldia estudantil. Mas esta é a parte menor, digamos, tática, da questão.

A atitude do governador Abreu Sodré, na segunda-feira, rebelando-se contra o governo secreto do Conselho de Segurança, e garantindo as manifestações em seu Estado, bastou para deixar claro, perante os próprios militares, o fundo político do quadro. Não importa o que o governador paulista fez antes da segunda-feira, nem o que viesse a fazer depois. Mas é significativa que o seu gesto o tenha fortalecido não só na área popular e política, mas entre os próprios chefes militares — que, na terça e na quarta-feira não estavam pensando em depô-lo, e sim ao subserviente Negrão de Lima.

Desobedecendo ao governo secreto do general Portela para seguir o seu próprio critério, o governador afirmou o poder político, isto é, o poder civil que, por suas próprias características e responsabilidades, é o único em condições de tomar legítimamente decisões políticas importantes. E' claro que, a continuarem as agitações em todo o país, São Paulo não poderia manter-se por muito tempo como uma ilha de tranquilidade, por mais firme e sereno que fosse o seu governador. Mas a atitude adotada no momento certo, deixou a nu a fraqueza e a pusilanidade dos governos da Guanabara e de Minas. A subserviência, como o crime, nem sempre compensa.

Para os militares mais lúcidos, estes fatos não de ter tornado patente uma opção: se não querem governar pela força e pelo terror das armas, então é preciso que o país tenha autoridades políticas civis que os próprios militares respeitem e obedeam. Os marionetes, na hora da crise, não servem para grande coisa.

Para a opinião liberal e para os próprios políticos, os mesmos fatos não de ter mostrado uma outra faceta da realidade. E' fácil jogar a culpa de tudo nas costas do Exército e do regime militar. E' fácil, mas nem sempre é correto. Ai está o...

vernador Sodré, que não era considerado nenhum modelo de bravura cívica. A independência e a dignidade são possíveis, mesmo no interior do sistema oficial. Comandam até o respeito e a admiração dos próprios militares — cada vez mais perplexos e cada vez menos satisfeitos com o regime e o governo inventados pelos seus chefes hierárquicos.

Diz o escritor norte-americano J. D. Salinger que Deus educa o coração dos homens não por meio de idéias, mas por meio de sofrimentos e contradições. A crise estudantil levou ao sacrifício de vidas, provocou prejuízos e comoções consideráveis em todo o país. Mas não terá sido inútil se soubermos ver o que os fatos trouxeram a luz.

Falei, linhas atrás, nos militares mais lúcidos. Não há sinal, ainda agora, de que sejam numerosos ou estejam erigidos de dominar os conselhos de sua corporação. Também não há sinais de que, entre os políticos, especialmente do sistema dominante, haja muitos homens decididos a assumir as responsabilidades que lhes cabem. Tanto melhor. Mas, esperemos que, com o tempo, essas sementes voltem a dar frutos.

Finalizo, Sr. Presidente, acentuando que, no meu entender, esta aula do "Menino Morto" deve ser lida por todos, especialmente pelo Sr. Presidente da República, e divulgada em todas as Guarnições militares, para que o Governo possa, efetivamente, compreender os jovens. (Muito bem).

qualquer tempo neste

ando na palavra do Sr.

ento em Presidente Pro

algodão

eleo

CONGRESSISTA: PAULO MACARINI

PROJETO N°

CÂMARA

N°

SENADO

DC de 19/4/1964 CS-SF-CM Pg 17

DO N° / de / /

An. 1.6,

N8. No. Ess. 254.4 P. 47

328

Áreas de Segurança Nacional

O SR. PAULO MACARINI:

(Comunicação — Lê) — Sr. Presidente, a mensagem presidencial fixando dezenas de municípios na faixa de segurança nacional é uma demonstração inequívoca da feição antidemocrática do Governo que o militarismo impôs à Nação. Tumultua o processo político e eleitoral e em nada contribui para o aperfeiçoamento

das instituições jurídicas. É uma prova de total desconfiança da capacidade do povo e dos propósitos de paz e de concórdia dos nossos irmãos latino-americanos que se limitam com o Brasil.

Também é vítima desta violência, meu Estado — Santa Catarina — onde o projeto suprime eleições para Prefeito de Descanso, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, São José do Cedro e São Miguel d'Oeste.

Desde 1964, a chamada segurança nacional é o pretexto para nobrir o fracasso da política econômico-financeira do Governo tido como revolucionário.

Trago, aqui, o meu protesto e a solidariedade do povo dos 60 municípios cassados, ao mesmo tempo em que dirijo um apêlo, confiante que estou no alto discernimento, na compreensão e na capacidade dos Srs. Congressistas, para que não aceitem este projeto, rejeitando-o, a fim de permitir que o povo brasileiro, através das urnas possa efetivamente escolher os seus governantes, e desta forma, contribuir para o aprimoramento do processo eleitoral.

Confio no elevado espírito do Congresso porque a democracia representativa ou é completa em toda a sua extensão ou não é democracia autêntica, governo do povo. E, para que a representação seja completa, o povo precisa ser essencialmente soberano, estar representado em todos os escalões políticos — organizativos, desde o Município à União. As exceções são sempre restritivas, como tal, determinam o regime.

Qualquer parcela do território pátrio é de interesse da segurança e a cada brasileiro, civil ou militar, como manda a lei, pertence o dever de colaborar na defesa integral da Nação.

Nenhum município, por mais estrategicamente colocado que esteja, é mais importante que outros, quando se trata de garantir a tranquilidade e a soberania do Brasil. Enfim, esta proposição é mais um retrocesso, um passo atrás no aprimoramento dos costumes e no aperfeiçoamento do regime. Cabe, pois, ao Congresso rejeitá-lo, a fim de manter a soberania do povo. (Muito bem)

Am. 1. 7.

CONGRESSISTA: PAULO MACARINI
 PROJETO N°
 N°
 DC do 26, 04, 68, CD-2A-CA Pg 1820
 DO N° 1 de 1 1

CAMARA
 SENADO

328

Sublegendas

O SR. PAULO MACARINI:
 (Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Governo anuncia que encaminhará hoje ao Congresso Nacional projeto que institui o sistema de sublegendas, soma de votos e vinculação.
 É mais um retrocesso na vida política e partidária do País, com danos reflexos aos esforços de aprimoramento do regime democrático.
 Atenderá exclusivamente às conveniências e aos interesses de lideranças regionais da ARENA, para eternizar, em última análise, velhas, rancosas e reacionárias oligarquias que impedem a implantação das reformas de base, a distribuição da riqueza e a projeção da grande pátria que tanto sonhamos.
 E por afrontar a consciência jurídica e política da Nação, merece, pois, e desta forma, profundo desprezo e a repulsa total. (Muito bem.)

CONFERENCIISTA: Paulo Macarini
PROJETO Nº
Nº
CD do 26/06/68/ CD-SF-EN Pg 3671
CO Nº / de / /

Trago aqui, Sr. Presidente, o editorial do "Jornal do Brasil", de domingo, que, sob o título "O Dever", procura traçar e dar ao Governo os rumos da compreensão e da inteligência em favor da mocidade e em favor do Brasil. "O Dever", que traz uma lição que deve ser acatada, analisada e com toda a humildade aplicada pelas autoridades federais, salienta, dentre outras coisas, o seguinte:

nheça que não pode substituir sua incapacidade pela repressão e pela violência, marcando definitivamente os rumos de um país que tem de projetar-se para o século XXI, e não retroagir, como está acontecendo no Governo Costa e Silva. (Muito bem)

"A lição a extrair da experiência francesa está no comportamento do Governo. (...) A questão da rebeldia que se apossa de setores da mocidade é hoje tema de debate universal, traduzido na realidade política dos países tanto desenvolvidos como insuficientemente desenvolvidos. Vai além da simplificação do ângulo ideológico, quando se manifesta nos países comunistas.

Há três meses o Brasil conhece manifestações estudantis, que trouxeram em seu bojo o apelo à violência.

(...) Decorrido todo esse prazo, só vozes isoladas fizeram-se ouvir em nome do Governo federal, como intermediários contraditórios da ausência de decisão. O Ministro da Educação disse à época que só lhe competia a questão estudantil quando no âmbito das universidades. Fora, era caso de Polícia. E como tal tem sido tratada. A repressão ficou restrita à competência policial, que só fez agravar qualquer possibilidade de entendimento.

Dispensa-se o Governo federal de cuidar dos problemas da Educação certamente por não lhe reconhecer a importância prioritária que a consciência pública reivindica ou pelo medo — isto é, falta de humildade diante dos fatos — de parecer curvar-se à reivindicação, que no entender dos responsáveis pelo País é forma intolerável de pressão.

(...) No Brasil a repressão ficou entregue a Polícia, como se a abstenção purificasse as culpas do Governo no ataque às causas próximas do problema, a Educação depreciada pelo enfoque burocrático da liberação de verbas ou no maternalismo com que foi tratado o caso dos excedentes. O Governo Costa e Silva assumiu o Poder envolto numa aura de simpatia: era portador da mensagem de distensão política e executor da reconstitucionalização. Hoje graças à incapacidade de reconhecer o aspecto prioritário da Educação e o sentido de urgência impresso aos problemas decorrentes, pode certificar-se de que ultrapassou qualquer limite de impopularidade conhecido por seu antecessor, consciente de que lhe tocava a tarefa mais desagradável da conjuntura indispensável para pôr ordem num País em desagregação.

(...) Para fazer o apelo contra a violência, meio indesejável que leva a fins inaceitáveis, o Governo deveria passar à iniciativa de atacar as causas e não atirar-se contra as consequências.

Já não lhe falece disposição criadora e a noção exata do valor da transigência, cabe à opinião pública, a que está reservada a responsabilidade crescente na condução do País a termos democráticos, impor-se em condenação unânime à violência, em cuja esteira de destruição e prejuízos todos temos a perder, jovens e adultos, pais e filhos, governados e governantes".

Após fazer este registro, Sr. Presidente, concluo salientando que vingança gera vingança e só o amor constrói para a eternidade". O Governo que tenha humildade e reco-

*Circo do CN
pela DOPS
Comunista contornal
do Jornal do Brasil*

O SR. PAULO MACARINI:

(Comunicação — Sem revolução do orador) — Sr. Presidente, as violências policiais em todo o País, o cerco do Congresso Nacional pela DOPS, a invasão das universidades brasileiras são fatos que entristecem o povo e humilham a Nação brasileira. Revelam, em última análise, a crise, a negligência e a incapacidade do Governo, pois as crises estudantis se sucedem, e não se faz para alterar as rançosas e feudais estruturas das universidades brasileiras.

CONGRESSISTA: **Paulo Macarini**

PROJETO Nº

Nº de 04/07/68, CD-ST-GR Py 3905/6
Nº / de / /

Comissão do Conselho com o Presidente da República

...os, reabertura do Calabouço e a suspensão da censura.
A saída — a saída que todos almejam — é uma abertura, um alívio e uma compreensão. Ela reside na concessão de anistia aos estudantes e aos trabalhadores. Ela reside na aprovação do projeto nº 1346, de 1968, de nossa autoria, que visa conceder anistia, em todo território nacional, aos estudantes e aos trabalhadores envolvidos nos acontecimentos que sucederam à morte de Edson Luis de Lima Souto.

Entendo mais ainda que o justo protesto dos estudantes e dos trabalhadores não se pode converter em prisão indiscriminada e abertura de processos militares, de ódio e vagueza disseminada em todo o território nacional.

O apelo que dirijo aos parlamentares aos Deputados do MDB e da ARENA, a própria Mesa da Câmara, é para que tudo façam a fim de que esse projeto que concede anistia aos estudantes e aos trabalhadores venha à ORDEM DO DIA, seja aprovado e votado, permitindo, assim, a abertura que todos desejamos para a crise brasileira.

Concluo, Sr. Presidente, afirmando que a compreensão, o amor e o entendimento levar-nos-ão à grande Pátria do futuro; o ódio ao rancor e à destruição.

Nós, bem como a mocidade e o povo brasileiro desejamos uma pátria livre e independente, acima do ódio e do rancor das minorias que estão infelicitando este País e fazendo com que ele deixe de galgar os grandes degraus que a levaram, por certo, ao conceito das principais nações do mundo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Deputados, uma comissão representativa de estudantes, intelectuais, Clero e outras camadas sociais dirigiu-se ao Sr. Presidente da República para com ele dialogar. Este ato foi um edificante exemplo de maturidade política, principalmente pelo fato de terem eles tomado a iniciativa. Demonstrou a intenção de, por meio de gestões, conseguir o atendimento de reivindicações módicas e totalmente justas que estão longe de fraguizar o inconformismo geral da Nação. Foram reivindicações específicas, parciais e imediatas. Não queriam a reforma da Constituição; não reclamavam a eleição direta; não exigiam o fim da política de arrôcho salarial; não clamavam pelo fim da nossa subordinação aos centros de decisões estrangeiros ao País. Nada. Queriam a reabertura do Calabouço que existe há vários anos, que existiu durante todas as crises que este País atravessou, e que a revolução de 1964 não fechou; a libertação de alguns estudantes presos e participação nesta Comissão, que é mais uma das inúmeras comissões que está estudando a reforma universitária, de cujos resultados descreio, como já tive ocasião de afirmar.

O famoso diálogo foi uma conversa que não passou de um monólogo. Confirmaram-se, infelizmente, nossas piores previsões. Na prática, nenhuma das reivindicações estudantis foi atendida. O Governo ouviu mas não escutou. Quis fazer um *beau geste* recebendo os estudantes, mas não os atendeu. Afirma que não faz nada sob pressão. Ora, Sr. Presidente, Senhores Deputados, nas democracias faz-se tudo sob pressão. A Lei dos Direitos Civis foi arrancada, nos Estados Unidos, sob a pressão de incêndios em 30 cidades, e não de uma passeata pacífica realizada no centro da Guanabara.

O Ministro Tarso Dutra, cuja demissão é reclamada por gregos e troianos, é justamente o presidente da comissão de reforma universitária.

ria. O Ministro Tarso Dutra é por todos repudiado. Os professores para ela designados não foram indicados pela classe dos professores. Os estudantes que dela participam não foram indicados pelos estudantes, que afinal são os maiores interessados na reforma universitária. Apesar do ceticismo, esperávamos que a posição do Presidente da República fosse outra. Esperávamos que essa comissão de reforma universitária fosse pelo menos mais democrática. Confirmaram-se, como disse, as nossas piores previsões, e confirmam-se, também as lamentáveis perspectivas que nesta Casa todos fazem de dias cada vez mais sombrios, cada vez mais desalentadores para esta Nação. (Muito bem).

honorable (1968)

O SR. PAULO MACARINI:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Deputados, creio que o Sr. Presidente da República não estava preparado para receber a comissão dos cent mil brasileiros, nem sensível para com ela dialogar.

A crise Governo e povo reside na teimosia daquele e na ansia de liberdade deste, que deseja tornar o Brasil uma Pátria livre e independente.

Mas o impasse permanece, e os estudantes pleiteiam o óbvio: a reforma universitária, a sutura dos pre-

99

CONGRESSISTA: Paulo MACARINI
 PROJETO Nº CAMARA
 Nº SENADO
 DC de 09/07/68, CD-ST-ON Pg 3995
 DO Nº 1 de 1 1

O SR. PAULO MACARINI:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a recomendação do Sr. Ministro da Justiça representa, no meu entender, um ato de intervenção federal nos Estados, pois vêm faltar o pouco que resta do sistema federativo consagrado na Constituição do Brasil.

A nota do Ministro da Justiça começa com uma recomendação, e evolui aconselhando sanções a todos aqueles que forem à praça pública levar as suas manifestações e, por último, revoga o § 27 do art. 150 da Carta Magna, que assegura o direito de reunião.

Sr. Presidente, é simplesmente lamentável o procedimento do Governo Federal, que vê e sente nas passeatas pacíficas algo que atemoriza a estrutura do governo policial a que estamos submetidos desde 1964. Por certo o Governo preferia que os movimentos fossem tumultuados, a fim de reprimi-los à base da violência policial.

Mas creio que o Sr. Ministro da Justiça foi de uma infelicidade a toda prova quando, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, quis esmagar, sufocar a ansia de liberdade da mocidade brasileira, impedindo que essas manifestações pacíficas, que contam, hoje, com o apoio de toda a população brasileira, fossem realizadas. Quer, assim, impedir que o povo se conscientize, se prepare para a grande caminhada do futuro.

Vejo Sr. Presidente, nessas manifestações um processo político irreversível, no campo sociológico e no campo econômico; vejo nessas passeatas a convicção de que a medida que o Governo se distancia das reivindicações populares, cresce a responsabilidade do povo em lutar na praça pública. E o povo brasileiro, ciente e consciente da incapacidade e da incompetência do Governo Federal, vem, agora, ao lado dos estudantes e dos trabalhadores, lutar pela implantação das reformas de base, pela modificação das estruturas feudais e arcaicas, responsáveis pelo nosso retrocesso, e acima de tudo vem lutar pela distribuição da riqueza nacional, a fim de que este País, aproveitando-se da inteligência e da capacidade dos seus filhos, se prepare definitivamente para ser a nação do século XXI.

Vejo, Sr. Presidente, nessa portaria, ou nessa recomendação ministerial, um retrocesso no aprimoramento do regime democrático. Vejo, no entanto, Sr. Presidente, nas passeatas e nas manifestações pacíficas a grande sintonia, a grande abertura para que se reformule a Constituição Federal, que não representa a realidade brasileira, e para que se alterem as leis de segurança e de imprensa, que representam diuturnamente uma ameaça aos órgãos da imprensa e a todo o povo brasileiro.

Vejo nesse ato do Sr. Ministro da Justiça como já salientei, um retrocesso no desenvolvimento de qualquer sistema dito democrático, mas vejo, também, com muita esperança, que as movimentações estudantis, as passeatas da juventude representam um processo irreversível, para que este País caminhe definitivamente para a grande nação do futuro.

Fica, pois, este registro, Sr. Presidente, condenando veementemente mais essa recomendação ditatorial do Governo do Sr. Costa e Silva e fazendo certo elogio mesmo aos movimentos estudantis às passeatas pacíficas, porque elas representam, em última análise, uma conquista do povo em favor do País. (Muito bem).

*Critica a
 recomendação do
 Min da Justiça*

Am. A.M.

GRESSISTA: *Paulo Macarini*
 JETO Nº
 Nº
 de 15/07/69 | CD-~~ST-ON~~ Pg 4354/5
 Nº 1 do 1 1

Criticas ao Sr. Jarbas Passarinho

O SR. PAULO MACARINI:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a violência policial, orientada e comandada pelo Ministro Jarbas Passarinho, contra os trabalhadores de Osasco e o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, representa, no meu entender, um retrocesso político sem precedentes na história política brasileira.

Os jornais de hoje estampam fotografias de trabalhadores, como se prisioneiros de guerra fossem, em verdadeiras filas indianas. E, se a legenda não estivesse para explicar que se tratava de uma fotografia tirada em Osasco com os trabalhadores, poderia facilmente ser identificada como uma das mais horrorosas fotografias estampadas sobre a Guerra do Vietnã. Não tem sido outro o comportamento deste Governo, tido e havido como ditatorial. Está em moda colocar o povo em "corredor polonês", como aconteceu hoje em Osasco, ocorreu há poucos dias com os estudantes no campo do Botafogo e com os estudantes da Universidade de Brasília no campus universitários.

Os trabalhadores, Sr. Presidente, pleiteiam apenas um aumento de 35% nos seus salários, um reajuste trimestral e a estabilidade, pois vivem constantemente ameaçados pelo fantasma do desemprego e pela angústia diária de não ter o suficiente para prover o sustento próprio e o de sua família.

O Ministro do Trabalho, Sr. Presidente, a partir da preve dos metalúrgicos de Minas Gerais, tem-se revelado um perfeito técnico nas ameaças e nas advertências. Mas nada, absolutamente nada, tem feito o Sr. Ministro do Trabalho em favor da classe

obreira deste País. Muito ao contrário, prorrogou indefinidamente a lei do arrocho.

É possível, Sr. Presidente, que esteja o Sr. Ministro Jarbas Passarinho já cumprindo as decisões do Conselho de Segurança Nacional, para impedir que os trabalhadores, através de seus sindicatos, através de entidades de classe, possam, de alguma forma, reivindicar o mínimo indispensável à própria sobrevivência.

Praticou S. Exa. mais um ato de violência ao decretar intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, violência que em nada contribuirá para que os operários tenham mais ânimo, mais coragem, mais ardor no seu trabalho. Essas violências, na verdade, são cicatrizes contra os próprios interesses nacionais.

Esse Governo, que se caracteriza pela violência, tem, por outro lado, alguma coisa deveras interessante, a copiar acontecimentos de outras partes do mundo. Declarou o Sr. Presidente da República que não é De Gaulle; ontem, em São Paulo, o Ministro Jarbas Passarinho afirmava que o Tietê não é Sena.

Infelizmente, Sr. Presidente, temos de dizer, aqui, que o Brasil não é a França, que o Governo brasileiro não tem a sensibilidade suficiente para compreender a angústia dos jovens o patriotismo dos trabalhadores, nem tampouco para fazer uma abertura democrática, a fim de que todos os brasileiros, especialmente os jovens e os trabalhadores, hoje marginalizados do processo de desenvolvimento econômico e social, possam voltar a dar a sua contribuição para o progresso e desenvolvimento desse País.

Que o Sr. Jarbas Passarinho tenha a mais sublime das virtudes — a humildade cristã — compreenda a angústia desses trabalhadores, fazendo com que seja definitivamente revogada a política do arrocho salarial e posta de lado a política econômico-financeira que escraviza o nosso País, que representa o marasmo nas nossas atividades econômicas e, por fim, estrangula a Nação, impedindo que alcance a sua emancipação econômica, impedindo que esta Pátria trace os seus grandes destinos, os destinos do seu grande futuro para o século XXI, e não fique amarrada ao feudalismo, ao reacionarismo e, acima de tudo, aquilo que já passou há mais de três séculos.

Que o Ministro Jarbas Passarinho tenha ante essas movimentações, capacidade suficiente para entender os trabalhadores e ser, não um representante da reação e da violência, mas, na pasta do Trabalho, um representante dos trabalhadores, para, desta forma, fazer com que esses milhões de brasileiros, marginalizados do processo de desenvolvimento, venham, com a sua contribuição e o seu trabalho, marcar definitivamente a sua presença para o grande Brasil de amanhã. (Muito Bem.)

Atu. 1.12,

CONGRESSISTA: *Paulo Macarini*

PROJETO N°	CAMARA
N°	SENADO
C de 31/8 160	CD-SF-CN Pg 569/
D N°	1 de 1 1

acontecimentos da UnB

O SR. PAULO MACARINI:

(Comunicação. Lê) -- Sr. Presidente, o Governo Federal, após sucessivas invasões ao campus da Universidade de Brasília e violências praticadas contra os estudantes, está a atingir seu objetivo, que é o fechamento da outrora modelar e promissora unidade de ensino superior do País.

A Universidade de Brasília, surgida como clarão de esperanças para o Brasil e para a América Latina, vê sua chama desaparecer lentamente a partir de 1964, com demissão de professores, invasão do campus violências e arbitrariedades, num plano inclinado contra tudo e contra todos.

A violência continuada que se pratica contra a Universidade de Brasília atinge muito menos a unidade escolar, para atingir a mocidade e o povo brasileiro, que se vê hoje triste e humilhado perante o mundo.

Que chocante e desfigurador papel foi reservado ao Presidente Costa e Silva, ao atingir os jovens que, de qualquer forma, nos sucederão nas lideranças política e social do Brasil do futuro!

A nossa total repulsa às violências e o nosso apoio aos jovens que, cheios de sabedoria e de sinceridade, querem cobrir o abismo existente entre Governo e mocidade.

Mas esses jovens, que ontem foram tratados pela tirania dos maus professores e agora pelo cassete dos policiais, terão um lugar ao sol, para que este País, com liberdade e desenvolvimento, trace o seu grande destino, com o aproveitamento da capacidade e da inteligência de seus filhos. (Muito bem.)

6234 An. 1.13

MINISTÉRIO DO EXERCITO
ASSESSORIA PARLAMENTAR

CONGRESSISTA: PAULO MACARINI
(IMDB/SC) CAMARA
PROJETO N° SENADO
N°
DC de 15 / 10 / 68 / CD-SECOM Pg 7182/83
DO N° / de / /

- Analisa as consequências das prováveis cassação de Deputados;
- Diz que com IPMs e prisões não, se constoe a grandeza e uma nação.

— pois a ameaça não representa ou não pretende atingir o Deputado Márcio Moreira Alves, em particular, mas o Congresso, como instituição, em geral.

Com ameaça de suspensão de direitos políticos sobre a instituição, creio que os parlamentares e a Nação devem estar preparados para viver à beira do abismo e aceitar o desafio de lutar.

O fato de o Governo revelar uma prodigiosa incompreensão de nova democracia aberta a todos os níveis, de uma participação de todos nas decisões que entretecem a vida nacional, da falta da implantação das reformas de base e da distribuição da renda e da riqueza nacionais, é apenas um fato passageiro na vida de uma nação que apresenta o maior índice de crescimento demográfico do mundo. Em 1980, seremos 120 milhões de habitantes e no limiar do século 220 milhões, dos quais mais de 50% com menos de 20 anos de idade. Seremos, ainda, um país jovem e de jovens e capaz de recuperar a liderança da América Latina, imprimir aos demais países latino-americanos uma filosofia e doutrina de governo para a libertação de todos os povos e, acima de tudo, passar a influir nas decisões do Universo. Isto tudo, porque se apossa de todos os brasileiros, notadamente dos jovens, que serão os líderes do futuro, a plena convicção de que as necessidades políticas da sociedade se tornam necessidades e aspirações individuais, sua satisfação promove o espírito comunitário, e o conjunto constitui-se na própria razão da luta por um Brasil livre e economicamente independente.

Cada brasileiro sabe que a situação econômica está longe de ser satisfatória. Ela é mais grave do que a situação política. Elas não se confundem; pelo contrário, se completam. E os salários estão praticamente congelados, deteriora-se a relação de trocas para os produtos da agricultura, adquire-se ferro velho da AMFORD e vende-se a superavitária Fábrica Nacional de Motores e assim por diante. Tal é o preço que o brasileiro paga por uma política fundada na recusa das mais necessárias reformas de estruturas, na manutenção das rotinas e dos privilégios, e na estagnação econômica que compromete a tudo e a todos. Acrescente-se que o aumento da massa salarial, anualmente, aumenta o desemprego e cria o subemprego, numa nação onde mais de 50%, ou seja, 45 milhões, percebem anualmente renda inferior a US\$ 100,00, uma das mais baixas do mundo.

Este quadro de deterioração econômica leva-nos a crer que o governo tem interesse no tumulto das questões políticas. O tumulto tem se sucedido, ora pela apresentação de proposições legislativas — como a cassação de 68 municípios — ora pela pressão, negando a anistia aos estudantes e trabalhadores, e mais recentemente, pela via policial, com a invasão da Universidade de Brasília e a prisão dos estudantes em São Paulo, que realizavam o 30.º Congresso da UNE, logo após a decisão do Supremo Tribunal Federal, considerando não ser crime lutar pela UNE. E mais recentemente o tumulto toma conta do próprio Congresso, quando o Governo quer atingi-lo pela suspensão de direitos políticos de seus membros. A inviolabilidade no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, não admite tergiversação. Existe ou não existe.

Assim, pretende o oGvêrno encobertar o fracasso da política econômico-financeira com a tumultuação do quadro político. Ele, no entanto, passará e será substituído por forças vivas que efetivamente lancem as bases definitivas para o nosso progresso e desenvolvimento.

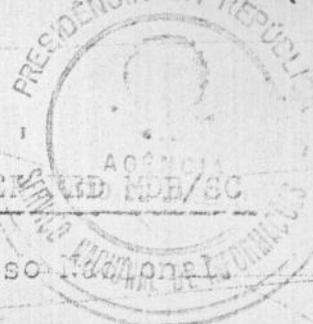
IPMs prisões não constroem a grandeza de uma Nação. Creio que ela será edificada com liberdade, justiça social e emancipação econômica. (Muito bem.)

O SR. PAULO MACARINI:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente, a notícia divulgada, de que o Presidente da República pretende encaminhar pedido de suspensão de direitos políticos de mais quatro (4) deputados federais, além de Márcio Moreira Alves, é uma ameaça permanente de uma catástrofe que poderia acarretar, em última análise, o fechamento do Congresso Nacional, único resquício da estreita faixa de liberdade.

Os esforços para impedir tal catástrofe devem preocupar todos os parlamentares — da ARENA e do MDB

An. 1.14.



Resumo dos principais pronunciamentos do

DEPUTADO

PAULO MACARINI.

no Congresso

NACIONAL

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
XXXXXXXX 03 OUT 67	Declarou que o Gov é tímido e contraditório e que devia alterar a política econômico-financeira e tributaria.	Nº 127
05 OUT 67	Pedi que o Congresso aprove o congelamento de alugueis ate 1970, dizendo que não se compreende que o Governo aplique o arrocho salarial e não tome identica medida quanto aos alugueis e generos de primeira necessidade.	Nº 56
17 OUT 67	Em longo discurso em que falou da cédula pignoraticia, atacou a política administrativa do Gov, classificando-a de tímida, especialmente em razão das empresas nacionais. Atacou as leis de "arrocho salarial", a lei de remessa de lucros, o acordo de investimentos, dizendo que estas leis só beneficiam as firmas estrangeiras e que o Gov só protege grupos estrangeiros. Atacou a política do IBRA no Parana e acentuou discordias que estariam existindo entre os Ministros. Falou também sobre o ICM nos produtos agropecuarios.	Nº 137
20 OUT 67	Em aparte, atacou a política desenvolvida pelo IBRA.	Nº 140-I
21 OUT 67	Em aparte a discurso proferido pelo Dep JAIRO BRUM, lembrou os acontecimentos que envolveram a CD e elementos do Ex, em 1966, quando foram cassados varios Dep Fed. Disse que o episodio foi um ato violento e arbitrario. Falando da cassação do mandato do ex-Dop DOUTEL DE ANDRADE, disse que ela foi feita com base no IPM da 5ª RM e que o STF deu habeas-corpus ao mesmo, retirando seu nome do processo, deixando de haver a causa da cassação injusta.	Nº 141-I
27 OUT 67	Falando a respeito dos diversos tratados que o Brasil está assinando de cooperação para a utilização pacifica da energia atomica, acentuou divergencias que estariam ocorrendo no seio do Gov no tocante a mesma política, entre os Ministros da RE e ME.	Nº 145-I Sup.
16 MAI 68	Tecendo consideração sobre o arrocho salarial do Governo, disse o seguinte: "os trabalhadores da GB, SP, RS e MG, através das suas entidades de classe, programam a realização / de conglaves, destinados a aumentar a luta anti-arrocho, em face da insensibilidade do Governo, que se caracteriza entre a contradicção e a demagogia. A luta dos trabalhadores, merece o apoio do MDB, uma vez que o abono de 10% visa apenas, como medida protelatoria, desviar a atenção da	

Resumo dos principais pronunciamentos do
 PAULO MACARINI, no Congresso Nacional.

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO
 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DIRETÓRIO DO
 CONGRESSO
 NACIONAL

DATA	RESUMO DO DISCURSO	
16 MAI 68	<p>classe e perpetuar a desumana lei do arrôcho salarial. Já é tempo, Sr Presidente, do Governo, diante da própria realidade nacional, implantar as reformas de base, efetivar distribuição de recursos, proporcionar o aumento do poder aquisitivo para os trabalhadores etc.</p> <p>O que temos visto até aqui são as concessões de favores aos grupos econômicos internacionais, aliados aos maus grupos nacionais, e, consequentemente, o confisco e a subtração dos salários e do poder aquisitivo da grande massa trabalhadora brasileira.</p>	Nº 76-I
25 MAI 68	<p>Apresentou o Projeto nº 1.346/68, concedendo anistia, em todo o território nacional, aos estudantes e trabalhadores envolvidos nos acontecimentos que se sucederam a morte de Edson Luiz de Lima Souto na GB.</p>	Nº 83-I
25 MAI 68	<p>Referindo-se ao projeto da inclusão de municípios na área de Segurança Nacional disse: "Não pode haver harmonia de poderes, Sr Presidente, se o Poder Executivo exerce sobre esta Casa, além da pressão contida no art. 54, a pressão pessoal, através de seus líderes, que não representam efetivamente os seus liderados pois há entre o Líder e os Deputados um vácuo muito maior do que existe hoje entre a classe política e o Poder Executivo desta República."</p>	Nº 83-I
07 JUN 68	<p>Falando a respeito das áreas de segurança Nacional, disse o seguinte: "A cassação da autonomia de 68 municípios brasileiros em nada absolutamente em nada diz respeito a segurança nacional. Representa, sim, um processo de espoliação contra o povo, que fica impedido de escolher / seus prefeitos municipais."</p>	Nº 92-I
26 JUN 68	<p>Falando sobre a crise estudantil no País, entre outras coisas disse o seguinte: "As violências policiais em todo o País, o cerco do Congresso Nacional pela DOPS, a invasão das universidades brasileiras são fatos que entristecem o povo e humilham a Nação brasileira. Revelam, em última análise, a omissão, a negligência e a incapacidade do Governo, pois as crises estudantis se sucedem, e nada se faz para alterar as rangosas e feudais estruturas das universidades brasileiras".</p>	Nº 101-I
12 JUL 68	<p>Falando sobre a crise estudantil no País, disse que estamos agora, diante da crise educacional, da ansia de liberdade e da justa revolta da mocidade que quer ter um lugar ao sol para construir a grandeza da Pátria. O Grupo de Trabalho nomeado pelo PR, para dar em 30 dias,</p>	

Resumo dos principais pronunciamentos de
 PAULO MACARINI, no Congresso Nacional

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DC
12.7.68	o que esse Governo não conseguiu sugerir em 17 meses do seu mandato.	Nº 113-I
22.8.68	Falando sobre a invasão da Tcheco-Eslováquia pela URSS, disse o seguinte: quero aliar a minha voz a de tantos quantos aqui, como representantes do povo e expressando a própria opinião da Câmara dos Deputados, trouxeram o seu protesto contra os acontecimentos que surpreenderam a opinião pública nesta madrugada, em virtude da invasão da Tcheco-Eslováquia pela URSS. Trazemos aqui, o mais veemente protesto e repulsa aos invasores, ao mesmo tempo em que queremos dar todo o nosso apoio moral e cívico aos tchecos que lutam pela sua liberdade".	SUP 1/2-I
23.8.68	Falando sobre o aumento do dólar, disse: "o Ministro da Fazenda reconheceu ontem, oficialmente mais uma vez, o fracasso da política econômico-financeira do Governo, ao elevar para 3 cruzeiros novos e 65 centavos a taxa do dólar. É o segundo aumento verificado no Governo do Sr COSTA E SILVA em 16 meses de gestão, e o oitavo no Governo Revolucionário, desde 1964. O atual Governo prefere, os métodos irracionais e imediatistas. Aumentar, indiscriminadamente, a taxa do dólar, o que terá graves repercussões em todas as atividades da vida brasileira. Deixo, aqui, o meu protesto, a minha lamentação, porque vejo, nesta atitude do Ministro da Fazenda, mais um ato de entreguismo, revela uma capitulação diante de uma exigência do Fundo Monetário Internacional contrária aos interesses da economia brasileira".	Nº 143-I
3.9.68	Falando sobre a invasão da UnB, pela Polícia, disse: "o cruel quadro de um povo triste e de uma nação humilhada pela brutal e sangrenta invasão do campus da UnB não teria existido, se o Governo tivesse votado e permitido o projeto de anistia aos estudantes e trabalhadores. A polícia, como responsável pela manutenção da ordem em nome do Governo fez desaparecer a confiança e arruinar qualquer espécie de diálogo. E o Governo mais uma vez faltou com a verdade.	Nº 150-I
28.9.68	Em seu discurso, disse: "a progressiva escalada / pela destruição da UnB, iniciada a partir de 64, não preocupa apenas a Oposição. Ela representa, hoje, um estado de espírito que atormenta professores e alunos, parlamentares da ARENA e do MDB e a imprensa em geral".	SUP DC 169-I

Resumo dos principais pronunciamentos de
 PAULO MACARINI, no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DE. Nº
15.10.68	<p>Falando sobre cassação de mandatos de vários Deputados, estando entre eles Marcio Moreira Alves, disse: "a notícia divulgada, de que o Presidente da República pretende encaminhar pedido de suspensão de direitos políticos de mais quatro (4) deputados federais, além de Marcio Moreira Alves, é uma ameaça permanente de uma catástrofe que poderia acarretar, em última análise, o fechamento do Congresso Nacional, único resquício da estreita faixa de liberdade.</p> <p>Os esforços para impedir tal catástrofe devem preocupar todos os parlamentares - da ARENA e do MDB - pois a ameaça não representa ou não pretende atingir o Deputado Marcio Moreira Alves em particular, mas o Congresso, como instituição em geral".</p>	180-I
20.11.68	<p>Falando sobre a concessão de aumento aos civis e militares, disse: "o MDB dá ao projeto que visa a reajustar os vencimentos dos servidores civis e militares da União meios para promover o debate da matéria e atender as mais justas e lícitas reivindicações dos servidores públicos e, acima de tudo, da oportunidade ao Congresso Nacional de se reafirmar no cumprimento do seu dever, na sua missão de legislar.</p> <p>As emendas ontem apresentadas têm apoio constitucional e, sobretudo, um aspecto altamente humano, que visa em última análise, compensar os achatamentos verificados, a partir de 1964, nos proventos dos civis e militares, que estão sentindo no dia a dia, uma diminuição de poder aquisitivo, em virtude do crescente aumento do custo de vida".</p>	203-I

2 - DECLARAÇÕES À IMPRENSA

2.1 - CORREIO DA MANHÃ	- 06 JAN 67
2.2 - JORNAL DO BRASIL	- 22 OUT 67
2.3 - ÚLTIMA HORA	- 30 MAR 68
2.4 - O GLOBO	- 09 ABR 68
2.5 - O GLOBO	- 20 MAI 68
2.6 - O JORNAL DO BRASIL	- 21 MAI 68
2.7 - O PAIZ	- 11 JUN 68
2.8 - JORNAL DO BRASIL	- 11 AGO 68

Am. 211,

CORREIO DA MANHÃ
(06.1.67)

ANEXO Nº 3
LEI Nº 811/67



EMENDA

CK 6

O deputado federal Paulo Macarino (MDB-SC) informou ontem em Congonhas que "caso haja ainda tempo vou apresentar emendas destinadas a fazer com que a nova Lei de Imprensa entre em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 1980."

O parlamentar acredita que suas emendas serão objeto da atenção do Congresso.

Por outro lado, o deputado Carvalho Scrinho, que se encontra junto com o parlamentar catarinense, afirmou que "esta não é a primeira vez que um deputado faz blague com matéria oriunda do Executivo."

Ambos os parlamentares embarcaram ontem para Brasília.

ANEXO N.º 6

LIGADO EM 24/10/67



Macarini vê fruto na obstrução

Brasília (Sucursal) — O vice-líder do MDB, Deputado Paulo Macarini, afirmou que a obstrução que o seu Partido está fazendo na Câmara, há uma semana, já produziu alguns frutos, tendo, inclusive, proporcionado a revitalização dos trabalhos legislativos e o debate mais aprofundado dos temas políticos, sociais e econômicos.

O parlamentar catarinense diz que o recurso regimental terá prosseguimento, expressando ainda que a obstrução constitui também um protesto contra facções da ARENA que desejam, "através de uma legislação momentânea, ao saber de suas conveniências regionais, implantar dispositivos para levar o País ao partido único".

ARRÓCHO

— É estranho — acrescenta — o comportamento de certos líderes que se formaram através de pequenos partidos e do voto direto e agora desejam se eternizar no poder, ao lado de grupos oligárquicos, contra a renovação de lideranças. A redemocratização se efetivará com a revogação das leis discriminatórias e com a implan-

tação de instrumentos que reflitam a vontade do povo e a realidade nacional.

Diz ainda o vice-líder do MDB que seu Partido pleiteia da Mesa um tratamento equânime na discussão e votação de suas iniciativas, notadamente na revogação das Medidas que ele caracteriza como de "arócho", inclusive a Lei de Segurança Nacional. O MDB apresentou projeto pretendendo revogar esta lei, e um requerimento de urgência, há mais de seis meses, mas ambos estão ainda pendentes de parecer e votação.

REGIMENTO

Juntamente com os Deputados Chagas Rodrigues e Otávio Caruso, o Sr. Paulo Macarini integra uma comissão designada pela liderança do MDB para examinar o projeto da reforma do Regimento Interno, com vistas a adaptá-lo à Constituição de 24 de janeiro.

Alguns setores do Partido se insurgem contra o projeto, especialmente em dois pontos — serviço de Assessoria legislativa e designação de vice-líde-

res. O Serviço de Assessoria Legislativa, que se pretende criar, ficaria vinculado à Secretaria-Geral da Presidência, para elaboração de proposições e análise prévia das mesmas sob o ponto-de-vista de técnica legislativa e constitucional.

Segundo informa o Deputado Paulo Macarini, o MDB pleiteia que o serviço fique vinculado às lideranças partidárias, para ser mais flexível e mais objetivo, sob a alegação de que "fora das lideranças ele poderá se converter num instrumento de política, embora não seja esta a intenção do autor do projeto".

— Por outro lado — observa — a limitação para designar apenas dois vice-líderes perante as comissões e plenário é mais um cercamento da liberdade da minoria, que tem na livre indicação dos vice-líderes hábil instrumento para os debates e a atenção política, na hora precisa. E, ainda mais, os poderes atribuídos ao líder para requerer verificação de votação nas comissões é mais um ato coercitivo contra a vontade e a independência dos deputados.

30 MAR. 1968

N8. Pro. C55. 224.4, P. 63
Am. 2. 3.



Oposição: É ânsia pela Liberdade

BRASÍLIA (UHY) — A Oposição interpreta os protestos estudantis no Rio e em todo o País como "um estado de espírito que se apossou da mocidade do mundo moderno, numa ânsia de libertação, que vai desde os países socialistas aos capitalistas. As manifestações se sucedem, no afã de se criarem ou de se ampliarem tôdas as faixas da liberdade".

A reação dos jovens — dizem os oposicionistas — parte de quem se prepara para liderar no século XXI, com o avanço tecnológico e científico, paralelamente à plenitude da conquista do espaço e da compreensão, sejam elas dessa ou daquela origem.

LIÇÃO E ADVERTENCIA

O vice-líder do MDB, Deputado Paulo Macarini, acha que o Governo brasileiro deve aprender ou tirar grandes lições dos acontecimentos do restaurante do Calabouço, porque "as explosões da mocidade representam, em última análise, uma firme vontade de despertar uma consciência nacional para que este País arranque definitivamente para o desenvolvimento e se projete no conjunto das demais nações".

— É uma advertência — destacou o parlamentar — aqueles que desejam cada vez mais a supressão das liberdades em nosso País, sob o empírico pretexto de segurança nacional. É também uma advertência aos políticos oportunistas que querem fazer da sublegenda, além do caminho para o "partido único", a manutenção das oligarquias políticas, para degustar o sabor de seus interesses meramente regionais, contra os interesses gerais da nacionalidade. É uma advertência também ao Governo que, pela sua rigidez político-econômico-financeira, impõe o arrêcho salarial e decreta níveis que, de forma alguma, permitem o sustento da mais modesta família brasileira.

INTROMISSÃO MILITAR

— É o inconformismo — prosseguiu o vice-líder do MDB —, a intromissão indevida de uma área militar que se apossou do Poder, notadamente dos setores de educação, impedindo que a Nação aproveite a capacidade e a inteligência de seus filhos. É um protesto contra a inércia, a contradição, a timidez do Governo, que se vangloria de poder, em 1975, equiparar-se à Índia na conquista do átomo para acelerar o seu desenvolvimento.

— É, igualmente — acentuou o deputado —, uma demonstração evidente do vazio existente entre o povo e o Governo, que, numa demonstração de teimosia, quer manter inalterada a Carta de 67, imposta em condições humilhantes aos nossos princípios de civismo e liberdade. E, por fim, é um brado de alerta para que o Governo devolva ao povo o direito de escolher os seus governantes livremente e cesse definitivamente as ameaças de supressão ao pouco que ainda resta de liberdade.

O deputado catarinense acrescentou que "ontem o Governo sufocou o povo pelo confisco dos salários, diminuindo consideravelmente o seu poder aquisitivo, e hoje ameaça-o de morte pelas violências e arbitrariedades policiais".

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - 2ª SEÇÃO

ORGÃO: O G L O B O

ASSUNTO:

data: 9 de Abril de 1.968

MDB

RESUMO:

O MDB Vai Pronunciar-se Sobre o Ato Ministerial

BRASILIA (O GLOBO) — A Comissão Executiva do MDB deverá reunir-se hoje, para firmar a posição do partido com relação à Portaria do Ministro da Justiça que colocou a frente ampla fora da lei.

Precedendo a reunião, que deveria ter sido realizada ontem, a que não ocorreu por falta de quorum, vários deputados do MDB tiveram, ao início da noite de ontem, um encontro no gabinete do líder Mário Covas, para analisar e debater de maneira informal a portaria em si e suas repercussões na vida política nacional. O Deputado Paulo Macarini, de Santa Catarina, e de opinião que a medida representará um grande retrocesso político, funcionando mesmo como fator de coação e intransigibilidade, particularmente no interior do País. Já o Deputado Hélio Navarro, de São Paulo, vai arguir, na reunião de hoje, a inconstitucionalidade da medida do Ministro Gama e Silva, assunto que, aliás, está sendo examinado desde a noite de sexta-feira última pelos juristas da Oposição. O líder do partido no Senado, Sr. Aurélio Viana, vai propor como preliminar o exame da constitucionalidade da matéria, premissa a partir da qual os debates deverão ser feridos. Por seu turno, o Senador Oscar Passos, presidente do MDB, e sabidamente contrário à antiga frente ampla, não deseja um envolvimento do partido pelo movimento oriundo dos Pactos de Lisboa e Montevideu. Sabe-se que o Deputado Martins Rodrigues, secretário-geral da agremiação oposicionista, tende por uma participação cada vez mais atuante do MDB no processo político brasileiro, particularmente nos movimentos de conscientização popular em praça pública. Tem-se, nos meios políticos, que a orientação a ser firmada pelo MDB, em sua reunião prevista para hoje, representa-

rá um importante passo para os destinos do País, pois na medida em que encampar o estilo de pregação do Sr. Carlos Lacerda, ações coercitivas deverão ser executadas pelo Governo dentro da mesma motivação que inspirou a Portaria do Ministro Gama e Silva. A reunião deverá fornecer, ainda, indicações precisas da receptividade da orientação que o Senador Oscar Passos vem procurando imprimir ao partido, podendo mesmo assumir o caráter de uma prévia do próximo dia 19 de junho, quando o presidente emedebista se submeterá, voluntariamente, a uma moção de confiança de seus companheiros de Oposição.

Desarmamento

Dos Espíritos

O Deputado Haroldo Leon Perez, vice-líder da ARENA na Câmara, vai lançar hoje as bases de um novo movimento de pacificação entre os diversos grupos atuantes na vida brasileira.

Preferindo não chamá-lo de pacificação, pois o vocábulo ultimamente vem representando movimentos fracassados, o parlamentar disse que vai lutar por um melhor entendimento entre civis e militares, patrões e empregados, e de outras classes cujos possíveis interesses conflitantes prejudicam, em última análise, o próprio interesse nacional. As bases do movimento serão divulgadas hoje pelo Deputado Leon Perez que, no último fim de semana, em Curitiba, foi cumprimentado pelo Presidente Costa e Silva por sua ação mediadora na crise estudantil, em Brasília.

Elogio ao Presidente

SÃO PAULO (O GLOBO) — "A Constituição é o instrumento suficiente para reprimir as tentativas de desordem e subversão. O exercício da liberdade, que garantiremos em São Paulo,

com respeito à lei e à ordem, é a mesma liberdade que, em todo o País, assegura o Presidente Costa e Silva e fundamentada na Constituição", afirmou ontem o Governador Abreu Sodré por ocasião das solenidades comemorativas do 415.º aniversário de Santo André. Acrescentou que gostaria de cumprimentar de público o Presidente Costa e Silva pelo seu propósito, anunciado em discurso na ABI, de que a ordem será mantida no País, dentro dos quadros constitucionais vigentes.

Ação Subversiva

O Governador Abreu Sodré frisou, ainda, que não deseja o povo conselantizado, como nos regimes totalitários, mas sim, plenamente consciente, sabedor de onde e como preservar a liberdade. "Os trabalhadores — continuou — a maioria dos estudantes, os empresários, enfim, a família paulista, deseja a paz e a ordem para o trabalho, estudo e progresso. Denunciamos os inocentes úteis que servem à esquerda e à direita e que, invocando a liberdade, aliam-se aos totalitários, e falando em justiça social, ajudam a submeter o povo à ditadura dos partidos únicos".

Fôrças Armadas

Ao concluir, o governador acentuou que, em São Paulo, no decorrer dos últimos acontecimentos, houve "perfeito entendimento entre os poderes públicos, especialmente as autoridades do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, com o Governo do Estado, e que as Fôrças Armadas deram, mais uma vez, o testemunho de sua formação democrática".

Antes de regressar a São Paulo o Governador Abreu Sodré anunciou que o Estado colaborará na construção do Centro Cívico de Santo André.

28 MAIO 1968

ANEXO N.º
MAY 22 1968

Macarini Acusa ARENA de Insensível e Fisiológica

BRASILIA (O GLOBO) — No momento em que o Congresso enfrenta a alternativa de aprovar o substitutivo do Deputado Raimundo de Brito ao projeto das sublegendas, com as alterações que vem sendo tentadas na Comissão Mista, ou deixar fluir o prazo fatal de tramitação da matéria — com o que será aprovado o projeto nos exatos termos em que veio do Executivo — o Deputado Paulo Macarini, vice-líder do MDB na Câmara, insiste em que, de uma forma ou de outra, estará irremediavelmente comprometido o processo de recuperação democrática que se vinha tentando no Brasil.

Entende o parlamentar opositor que patrocinando um projeto casuístico, com o objetivo inequívoco de fortalecer a ARENA e prejudicar o MDB, o Governo não se apercebe — ou se o faz não parece se sensibilizar — de que na presente quadra da vida política brasileira mais do que nunca faz-se necessária uma oposição forte e atuante, pois na medida em que esta revelar-se incapaz de cumprir sua missão de lutar pela prevalência de suas teses e buscar o poder por via institucional estarão abertas as portas ao desespero e ao extremismo, e as consequências serão imprevisíveis.

Fisiologia

Sustentando que a insensibilidade política de alguns setores da ARENA e a fisiologia política dos mesmos estão comprometendo, de forma irremediável, o regime democrático, disse o Deputado Paulo Macarini:

— Não há cirurgia capaz de, através de intervenções plásticas, recuperar a face da democracia brasileira, tão deformada e tão arranhada pela insensibilidade política da ARENA.

Não bastassem a Carta transitória de 67, que não expressa a realidade nacional, e a progressiva legislação de conceito e de segurança nacional, insiste, agora, a ARENA, em impor uma lei casuística parcial, imoral e injusta, como o é o instituto das sublegendas.

A Nação atônita assiste à tragicomédia das sublegendas, de autoria do Presidente da República e encenada pelos dirigentes e líderes do partido governista.

Agiu bem, e acertadamente, o MDB, quando decidiu abster-se do processo preliminar de apreciação legislativa, uma vez que a centena de emendas apresentadas evidenciava o aspecto meramente pessoal de interesse regional, de cada pseudo-líder, na luta pela sobrevivência política, com justificáveis receios de comparecer perante o povo e sujeitar-se aos inapeláveis resultados das urnas. Por outro lado, a ausência do MDB nesta fase do projeto acentuou as divergências políticas na arena governamental, e aí estão as marchas e contramarchas

dos substitutivos, das sublegendas e dos destaques desta comédia nacional.

Temas Esquecidos

Continuou o Sr. Paulo Macarini:

— Note-se que quase durante sessenta dias, as áreas políticas preocupam-se exclusivamente com o imoral e inconstitucional instituto das sublegendas, quando a Nação está a reclamar a presença das classes dirigentes para equacionar os problemas ligados à crise estudantil; à reforma universitária; ao aumento de vagas; à recuperação do poder aquisitivo da massa trabalhadora; à assistência aos homens do campo; à retomada do desenvolvimento econômico e social; às leis de imprensa e de segurança justas e racionais; à reformulação da Lei do Inquilinato, enfim a todos os meios que preparem definitivamente este País para a grande caminhada do avanço científico e tecnológico, com objetivo de alcançar, em melhores condições de vida, o Século 21.

A ARENA omite-se quase que por completo destes complexos temas. Nas mensagens presidenciais preocupa-se, como autômata, a aprovar os projetos que, em última análise, serão aprovados pelo decurso de prazo.

Insensibilidade

— As emendas e as discussões sobre projetos do Poder Executivo são praticamente preocupações do MDB, e o País é testemunha da insensibilidade da maioria governista, quando a Oposição quer abrandar os efeitos da lei, especialmente sobre a revogação do artigo 48 da Segurança Nacional e sobre a reformulação da Lei do Inquilinato e do Arrôcho Salarial.

Agora, mais do que nunca, a maioria da ARENA está preocupada em usar todos os sofismas, capacidade e inteligência para a famosa lei casuística das sublegendas.

Alguns parlamentares revelaram que o Sr. Presidente da República declarou que o projeto das sublegendas não pertence e nem representa reivindicação do Poder Executivo. Foi elaborado pelos dirigentes da ARENA e encaminhado por seu intermédio apenas para aproveitar os prazos estabelecidos na Carta Magna. Muito pior, pois cada artigo evidencia a preocupação e o interesse regional de cada parlamentar arenista. É a comédia prossegue com "mutirão", "mini-mutirão", sorna vertical e outros artifícios, até a supressão das sublegendas para os cargos legislativos, como fora decidido na última reunião da Comissão Especial. Se aprovado o substitutivo, restará a sublegenda para prefeitos e governadores, e o último esforço para impedir que se estabeleça, com a eleição de Governadores do MDB, um equilíbrio de forças partida-

rias, tão necessário e indispensável ao fortalecimento do regime democrático, uma vez que se mantidas as atuais composições a maioria governista constrói um muro entre o Governo e o povo, e as mudanças que as mais justas reivindicações cheguem às autoridades.

Na Expectativa

— A bancada federal do MDB — disse o Sr. Paulo Macarini — está convocada para o dia 29 próximo, quando decidirá do seu comportamento presente e futuro sobre as sublegendas. Reserva-se, como é óbvio, o direito de traçar o seu próprio destino, que compreenderá por certo, e no meu entender, medidas judiciais e legislativas, excluída a autodissolução, porque entende que enquanto existir uma nesga de terra, cumprenos o dever de cavar as trincheiras e construir o forte em defesa do regime democrático.

O Governo labora em lamentável equívoco, quando pretende com o projeto de sublegendas enfraquecer ou destruir o MDB. O Brasil mais do que nunca está a exigir uma oposição forte, vigorosa, presente, e atuante para influir nos passos decisivos da arrancada definitiva para o desenvolvimento. A história nos revela, especialmente na Europa do pós-guerra, que a Itália, por exemplo, experimentou sua maior fase de progresso econômico e social em virtude do trabalho, das lutas, e dos programas de uma oposição forte. Em algumas assembleias legislativas onde o MDB não conta com 1/3 do quorum não se constituem comissões de inquérito, não se apresentam emendas à Constituição e os requerimentos de informações são engavetados. E, em curto Estado, onde o MDB conta com 3 entre 45 deputados, artigos foram encetados na redação final, e as reclamações lógicas e procedentes da Oposição foram esmagadas pela subserviente maioria palaciana.

A Solução

— Para que o atual Presidente não passe a história como responsável e autor de uma legislação casuística, com reflexos danosos no aprimoramento dos costumes e renovação de lideranças — concluiu o Deputado Macarini —, ainda há o expediente da retirada do projeto, ou então de sua rejeição pela maioria arenista. A se aprovar a proposição, eternizar-se-ão nos governos as oligarquias reacionárias e rancosas que, em todos os tempos, impedem a implantação das reformas de base, a distribuição da riqueza e o desenvolvimento do País. Sufocar-se-á o surgimento de novos líderes e comprometer-se-á a purificação do regime.



Am. W. B.

ESTADO DO BRASIL

21 MAIO 1968

ANEXO N.º 16

IMPRESSO EM 22/5/68



Macarini acha que pesquisa expressa rotina do Governo

Brasília (Sucursal) — O Vice-Líder do MDB, Deputado Paulo Macarini, comenta a pesquisa divulgada domingo pelo Governo dizendo que "o fato de 63% dos entrevistados opinarem que o País não progrediu tanto quanto devia dá a expressão do Governo rotineiro a que estamos submetidos e é uma clara autorização para abandonar definitivamente a política econômico-financeira que ele vem seguindo".

Frise o parlamentar que "anteriormente o Brasil poderia estabelecer confrontos com outros países, porque a humanidade marchava lentamente, mas hoje, com o avanço científico e tecnológico, o Brasil continua lentamente, perdendo de vista os nossos confrontantes".

A GRANDE DECOLAGEM

— Já perdemos a Revolução Industrial e a Revolução Tecnológica também — adi-

anta o Deputado — se medidas urgentes e claras não forem postas em prática de imediato. Deus é democrata, deu-nos inteligência e capacidade, razão por que o brasileiro não pode e não deve se conformar com a sua pobreza e sua miséria, e lutar com tôdas as suas forças para a grande decolagem do desenvolvimento.

Sustenta o Deputado Paulo Macarini que a maioria que se manifestou "sobre a situação do povo brasileiro piorada em 1967 e o custo de vida aumentado sensivelmente evidencia a subtração e o confisco de que os trabalhadores estão sendo vítimas, mediante a política salarial".

— Tira-se do trabalhador — acrescenta — e, através da alteração da remessa de lucros e do acôrdo de garantia de investimentos, protege-se o capital internacional, eminentemente espoliador.

Diz o vice-líder da Oposição que "ao lado da diminuição do poder aquisitivo da massa trabalhadora, o Governo põe em prática as chamadas verdades — cambial, tarifária, tributária — subtraindo o pão da mesa dos assalariados".

— E este Governo — adianta — tão pródigo em verdades, não põe em prática, talvez por esquecimento, a verdade salarial. Espero no entanto que, reveladas as demais partes da pesquisa —, impopularidade dos Ministros e eleições diretas —, o Governo, louvando-se em que por populi, por dei, proceda à reformulação dos seus quadros administrativos e devolva ao povo o direito de escolher o seu magistrado em 1970. As grandes caminhadas deste País foram sentidas e constatadas na década de 1950 a 60, por governos eleitos pelo povo.

11.6.68

Am. h. 7c 5

Macarini critica a militarização

"O regime da minoria militarista já deu demonstrações de sua incapacidade e incompetência, especialmente nos campos econômico e social. Pretender-se, agora, militarizar o ensino é mais uma tentativa de sufocar a mocidade que, em todo o mundo, reage numa ânsia de liberdade, e impedir, através do avanço científico e tecnológico, o Brasil alcance seu grande destino".

As declarações são do Deputado Paulo Macarini, autor do requerimento de constituição da CPI que examina o problema estudantil no Brasil, ao tomar conhecimento de proposições contidas no relatório elaborado pelo General Meira Matos a respeito do assunto e já encaminhado ao Presidente da República.

APRESENTAÇÃO

Informou o Sr. Paulo Macarini que a CPI vai requerer, com base em dispositivos legais, a apresentação do relatório Meira Matos, negado pelo General durante depoimento prestado à Comissão, sob alegação de tratar-se de documento secreto.

O Orçamento de 1968 — acrescentou — consignou 850 milhões de cruzeiros novos para a Educação e Cultura e 1 bilhão e 711 milhões de cruzeiros novos para os programas de defesa e segurança do País, o que converte o Brasil de uma nação de analfabetos para um país de subversivos.

Acentuou o representante de Santa Catarina que, segundo dados da ONU, o Brasil está acima apenas da Guatemala, China Continental, El Salvador e Honduras, nos índices de matrículas do ensino superior, frisando que "para uma população de 100 milhões de habitantes, temos apenas

200 mil professores, o que representa apenas 0,2%".

Para o Sr. Paulo Macarini, a Universidade brasileira poderia dobrar o número de vagas com o aproveitamento máximo de sua capacidade, pois apenas 50 por cento dela são utilizados com o ano letivo fixado em apenas 180 dias. Como o ano tem 360 dias, poderíamos dobrar essa capacidade, principalmente em relação ao ensino técnico.

FUNDAÇÃO NAO

Disse, ainda, o deputado Paulo Macarini que "a transformação das atuais universidades federais em fundações não passa de um artifício do Poder Central para eximir-se de uma das suas principais responsabilidades, além de submeter o ensino a imposições estrangeiras".

Condenou, também, a cobrança de anuidades ou taxas escolares, por entender que a medida "limitará, ainda mais, a estreita faixa de oportunidades dadas aos jovens, eternizando as escolas superiores como verdadeiros privilégios de uma elite".

Ao concluir, afirmou o Sr. Paulo Macarini que "qualquer reformulação do ensino brasileiro somente será possível através de profundas reformas das atuais estruturas, que são arcaicas, rancorosas e obsoletas, e que impedem que o país aproveite a capacidade e a inteligência de seus filhos".

ANISTIA

O MDB solicitará, na Câmara Federal, regime de urgência para a votação do projeto, de autoria do deputado Paulo Macarini, concedendo anistia a todos os estudantes e trabalhadores envolvidos em incidentes ocorridos após o assassinato, na Guanabara, do estudante Edson Luis Lima Souto.





Macarini acha que anistia é chance de Congresso recuperar-se junto ao povo

Brasília (Sobersal) — O deputado Paulo Macarini, vice-líder do Brasil, defendeu o projeto de anistia oferecido ao Congresso Nacional a "grande oportunidade de reafirmar-se e recuperar-se perante a opinião pública."

— O projeto dá ao Congresso e a oportunidade de voltar a ser o grande centro das decisões políticas, ao mesmo tempo em que facilitará ao Governo uma verdadeira abertura democrática e o franco diálogo com o povo.

UMA TRADIÇÃO

Considera excelentes as perspectivas deste segundo período da sessão legislativa.

— É muito sintomático que a Comissão de Justiça da Câmara, no seu espírito liberal e democrático, tenha acolhido o parecer em que o relator Luís Alzide amplia os favores da medida, que no projeto original limitavam-se aos estudantes e trabalhadores.

— É mais adiante: a anistia é impessoalmente reparadora de excessos e de abusos. Na tradição, no Brasil, desde o Império, é costumeiramente e de

Lembra, também, o Deputado Paulo Macarini que Prudente de Moraes, a 21 de outubro de 1895, anistiou todas as pessoas que direta ou indiretamente estavam envolvidas nos movimentos revolucionários ocorridos até agosto daquele mesmo ano.

A PAZ DE GETÚLIO

A investigação do vice-líder, que remonta à anistia concedida aos crimes políticos ocorridos em Pernambuco e Alagoas anteriormente à regência, em 1835, registra que em toda a História do Brasil houve apenas um período de lutas sem conciliação correspondente a movimentos armados, de 1922 a 1924 e que se prolongaram nos embates da Coluna Prestes.

— Contudo, com a vitória da revolução de 30, veio o ato de paz. Getúlio Vargas, a 8 de novembro daquele ano, concedeu anistia a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram nos movimentos revolucionários, ocorridos no País. Depois, outros atos vieram em busca da paz e da tranquilidade da família brasileira. Por decretos

de 24 e 30 de julho de 1931, foram anistiados todos os civis e militares implicados em movimentos sediciosos ocorridos naquele ano em São Paulo e Recife. E a 28 de maio de 1934, considerando a anistia uma aspiração nacional, o Governo declarou isentos de responsabilidade e culpa os participantes do surto revolucionário verificado em São Paulo a 9 de julho de 1932 e de suas ramificações em outros Estados.

Segundo as observações colhidas pelo vice-líder, Getúlio só interrompeu esta política de compreensão e tolerância nos anos da ditadura.

— Mas, ao entrar em declínio o regime de exceção — diz —, o Decreto n.º 7.474, de 18 de abril de 1945, anistiou todos quantos tivessem cometido crimes políticos e conexos, desde 18 de julho de 1931.

JUSCELINO E GOULART

Para comprovar que a anistia é uma instituição na história política do Brasil, o autor do projeto agora em discussão na Câmara afirma que "a partir da outa de 1948 essa tradição se confirmou sempre prontamente,

como fórmula de erradicação de ódios e de ressentimentos..." — Juscelino — recorda ele — concedeu a esta ampla e irrestrita, pelo Decreto Legislativo n.º 22, de 23 de maio de 1955, a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram, inclusive recusando-se a cumprir ordens de seus superiores, nos movimentos revolucionários ocorridos no País e partir de 10 de novembro de 1955 até 1.º de março de 1958. Ambos mais tarde, sob o Governo parlamentar, o Sr. João Goulart anistiou servidores civis e militares, trabalhadores, estudantes e jornalistas. E por fim o decreto legislativo n.º 15, de 11 de julho de 1962, já com o Governo presidencial restabelecido, Goulart anistiou "jornalistas e demais incursos em delitos de imprensa" praticados no período entre a Emenda Constitucional n.º 4 (1951) e a de n.º 6 (1953).

— Já está — e conclui o Sr. Paulo Macarini: A nobre e louvável tradição brasileira, que precisa ser retomada. Não sei como poderia falar de concessão de anistia, de tolerância e de entendimento os que vieram contra o prelo da anistia.

Nº. Pro. CSS 264.4, P 69

ANEXO
3

3 - F O T O G R A F I A

3.1 - APRESENTA O DEPUTADO PAULO MACARINI PARTICIPANDO
DE AGITAÇÃO ESTUDANTIL OCORRIDA EM BRASÍLIA

W8. Pro. CSA 264.4, R7J
An. 3, 1.



N.º. Pro. (S.S. 264. 4, P. 72

ANEXO
4

4 - INFORMES E INFORMAÇÕES

- 4.1 - ENCAMINHAMENTO Nº 21/SNI/GAB, DE 10 MAI 67
- 4.2 - INFORME Nº 225, DE 10 JUL 67
- 4.3 - INFORME Nº 858-CIE/ADF, DE 24 NOV 67
- 4.4 - INFORMAÇÃO Nº 20-E2/III EX, DE 05 JAN 68
- 4.5 - INFORMAÇÃO Nº 425-11ª RM, DE 18 JUL 68
- 4.6 - INFORMAÇÃO Nº 831-CIE/ADF, DE 16 OUT 68
- 4.7 - INFORMAÇÃO Nº 884-CIE/ADF, DE 30 OUT 68
- 4.8 - INFORME Nº 1040-CIE/ADF, DE 23 DEZ 68
- 4.9 - INFORMAÇÃO Nº 0045-CENIMAR, DE 08 JAN 69
- 4.10 - EXTRATO DE PRONTUÁRIO - DFSP/DOPS

Am. 4.11

CONFIDENCIAL



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES



ENCAMINHAMENTO N.º 021/SNI/GAB/67

Data: - 10 Mai 67

Assunto: - Resumo dos Prontuários existentes na ARJ, dos componentes da Comissão de Segurança da Câmara dos Dep.

Referência: - 20 (vinte) fôlhas de cópias Termo-Fax.

Distribuição: - D/2 - ESCAV GAB MIN EX

- Este Gabinete encaminha, para conhecimento dessa Divisão, o documento de referência.

* * * * *
* * * * *
* * *
*

18 Mai 67
Ficha.
Pereira
T

CONFIDENCIAL

27

CONFIDENCIAL

9. - HELIO CARVALHO GARCIA

- Deputado Federal de MG (ARENA) ex-UDN.
- Ex-sec de Interior do Gov de MG.
- Ex-líder na AL/MG, do Gov MP.

10. - PAULO MACARINI

- Deputado Federal de Santa Catarina (MDB) - ex-PTB.
- Responsabilizou o Gov pelo fechamento da UNB.
- Integrou a Delegação do Brasil à Conferência dos Chanceleres das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu, iniciada a 3/11/65.
- Foi designado pelo Pres da Rep como observador parlamentar à XXI Assembléia Geral das Nações Unidas a realizar-se em NY, a partir de 20/9/66.
- Protestou na sessão de 18/10/66, da Câmara dos Deputados, contra a cassação de mandatos de deputados pelo Gov Revolucionário.
- Vai apresentar emendas destinadas a fazer que a nova Lei de Imprensa entre em vigor a partir de 1980.

11. - JOAO CARLOS TOURINHO DANTAS

- Deputado Federal da BA (ARENA) - ex-UDN.
- É membro da CPI que apurará violências e desmandos, com objetivos de coação eleitoral, por agentes do DFSP, de Alagoas.
- É cotista da "A Radiofusão Educadora Ltda"/GB.

12. - LYRIO BERTOLLI

- Deputado Federal do PARANÁ (ARENA) - ex-PSD.
- Foi signatário da declaração de voto de 106 deputados da ARENA, de repulsa ao texto aprovado e no qual fazem um apêlo às lideranças partidárias, no sentido de tomarem providências para a reforma da Carta.

13. - BATISTA MIRANDA

- Deputado Estadual de MG - ex-UDN.
- Apresentou requerimento com 40 assinaturas na AL/MG, para convocação extraordinária, face os acontecimentos dos estudantes em BH (CONGRESSO DA UNE).

14. - GUSTAVO CAPANZINA

- Advogado.
- Ex-Dep Fed/MG (ex-PSD).
- Reeleito Dep Fed pela ARENA/MG, em 15/11/66.
- Foi Secretário de Estado em MG, logo após 1930.

CONFIDENCIAL

An. Y. W.

MINISTERIO DO EXERCITO
I EX-11ª REGIÃO MILITAR
QUARTEL GENERAL

Brasília - DF
Em 10 de julho de 1967.
P. 1478/67.

2ª SEC/EMR

- 1. ASSUNTO: Deps Comunistas na Comissão de Segurança da Câmara
- 2. ORIGEM: SNI/ABSB
- 3. CLASSIF.: A-2
- 4. DIFUSÃO: EME, D2/DF, I EX, BGP, BPEB, 10º DC
- 5. REFERÊNCIA: Informe nº 130/SNI/ABSB, 04 Jul 67.



INFORME Nº 225/67

- 1. A COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, não possui nenhuma "assessoria organizada"; e o que ocorre, é que deputados lançam mão de amigos, correligionários e de "cassados".
- 2. O ex-Cel CARLOS MOLINARI CAIROLI, reformado pelo AI, inteligente, cultura cima do normal, conhecedor profundo de energia atômica, ultimamente está sendo visto com a Deputada IVELE VARGAS, que não pertence a C.S.N. da CD, mas, é a ligação de vários deputados. Tudo faz crer, que seja o ex-Cel CAIROLI, o principal assessor.
- 3. Damos alguns dados a respeito:
 - a) o Dep JOÃO HERCULINO (MDB MG) está sendo muito útil aos seguintes parlamentares, quasi todos da Comissão de Seg. Nac.: Hélio Navarro (MDB SP), Gastone Righi (MDB SP), Caruso da Rocha (MDB RS), David Lerer (MDB SP), Paulo Macarini (MDB SC), Hermanno Alves (MDB CB), Mariano Beck (MDB RS), Márcio M. Alves (MDB CB), Broca Filho (ARENA SP), Mário Covas (MDB SP) e Mário Piva (MDB BA);
 - b) os deputados acima, se reúnem pelo menos uma vez por semana, no escritório de JOÃO HERCULINO, localizado no 24º and do Ed. da Câmara, antigo Gabinete do ex-PTB (ainda existe a logenda na parede), refúgio ideal para traçarem planos, pois, o escritório do MDB no térreo, seria de fácil controle de outros deputados da Arena e MDB;
 - c) a constância dos deputados citados, nos debates de "energia atômica, reforma agrária, anistia geral, votação direta, espancamentos de estudantes, etc.", com dados apresentados tecnicamente corretos, é que faz-nos parecer trazidos de uma "assessoria organizada".

.....

ANEXOS: 2 Docs. em 5 fôlhas

!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!

18 jul 67
Fidelia
Puntieri
Trues

228

HELIO NAVARRO (MDB SP) - Titular da C.S.N. da CD. Paulista de nascimento, advogado, eleito Dep Fed pelo MDB SP em 15 Nov 66. Assinou manifesto inflamando os estudantes, em agosto de 1964, à união pelas lutas contra a miséria, pelas reformas e contra o intervencionismo na FAC. Estêvo em comissão, no QG do II EX, para desagrevar o Gen KRUEL de críticas recebidas. Foi Presidente do Centro Acadêmico XI de agosto, lançou manifesto à Nação em que acusava o Ministro Suplicy de Lacerda pelos incidentes havidos na UNE/GB. Acusou, em programa de TV, o Exército Brasileiro de "pelegos". ATIVIDADES COMO DEP FED 1967: em discurso acintoso contra os Srs Suplicy de Lacerda e Laerte Ramos, requereu CPI para apurar corrupção, descrédito, falência e ruína da UnB (26.4.67); no dia 29.5.67 da Tribuna, afirmou que as Forças Armadas estão propositalmente ignorando o assunto "aerofotogramétrico" feito pelos norte americanos, que nada mais é do que a localização das nossas jazidas minerais. Aparteia sempre o Dep Clóvis Stenzel. É apontado como marxista, subversivo e de alta periculosidade, tendo sua área de ação nos meios estudantis de S. Paulo.

GASTONE RIGHI (MDB SP) - Titular da C.S.N. da CD. Paulista de nascimento. Em 4 Jan 66, constava pertencer ao Setor Jurídico da Célula de Santos e Litoral Sul Paulista do PC do Brasil. Prefere trabalhar nos corredores do Congresso; na Tribuna seus discursos são sempre de críticas contra atos recentes do Governo.

CARUSO DA ROCHA (MDB RS) - Vice-Presidente da C.S.N. da CD. Filho do falecido deputado BROCHADO DA ROCHA. É advogado, professor da Fac Dir. da UFRGS, pertenceu ao ex-PTB, ataca violentamente o Gov na TV e rádio, tem um tio cassado de nome João Scuderi Caruso. Na campanha política para sua eleição, na cidade de Três de Maio RS, foi assessorado pelo cidadão russo REINHARDT ADOLF HUPPEL, elemento de ligação de Wilmar Taborda. Os temas preferidos para seus discursos são: nacionalismo, combate ao capital espoliativo e reacionário norte-americano, além de violentos ataques em apartes ao Governo Federal.

DAVID LERER (MDB SP) - Comunista reconhecido por sua atuação em SP. Requereu CPI para apurar culpa do Reitor Laerte Ramos de Carvalho nos últimos acontecimentos na UnB (1967). Tem recebido destacada promoção propagandística de suas atividades na "ULTIMA HORA". É Titular da C. Seg Nac da CD, vem se destacando nos apartes sempre violentos contra tudo que seja da Administração Pública, especialmente, MIO do Gov GB e Anistia Geral.

PAULO MACARINI (MDB SC) - Advogado, fundou a Escola Técnica de Comércio de Capinzal (cidade onde nasceu), estabelecimento de ensino grátis.

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL

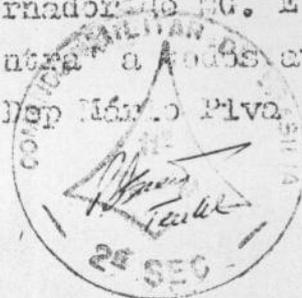
Foi vereador da C. Municipal de sua terra de 1957 a 1963. Em 1962 eleger-se dep federal pelo PTB, é membro da Comissão de Seg Nacional e da Comissão de Minas e Energia. Deseja a reforma agrária, mediante reforma constitucional. É municipalista, cooperativista, acreditando na convivência pacífica entre o socialismo e a democracia, e é ideologicamente esquerdista.

HERMAMO ALVES - Jornalista. Comunista ligado a JG. Eleito Dep Def pelo MDB GB, em 15.11.66. Autor de uma série de artigos anti-revolucionários e subversivos. Assinou o "Manifesto dos Intelectuais", em 1965. Muito ligado aos meios estudantis. Ligado a AP. Colaborador do semanário comunista "Reunião". Assinou o manifesto "Intelectuais são contra a Intervenção dos EUA no Caribe. Colaborador do jornal "Brasil em Marcha". Manifestou-se contra a candidatura de CS. Dirigente da Ação Democrática, 1956. Assinou manifesto de apoio "aos direitos dos estudantes, quando estes, saem à rua", 1966. Está ligado ao movimento da Frente Ampla. Participou ativamente para o desenvolvimento do comunismo no País. É membro da C.S.N. na CD. Autor do requerimento de convocação do Ministro do Exército para depor sobre CAPARÃO (1967). Em 22.5.67 discursou em plenário, criticando duramente a política exterior do Brasil.

MARIANO BROCK (MDB RS) - Primeira legislatura federal. Amigo pessoal do Sr IB, mantém ligações autênticas com o mesmo. Dia 10 de maio 1967, retornou de Montevideo onde se avistara com os Srs JG e IB; sua visita aos dois exilados foi em função de "poncho correio". É o representante de Brizola na CD. Já foi Secretário de Educação e Cultura do Gov do Rio G. Sul. Exerceu outras funções públicas, sempre relacionadas com Educação. No dia 31 de maio de 1967, defendeu na Tribuna o Dep MARCIO ALVES, no episódio do livro "TORTURA E TORTURADOS", defesa com muito ardor. É autor de um Projeto de Lei dispendo sobre revisão judicial das medidas tomadas pelos Governos Municipais e Estaduais, com base nos AIs.

MARCIO MOURA ALVES - Jornalista da GB. Primeira legislatura federal. Pertence à Comissão de Educação e Cultura, titular, e suplente da C. Minas e Energia. Eleito pelo MDB GB, apoiado pelos esquerdistas da GB, tomou-se destacado pelos apertes sempre contra tudo do Governo. Ficou conhecido pelo "caso" do seu livro apreendido "TORTURAS E TORTURADOS". É esquerdista muito ativo.

JOÃO HERCULINO - Sua pretensão é eleger-se Governador do RG. É membro da C.S.N. da CD. Demonstra sempre "ser do contra" a todos atos governamentais. No dia 19.5.67, aprovou a tese do Dep Mário Piva de que

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

"o SNI é que estava fazendo a confusão dos estudantes universitários". No seu escritório dentro das dependências da Câmara dos Deputados (24^a and) é que se reúnem os deputados aqui epigrafados. Muito popular entre seus pares, sem muita cultura, porém, muito útil para certas manobras dos esquerdistas.

↖ ∅ BROCA FILHO (ARENA SP) - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEG NAC da CD. Advogado, industrial, e pela qualidade de proprietário da "Fábrica Reunidas Brasil Industrial", considerada de interesse militar, é muito solicitado pelos seus pares para consultas.

↖ ∅ MÁRIO PIVA (MDB BA) - Jornalista profissional desde 1951, economista em empresas privadas, foi assessor da Associação Comercial da Bahia e do Instituto do Cacau e Diretor da Cia. de Energia Elétrica da Bahia. Era suplente da bancada peessedista na Câmara Federal, tendo assumido o mandato a partir de 14 de abril de 1964, depois da cassação dos direitos do seu amigo Fernando Santana. É vice líder do MDB, é titular da C. de Economia, e vem se destacando ultimamente pelos ataques duros feitos aos Órgãos Públicos, e no caso recente da verba para o SNI, disse "esta verba se presta para o Governo utilizar os homens de caráter fraco, útil aos homens de formação pouco firme, para levarem informações, muitas vezes falsas...". Tem grande participação nos debates de Tribuna na Câmara, faz o jogo dos comunistas, muito embora se diga centrista. Autor de uma carta falsa contra Jutai Magalhães.

↖ ∅ MÁRIO COVAS (MDB SP) - LÍDER DO MDB na Câmara, é engenheiro civil, de grande capacidade profissional, professor de Matemática e Física, e já lecionou também Química e Eletrotécnica. Elegu-se em 1962 pelo PST, em campanha pelo Sr Jânio Quadros. É sempre visto em companhia de comunistas notórios. Pertenceu a UNE de Santos, tendo nesta ocasião participado de várias reuniões do PC na área estudantil. Amigo pessoal de Brizola. Já visitou a Rússia, convidado que foi do CCPC. Jovem, atuante, muito hábil e com grande penetração no Congresso, inclusive em áreas da Arena. No dia 4 de maio de 1967 esteve em Goiânia falando na TV e na Rádio, fazendo companhia anti-americanista. ATUALMENTE, nada se fez no MDB, sem sua opinião, e é considerado por todos o verdadeiro líder do MDB no País.

!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!



CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA GUERRA

GABINETE DO MINISTRO

2.ª DIVISÃO - S. S. I.
Gabinete do Ministro do Exército

D. 2/DF
CISAADF
BRÁSILIA - DF.

INFORME N.º 858

1. ASSUNTO:..... MARIO COVAS e outros
2. ORIGEM:..... SDR/SC - Info nº 705/67, de 14 Nov 67, da DOPS/DF
3. CLASSIFICAÇÃO:..... - Não dada a origem
4. DIFUSÃO:..... CIE - 11ª RM - P: 7/17 - 7/22 - 7/09.a. - 7/25.o.
5. DIFUSÃO ANTERIOR.. Gab SNI - GM2 - CENIMAR ^{N/55}

Esta Agência recebeu o seguinte informe:

"O Deputado MARIO COVAS, acompanhado de MARIO PIVA, LIGIA DOU-
TEL DE ANDRADE, FRANCISEO AMARAL, DOIM VIEIRA e PAULO MACARINI, es-
têve em Santa Catarina. No dia 6/10/67 foi recepcionado pela Câma-
ra Municipal de Itajai. À tarde do mesmo dia retornou a Florianópolis
onde proferiu uma palestra na U.C.E. e domingo, dia 8 de outubro,
viagrou ao sul do Estado, proferindo palestra na Rádio Anita Garibal-
di, de Laguna e participando da II Concentração do MDB em Crisiuma.

Na conferência proferida na União Catarinense de Estudantes cri-
ticou o acôrdo MEC-USAID e a política educacional do atual Governo.
Condenou a distribuição de verbas (dotações orçamentárias, dizendo
que o governo dispende 75% com as Forças Armadas, reservando peque-
na quantia ao setor educacional. Pediu a movimentação dos estudan-
tes para que o governo libere mais verbas para o setor educacional.

Condenou a infiltração americana no Brasil. Compra de terras.
Afirmou que no norte do país os americanos colocaram tabuleta com os
seguintes dizeres: "É PROIBIDA A ENTRADA DE ESTRANGEIROS".

Ressaltou os progressos feitos pela Rússia em todos os sentidos.
Abordou a questão da necessidade de técnicos para o Brasil e a exis-
tência no exterior de técnicos, como CELSO FURTADO, que não tem con-
dições de prestarem serviços ao país, por contingências políticas.

Assistiram à conferência, aproximadamente 200 pessoas, em sua
maioria esquerdistas. Ressalta-se a presença de LIGIA DOUDEL DE AN-
DRADE e do Padre ACONSO BIRKE, líder espiritual da JUC e JEC".

Furtado
5-11

CONFIDENCIAL

N.º P.º. CSS. 264.4.83
An. R. 4/4

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
III EXÉRCITO
QUARTEL GENERAL
ESTADO MAIOR - 2.ª SECÇÃO

Pôrto Alegre RS, 5 Jan 68.

- 1. ASSUNTO:Entrevista realizada pela Rádio
- 2. ORIGEM:2º B Rv /Princesa com o Dep
- 3. CLASSIFICAÇÃO:- /Paulo Macarini
- 4. DIFUSÃO:CIE
- 5. REFERÊNCIA:-
- 6. DIFUSÃO DESDE A ORIGEM:-
- 7. ANEXO:Duas cópias termo fax contendo trechos da entrevista.

...INFORMAÇÃO..... N.º ...20... E2/68...

Em anexo, duas cópias em termo fax da entrevista em epígrafe, concedida em 13 Dez 67, pelo Dep PAULO MA CARTNE.

* * * * *
* * * * *

*



M. Ex. - G. M. - CIE
PROTOCOLO
N.º 187
Em 15 de Jan de 1968
Providências: Fichar
Dif. uma das cópias para o SNI/ART.
<i>[Signature]</i>

Depto de 107 de 18/1/68, ao SNI/ART

CONFIDENCIAL

PALESTRA PROFERIDA PELO DEPUTADO FEDERAL PAULO MACARINI

Minha luta tem sido para fazer sentir ao Governo Federal, a necessidade de aqui comparecer não apenas para arrecadar impostos, mas para resolver os nossos problemas, ligados especialmente a implantação do Plano Rodoviário Nacional no Estado de Santa Catarina. O nosso Estado infelizmente é uma das unidades da Federação que menos tem recebido por parte do Governo Federal no que diz respeito a implantação do Plano Rodoviário Nacional.

- Quais os principais projetos apresentados por V Exa ?

Dois projetos apresentados: O que diz respeito ao aumento de tonelagem, por eixo, em virtude dos Decretos assinados pelo Ex-Presidente da República. Se o atual Governo colocar em prática a redução de tonelagem por eixo, haverá necessidade, desde que setenta por cento das mercadorias são transportadas pelo Sistema Rodoviário, há necessidade de um aumento da frota da ordem de cento e cinquenta mil caminhões. Em primeiro lugar, as empresas nacionais não têm condições de construir cento e cinquenta mil veículos, de imediato. Em segundo lugar, considerando-se o preço médio por unidade em torno de trinta e cinco milhões de cruzeiros, esta reposição de frota, por assim dizer, custaria uma soma superior a cinco trilhões de cruzeiros, importância bem maior do dinheiro atualmente em circulação. O outro projeto que apresentamos é que diz respeito a cédula industrial pignoratícia. Este instrumento de crédito, criado pelo Decreto Lei nº 256, ainda não foi posto em prática pelo atual governo, em virtude da timidez e de contradição remonte entre os Ministros do governo Costa e Silva. Mas, é um instrumento que visa dar recursos a longo prazo, com juros reduzidos para a manutenção e para aquisição de matérias primas, bem como, para a estocagem de produtos manufaturados que não têm imediato comércio. Apresentei um Projeto visando, determinando, disciplinando, que a cédula industrial pignoratícia, contará com recursos nunca inferiores de quinze por cento dos depósitos de qualquer natureza da rede bancária particular. Se esta medida for posta em prática, nós teremos cerca de um trilhão e quinhentos bilhões de cruzeiros que serão aplicados através da cédula industrial pignoratícia. Será um valioso instrumento para revitalizar a pequena e a média indústria brasileira, criando sem dúvida alguma, um formidável mercado de mão de obra e proporcionando a industrialização das matérias primas existentes, especialmente no interior do País. Temos por outro lado, lutado pela revogação da Lei de Segurança Nacional e temos lutado também contra todas as teses ditatoriais inseridas na legislação através de Decretos Leis e ainda mais, recentemente, contida na Carta Constitucional de 1967. Procuramos, em última análise, com o calor da nossa juventude, com o vigor da nossa mocidade, fazer com que, possamos através de sugestões administrativas e de mensagens legislativas, corresponder a expectativa e a confiança do povo catarinense.

- Acredita V Exa na criação do 3º partido ?

Bem, o governo diante da sua timidez e da sua contradição, não quer enfrentar a realidade Nacional, e prefere então, através de subterfúgios, criar as chamadas sub-legendas, que no meu entender, a sub-legenda, além de inconstitucional é um instrumento excessivamente mesquinho. Entendo que o governo deveria permitir a ruptura do bipartidarismo imposto pela ditadura anterior e assegurar a opção não apenas aos políticos, mas, aos eleitores brasileiros, com a criação do terceiro, do quarto e do quinto partido. Por que, convém salientar / nesta oportunidade que, as crises políticas surgidas no País, são frutos de uma falta de equilíbrio partidário. Então, essa maioria maciça de deputados à Assembleia Legislativa e essa maioria de 2/3 na Câmara de Deputados se constituem, no meu entender, de um entrave ao desenvolvimento social, econômico e político desse País, por que esses deputados, criam uma barreira, criam um muro e impedem que a voz



do povo chegue ao Governador e chegue ao Senhor Presidente da República. Por isso que nós estamos assistindo aos desmandos políticos e a uma administração que não corresponde em última análise aos mínimos / anseios da coletividade brasileira e da coletividade catarinense. Eu creio na formação, do terceiro partido ...

- Que acha V Exa da Frente Ampla ?

A Frente Ampla é uma sociedade civil com seus Estatutos próprios registrados no cartório de títulos "e" do Comércio. Devo dizer, no meu entendimento que a Frente Ampla interessa não apenas ao Brasil, mas interessa também ao Movimento Democrático Brasileiro. É mais um movimento que vem a nosso lado, defender as mesmas teses e lutar em favor da redemocratização do País. Desejo salientar, que nós deputados federais do MDB, somos simpáticos a Frente Ampla e a nossa adesão a este movimento está na dependência de uma solução definitiva e que represente o pensamento do MDB no Estado de Santa Catarina, através de seus deputados estaduais e através dos diretórios disseminados em todos os municípios. Gostaria nesta oportunidade, quando me refiro a Frente Ampla, uma frente ampla que está a reunir Lacerda, Juscelino, Jango e outros políticos, repetir aqui uma frase de Churchill durante a Guerra de 1945: "Se nós no presente, divergirmos sobre o passado, certamente perderemos o futuro". Então para supremacia e para restabelecimento do poder civil, creio que todos os civis desse País, devem-se dar as mãos para a recuperação, para a redemocratização do País, para a retomada do desenvolvimento, para que as liberdades triunfem e para que o povo brasileiro possa fazer da sua capacidade, de seu trabalho, definitivamente, decretar a emancipação econômica de nossa Pátria.

- Que acha V Exa da criação da Universidade Rural ?

Apenas 0,1% da população catarinense chega as universidades, enquanto, 99,9% pagam impostos ... Eu, gostaria de falar numa cidade chamada Provo no Estado de Utah com trinta mil habitantes, uma cidade muito semelhante a cidade de Lajes. Pois bem, essa cidade possui a Universidade Beeleon com 22 mil alunos. E, encontramos então, universidades com 27 mil e quinhentos alunos, universidades com mais de vinte mil alunos, dando assim oportunidade a todos para que possam galgar os degraus das universidades, para que possam compreender melhor a vida e dar finalmente uma valiosa contribuição; a contribuição da sua inteligência e da sua capacidade para a solução dos problemas brasileiros.

- Nós pediríamos então, com maiores detalhes, informação sobre a questão governo-clero (líder MDB na câmara municipal, JF)

A partir das encíclicas Rerum Novarum, decretada por Leão XIII e ultimamente com a Pacem in Terris e a Populorum Progressio de Paulo VI vem a igreja desenvolvendo uma grande atividade em todos os Países subdesenvolvidos, inclusive, especialmente no Brasil; para fazer sentir as autoridades as necessidades inadiáveis da implantação das reformas de base e de uma melhor distribuição de riquezas. Ocorre, que o atual governo está totalmente divorciado do povo, através das medidas anti-páticas da política do arrôcho salarial, através da falta de uma política de preços mínimos na defesa dos interesses dos agricultores. Então, no momento em que o governo confisca o salário dos trabalhadores no momento em que o governo não põe em prática uma política de preços mínimos em favor dos agricultores, este mesmo governo cria, altera a Lei de Remessa de Lucros e pressiona o Congresso Nacional para votar, como votou a Lei do Acôrdio de Garantia de Investimentos em favor dos Trusts Internacionais. Então, a preocupação da Igreja, notadamente de alguns bispos, é de fazer sentir ao governo a necessidade da distribuição da riqueza neste País, e pôr em prática as encíclicas



decretadas, a partir, e especialmente do Vaticano segundo, do Concílio Ecumênico recentemente realizado no Vaticano, que ao pôr em prática, é evidente, que se cria um choque de interesses, que se cria um choque de idéias entre a Populorum Progressio que é uma carta nitidamente revolucionária, mas revolucionária de bem estar social, revolucionária da distribuição da riqueza, é uma carta que diz interesse a todos aqueles povos subdesenvolvidos, notadamente a América Latina. Então a preocupação dos bispos, é fazer sentir duas coisas fundamentais para nós, povos da América Latina: Inicialmente a liberdade de pensamento, em segundo lugar o desenvolvimento com os próprios recursos das nossas capacidades. Então a igreja através de seus principais prelados, notadamente D. Helder que se tem caracterizado em todo o território nacional, por uma luta em favor da grande maioria do povo brasileiro, há um entrelaço com o governo que está totalmente divorciado do povo brasileiro. Então nós vamos encontrar este governo que nasceu no século dezanove, que pensa como se fora do século dezoito e pretende governar uma nação onde a maioria da população brasileira nasceu de 1930 para cá e está pensando como se fora do século vinte e um, que, não admiti que esse País que já perdeu a revolução industrial, perca agora a revolução científica, não pondo em prática uma política atômica que lhe assegure através da técnica e da ciência a queima de alguns degraus, para atingir definitivamente o seu progresso e o seu desenvolvimento. Nós do Movimento Democrático Brasileiro e diga melhor, nós brasileiros, apoiamos e aplaudimos a luta da igreja, através de seus prelados, fazem todo o território nacional, como fazem em todo mundo subdesenvolvido, para caracterizar o clima de liberdade, de democracia, mas, acima de tudo para exigir do governo a retomada do desenvolvimento, para a criação de um mercado de mão de obra, a fim de dar recursos para o sustento próprio dos trabalhadores e o sustento próprio de todos os seus familiares. Acho e julgo, procedente e justa, a luta que os bispos, defendendo os interesses da coletividade brasileira, travam neste momento, para pôr em prática, os ensinamentos que nos vem do Vaticano, através das últimas Encíclicas Papais.



- CONFIDENCIAL - - 1/3 -

BRASILIA - DF, 19 JUL 68
P.

1. ASSUNTO: FOLHA ESTUDANTIL, de 28 JUN 68, em BRASÍLIA
2. OUTROS: 119 P.
3. TIPOLOGIA: I Ex. CIV/MP, SNI/ABSD, SSP/DF, DFP/DF, G 2 75, TAMB, 1º RCC, BFER, BCP, 131 G Can Am A46, 119 Tsq Res 300, ACS.
4. APTAO: Petições (só para SNI/ABSD, SSP/DF, DFP/DF, 1º RCC, BFER, BCP).

INTERLAÇÃO Nº 425/68

1. INFORMAÇÃO:

- a. A passeata de 28 JUN 68 foi autorizada pelo Presidente da República, desde que realizada, no Eixo Rodoviário na direção N-S, com concentração no mesmo eixo, na altura da SQ 104.
- b. Os estudantes, contrariando ordens, concentraram-se na praça 21 de ABRIL e seguiram pela avenida W3 até a quadra 5; SQ 105 e 106, área do Cine Brasflia; super-quadra 107 e área da Igreja Jiu-Ju da Tábua, situada entre as 307 e 308.
- c. Durante a concentração na praça 21 de ABRIL, líderes estudantis, professores e deputados procuravam esclarecer que a concentração e a passeata deviam ser no Eixo Rodoviário.
- d. Entre os deputados destacaram-se:
 - OSVALDO DE LIMA FILHO
 - IVEDE VARGAS
 - BRITO VIEIRA
- e. Na praça 21 de ABRIL a concentração era estimada em 1000 pessoas.
- f. Na frente da SQ 5 a massa era estimada entre 2000 a 3000 pessoas.
- g. Na área do Cine Brasflia foi feito um cercado, onde discursaram ou se pronunciaram:

- 1) Deputados:
 - MARIO COVAS JR
 - MATA MACHADO
 - OSMAR CUNHA
 - BRITO VIEIRA (ARENA)

(Continua...)



- CONFIDENCIAL -

QUALQUER INTERCA C E T. R. CONHE-
CIMENTO DESTA ASSUNTO FICA RESPON-
SÁVEL PELO SEU SIGILO.
(Art 62 - Doc nº 60.417/67-RSAS)

2979

- C O N F I D E N C I A L -

(Continuação da Informação nº 425/CP-11a. SA) N.º. Pro. 195.264.4, P. 86

- OSWALDO LIMA FILHO, reconhecendo "a verossimilhança dos fatos" e por ter prestado BROWN LUIS, "como símbolo dos estudantes e vanguarda do proletariado brasileiro", saudou a presença de Cristo e concluiu a derrubada do governo por ser uma ditadura.

2) Diversos:

- um popular que se identificou como pai e estudante
- um comerciário
- um operário de construção civil
- MAURO BURLAMAQUI, ex-presidente da FEUD, libertado

na véspera, mediante "babens-carpus", disse: os estudantes foram soltos porque os militares se vieram presos pelos estudantes, políticos e professores. Disse ainda que o governo é dominado por um núcleo militarista cítrico e corrupto. Precisamos derrubar este regime cítrico e anacrônico.

- AURÉLIO WANDER CHAVES BASTOS, falou em nome da igreja progressista (consta ser sobrinho de Frei Fátima)

- Frei PASCAGIO, disse que a igreja está ao lado dos estudantes, porque estava ao lado dos fracos.

- DE STELA BASTOS (mãe de Aurélio Wander Chaves Bastos). Agradeceu a solidariedade dos estudantes para com seu filho.

- Um elemento de meia idade (bancário?), atacou os banqueiros, tachando-os de ladrões.

h. Participaram ainda da passeata os seguintes deputados:

- Martins Rodrigues (ARENA)
- RAUL BRUNINI
- PAULO CAMPOS
- CÉD CARVALHO
- MARIANO BECK
- HUMBERTO LUCENA
- UNIRIO MACHADO
- PAULO MACARENI (sua filha está no meio da massa)
- DAVI LEBER
- OSMAR DE AQUINO
- JOSÉ MANDELLI

1. Do documento da Cúria Metropolitana de Brasília, datado de 28. JUN 58 e assinado por Monsenhor GERALDO AVIELA - Vigário Geral,

(Continua...)

- C O N F I D E N C I A L -



- C O N F I D E N C I A L -

(Continuação de Informação nº 425/68-11a. RM). - 3 -

consta:

"A Cúria Metropolitana de Brasília, declara que os Reverendíssimos Sacerdotes, Religiosos e os Colégios Católicos estão autorizados a participar da passeata a ser realizada hoje, 28 de junho, pelos estudantes, contante que a referida passeata esteja permitida pelas autoridades competentes e que se realize com a devida ordem e respeito, nos termos da autorização dada pela Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro."

j. Foram identificadas as seguintes cartazes:

"Pela Cultura Contra a Opressão".

"Mais verbas para a Educação".

"Professores e Alunos Contra a Política Educacional".

"O Ensino hoje é o Desenvolvimento de amanhã".

"Para Um Brasil Melhor".

"Lutemos por uma Causa Justa".

"O Povo está Conosco".

"Abaixo a Repressão".

"Abaixo o MEC-USAID".

"Ter Cultura é ser Subversivo".

"O Governo Vende Nossa Cultura".

"Vietnam, Símbolo da Humanidade".

"Sindicatos Livres para Todos".

"Apoio Total aos Operários e Estudantes Franceses".

"Todo o Poder para o Povo".

"Abaixo a Ditadura".

"Mais Educação Menos Munição".

"Abaixo Arroxo Salarial".

l. Foram assinalados:

2 Bandeiras do Vietnam novas (não eram as mesmas das passeatas anteriores).

2 Bandeiras vermelhas.

2 Bandeiras nacionais.

Cartazes bem grandes, impressos, com o retrato de "CHE"

GUEVARA.

m. Os seguintes "slogans" eram pronunciados em coro:

(Continua...)

- C O N F I D E N C I A L -

CONFIDENCIAL
 (Comunicação de Informação nº 429/00-11) (M)



"Quintais e jardins"
 "Molho UNO-UBRID"
 "Solidão também é povo"
 "Solidão também tem fome"

Os dois últimos "slogans" foram pronunciados quando foi
 levado por ele antes da prisão,

m. Foram adotados os seguintes dispositivos:

- Securitização (encarregado do cordão de isolamento a ser
 realização de pesquisa).

- Segurança (em torno de HONESTINO ou muito próximo a ele)
 - Cartazes e faixas.

c. Bônus foram vendidos por peças, para angariar fundos pa-
 ra defesa dos presos.

p. Os referidos bônus continham os seguintes dizeres:

"BÔNUS CONTRA A RETRRESSÃO"

"Os estudantes são espancados, presos e assassinados pe-
 los seguintes motivos: 1) Porque não concordam que num país onde
 existem 50 milhões de analfabetos, nas escolas haja um número cada
 vez maior de vagas. 2) Não concordam que o dinheiro do povo, que
 deveria ser usado para a sua educação, seja desviado para os gastos
 militares. 3) Não concordam que as escolas, desde o curso primário
 até o Universitário, sejam adaptadas ao função de um ensino que at-
 tende exclusivamente as necessidades das grandes firmas e os mono-
 pólios econômicos (Ford, General Motors, Esso), excluindo um estu-
 do sistematizado da realidade brasileira. 4) Porque não concordam
 que o ensino no Brasil seja planejado por técnicos estrangeiros,
 desconhecedores de nossas necessidades reais. 5) Porque lutam con-
 tra a Política Educacional do Governo que quer transformar o ensi-
 no gratuito em ensino pago".

q. Durante a parada no cine Brasília, diversos elementos cir-
 cularam ao redor do massa aglomerada, fiscalizando os fotógrafos.

r. Para comparação, relacionamos os cartazes apresentados na
 passeata do dia 26 JUN 68, no RIO:

- "Liberdade". "Jornalista Contra a Ditadura".
- "Colchão Fechado - Luto".
- "Bancários Contra o Arrôcho Salarial"
- "Liberdade para os presos - ALES UBES".

(Continua...)

- C O N F I D E N C I A L -

- C O N F I D E N C I A L -

- 5/3 -

(Continuação da Informação 425/68-11a. RM)

"Abaixo a Política MEC-USAID".

"Menos Bomba mais Instrução".

"Abaixo a ditadura assassina".

"Nossos alunos têm razão - Abaixo a Ditadura".

"Fazer calar os moços é violentar nossas consciências -
Pudres e Religiosos".

"As Mães em Defesa dos Filhos".

"Reabriremos o Galabouço".

"Contra a Repressão".

"Artistas, Intelectuais, Clero e Povo com os Estudantes".

"Fora a ditadura dos patrões".

"Contra a Censura".

"Com Deus e a Família pela Liberdade - Soltem meu Filho".



- C O N F I D E N C I A L -

Doc. 34

CONFIDENCIAL

Am. 4/10/68
FICHADO

Ministério do Exército
Gabinete do Ministro
CIE/ADF

3928

Brasília - DF 16 OUT 1968

3.25

INFORMAÇÃO Nº 831

M. Ex. G. M. - CIE
PROTOCOLO
N.º 8754
Em 18 de Out de 1968
Providências <i>de</i>
<i>em F. Ampla - Fichas</i>
B. P. T.
<i>R. P. T.</i>

ASSUNTO OPOSICIONISMO EXACERBADO
 ORIGEM SNI/ABSB (Info 487/68)
 DIFUSÃO CIE
 DIFUSÃO ANTERIOR.: CH SNI, SNI/AC, 6ª Z Aé, 7ª DN, 11ª RM, DPF
 GM/2 M Aer

Esta Agência recebeu a seguinte Informação:

1. INTRODUÇÃO

- A oposição ao Governo, em termos de política, dentro e fora do Congresso Nacional, é feita pelos congressistas e líderes políticos, cassados ou não pela Revolução, sob dois ângulos: a oposição exacerbada e a comedida.
- É no MDB principalmente, como partido de oposição, que se abrigam os partidários das duas linhas citadas. Aos seus quadros, filia-se a maioria dos políticos oriundos dos diversos partidos outrora existentes, até o advento do A I nº 2, e que, ideologicamente, ou não, são contrários aos princípios da Revolução. Filiam-se ainda, os elementos que tiveram frustrados pelo movimento revolucionário os seus objetivos imediatistas. Na ARENA, também existem alguns políticos que fazem oposição ao Governo, por terem seus interesses pessoais contrariados.
- Na oposição exacerbada, identificam-se dois grupos de maior atividade: o dos políticos ligados à extinta FRENTE AMPLA (FA) e o do BLOCO PARLAMENTAR TRABALHISTA (BPT). Existe ainda um terceiro grupo composto por opositoristas que chamaremos de EMEDEBISTAS EXTREMADOS e que, em verdade, não chegam a compor um grupo com liderança e linha de conduta definidas.

2. FRENTE AMPLA

a. Histórico

Com a vitória da Revolução de Mar 64 e a posterior preparação do País para a reestruturação democrática; com as profundas modificações introduzidas na Constituição de 1946 e de que resultou a Carta de 67; com a supressão dos partidos políticos então existentes e o conseqüente advento do bipartidarismo, era

R. P. T.

CONFIDENCIAL

13 OUT 1968

(Continuação da Informação nº 83/ -CIE/ADF 16 OUT 1966)

- de se esperar, sob alguma forma, uma reação dos ligados ao antigo regime e dos inconformados com o estado revolucionário.
- CARLOS LACERDA (CL), logo após os primeiros meses da Revolução e não podendo impor-se como o seu líder exponencial, iniciou uma campanha contra o Governo do Marechal CASTELO BRANCO, alinhando uma série de argumentos, mas escondendo entretanto o principal, que era o de sentir a posição de sua candidatura à Presidência perder substância, rapidamente.
 - Após a edição do Ato Institucional nº 2 e à época da candidatura do atual Presidente da República, configurou-se por um momento, que CL compatibilizar-se-ia com a Revolução que ajudara a fazer. Isto se caracterizou quando procurou uma saída política, tentando aproximação com o atual Presidente da República, então candidato à Presidência, sem entretanto ter sido bem sucedido. Assim, já no final de 66, armou-se de um esquema de luta, que teve início pelo trabalho de aproximação com os seus antigos e maiores inimigos, através do lançamento da tese da FRENTE AMPLA.
 - Durante o primeiro semestre de 1967, o movimento ainda engatinhava e não completou sua organização. Houve uma tentativa de reaproximação de CL com o Governo chegando a ser notícia na ocasião, ter sido cogitado para chefiar a representação brasileira na organização das Nações Unidas (ONU).
 - Tal não se concretizando, CL continuou a arregimentar elementos da oposição, no que foi auxiliado diretamente pelo deputado RENATO ARCHER (MDB/MA) culminando seus contatos no famoso encontro com JK em Lisboa, tendo na oportunidade firmado um acordo político com o ex-Presidente. O impacto nas áreas, que ainda permaneciam discretamente apoiando CL, principalmente na militar, foi grande e ele perdeu praticamente o resto do apoio que ainda possuía no meio revolucionário. Em contrapartida, melhorou sua posição política nas áreas de oposição.
 - A partir do encontro de Lisboa, os liderados de JK começaram a engrossar as fileiras da FA, inclusive com parlamentares do partido do governo. O grupo trabalhista, inicialmente hesitou até que, após liberado por JG que usou como intermediário o Dep. OSWALDO LIMA FILHO (MDB/PE), aderiu em parte.
 - Alguns políticos de evidência cassados pela Revolução, não consideraram como estratégico nem tático o lançamento, aquela época

(Continuação da Informação nº 83/ -CIE/ADF 16 OUT 1968)

- ca, do movimento da FA.
- No início do 2º semestre de 67, houve por um prazo aproximado de 2 meses, um retraimento dos movimentos da FA por discordância entre seus membros sobre os rumos a seguir. A partir de então, o movimento recrudescceu em termos de organização e os fatos de maior importância foram, em sequência cronológica:
 - (1) - notícias na imprensa a respeito de uma nova reaproximação de CL com o Governo, com posterior desmentido;
 - (2) - início de uma campanha de "redemocratização" do País pelo MDB, com a ausência dos elementos frentistas, numa tentativa dos conservadores de manter o partido na liderança da oposição;
 - (3) - encontro de JK com JQ, tentando o primeiro convencer o segundo a entrar na FA, sem entretanto obter êxito;
 - (4) - informação do Min. da Justiça, de que determinaria o confinamento dos 2 elementos cassados (JK-JQ), caso ficasse comprovado que no encontro foram tratados assuntos políticos;
 - (5) - com a cassação dos direitos políticos do jornalista HÉLIO FERNANDES e seu posterior confinamento, CL fez publicar na imprensa uma série de artigos contendo ataques violentos ao Governo;
 - (6) - Surgiram sérias divergências nas lideranças do movimento, entre partidários do lançamento da candidatura do Sr CARLOS LACERDA à Presidência da República e elementos discordantes dessa opinião, alegando estes que, primeiramente, a FA deveria difundir seus principais objetivos para, em seguida, lançar candidaturas às eleições de 1970;
 - (7) - reunião de CL e JK, com os principais líderes da FA para traçarem normas de luta, ficando decidido que, inicialmente, seriam feitas campanhas, em recintos fechados, com esclarecimentos sobre a FA. Em uma segunda etapa, o movimento iria para as ruas;
 - (8) - lançamento de um manifesto da ARPA (Ação Revolucionária Parlamentar), liderada pelo deputado CLOVIS STENZEL (ARENA/RS), pedindo às autoridades o enquadramento da FA como organização atentatória à Segurança Nacional;
 - (9) - encontro de CL com JG, quando foi firmado um pacto e lida nota composta e assinada por eles, para órgãos de divulgação pública do Uruguai, Argentina e Brasil;

CONFIDENCIAL

(Continuação da Informação nº 83/ -CIE/ADF 16 OUT 1968)

- (10) - declaração pública de JG contrária à FA. Especulou-se que isto foi feito numa tentativa para conseguir do Go verno uma anistia isolada, aproveitando-se assim do momento psicológico criado pelo pacto JG/CL;
 - (11) - enfraquecimento do MDB ao perder a bandeira do revisionismo para a FA, bem como a maioria das ações e iniciativas de oposição, na área parlamentar;
 - (12) - a família VARGAS distribuiu nota, assinada por LUTERO VARGAS, condenando a FA quanto aos objetivos de seus fundadores e não propriamente contra os objetivos do movimento em si;
 - (13) - LEONEL BRIZOLA, MIGUEL ARRAES e SAMUEL WAINER e outros políticos de menor importância, condenaram o encontro de JG e CL;
 - (14) - início dos trabalhos preparatórios da FA para ganhar as ruas e cumprir assim o seu destino;
 - (15) - carta de JG aos janguistas que se encontravam em dúvida, conclamando-os a apoiarem a FA;
 - (16) - o Governo toma posição contra a FA, reúne a bancada federal da ARENA e conclama seus componentes a combaterem na no terreno político;
 - (17) - MIGUEL ARRAES e LEONEL BRIZOLA deixaram de hostilizar a FA e tomaram posição de neutralidade.
- Ao iniciar-se o ano de 1968, o movimento da FA estava em plena ascensão, aumentando dia a dia as críticas ao Governo e o estilo de oposição foi se tornando violento. Conclamou-se mesmo a derrubada do regime através da força. No CN a defesa do Govêr no era quase nula. Os poucos que rebatiam as críticas e as acusações, não pareciam fazê-lo com convicção e nem pareciam estar bem informados. O quadro tornou-se grave. Do início do corrente ano até o fim do primeiro semestre, foram os seguintes, os fatos mais importantes observados;
- (1) - pronunciamento político de CL no Teatro Municipal de São Paulo, falando em nome de JK e JG, tecendo críticas à política econômico-financeira do Governo, e tentando explicar sua união com os ex-presidentes. A repercussão foi negativa face às contradições primárias que, inclusive, foram focalizadas pela imprensa;
 - (2) - alastramento em cidades de várias regiões do território nacional, da decisão em outorgar títulos de "cidadão honorário" ao líder da FA;
 - (3) - programação das concentrações populares da FA, incluindo

inicialmente Governador Valadares, Recife e Campos (RJ). Em Governador Valadares o resultado da concentração foi criticado pelos próprios "frentistas", sendo a culpa do fracasso atribuído a JK, por não ter dada a cobertura necessária em território onde ele tinha influência.

- Como último recurso político e demonstrando querer minimizar a crise que vinha envolvendo o País, finalmente o Governo resolveu baixar, em princípios de abril, uma portaria através do Ministro da Justiça, proibindo em todo o território nacional as atividades da FA. Após a publicação da portaria, ainda em meio ao ambiente conturbado pelas ações estudantis e subversivas, os integrantes da FA que praticamente foram colhidos de surpresa, fizeram pronunciamentos dos mais violentos e lançaram um manifesto condenando a portaria, com ampla repercussão nos órgãos de divulgação pública da área.

Seguem-se abaixo os fatos relacionados como os mais marcantes, após o advento da portaria:

- (1) - foi observado um estado de estupefação entre os integrantes da FA após tomarem conhecimento da "portaria", tendo havido reunião dos principais líderes cujas decisões sobre os futuros rumos foram:
 - todos os movimentos já programados teriam a cobertura e responsabilidade do MDB;
 - seria criado outro movimento com nova sigla;
 - seria impetrado mandado de segurança junto ao STF;
 - haveria solidariedade aos líderes JK, JG e CL;
- (2) - seguiram-se outras reuniões, na GB, entre os líderes da FA. Noticiou-se a tentativa de CL de ingressar no MDB, havendo entretanto uma cerrada oposição do BPT, encabeçada pela Dep IVETE VARGAS;
- (3) - os frentistas da área juscelinista foram os primeiros a iniciar a dispersão da FA, seguidos pelos da área janguista;
- (4) - dias depois, CL viajou para a Europa tendo antes feito declarações à imprensa dando como morta a FA e um viva à "União Popular". Ao final de junho, especulações foram feitas na ausência de CL, entre elas a de que o líder teria se considerado desligado dos compromissos com os ex-companheiros; que estava sendo feito um movimento de aproximação de CL com o Governo e que JG se julgava sem compromissos com CL, considerando o movimento também encerrado;

(Continuação da Informação nº 83/ - CIE/ADF 16 OUT 1968)

(5) - CL tem-se mantido silente até o momento e, ao que tudo indica, procurando uma recomposição com seus antigos aliados.

b. Parlamentares envolvidos

1. Senadores

ADOLPHO FRANCO.....(ARENA/PR)-ex UDN(ligado CL)
 ARGEMIRO DE FIGUEIREDO.....(MDB/PB) -ex PTB(ligado LB)
 ARTHUR VIRGÍLIO.....(MDB/AM) -ex PTB(ligado JG)
 JOÃO ABRAHÃO.....(MDB/GO) -ex PSD(ligado JK)
 JOSAPHAT MARINHO.....(MDB/BA) -ex UDN(ligado JK)
 MARCELO DE ALENCAR(SUPLENTE)..(MDB/GB) - - - (ligado JK)
 MÁRIO MARTINS.....(MDB/EB) -ex PDC(ligado JK)
 SEBASTIÃO ARCHER.....(MDB/MA) -ex PSD(ligado JK)

2. Deputados

ADOLFO DE OLIVEIRA.....(MDB/RJ) -ex UDN(ligado CL)
 ALCEU DE CARVALHO.....(MDB/SP) -ex PTB(ligado JQ)
 ALTAIR LIMA.....(MDB/RJ) -ex PSP(ligado AB)
 ANTONIO MAGALHÃES.....(MDB/GO) -ex PSD(ligado JG)
 ANACLETO CAMPANELA.....(MDB/SP) -ex PCB(ligado LB)
 BERNARDO CABRAL.....(MDB/AM) -ex PTB(ligado JG)
 CELSO PASSOS.....(MDB/MG) -ex UDN(ligado CL)
 CHAGAS RODRIGUES.....(MDB/PI) -ex PTB(ligado JG)
 CID CARVALHO.....(MDB/MA) -ex PTB(ligado JG)
 CLEMENS SAMPAIO.....(MDB/BA) -ex PTB(ligado JK)
 DAVID LERER.....(MDB/SP) -ex PSB(ligado JQ)
 DOIN VIEIRA.....(MDB/SC) -ex UDN(ligado CL)
 EWALDO PINTO.....(MDB/SP) -ex MTR(ligado JQ)
 FEU ROSA.....(ARENA/ES)-||- - (ligado JG)
 GASTONE RIGHI.....(MDB/SP) -ex PCB(ligado JQ)
 HÉLIO NAVARRO.....(MDB/SP) - - - (ligado LB)
 HERMANO ALVES.....(MDB/GB) - - - (ligado CL)
 HENRIQUE HENKIN.....(MDB/RS) -ex PTB(ligado JG)
 HUMBERTO LUCENA.....(MDB/PB) -ex PSD(ligado JQ)
 JOÃO BORGES.....(MDB/BA) -ex PTB(ligado JG)
 JORGE CURY.....(ARENA/PR)-ex UDN(ligado CL)
 JOSÉ CARLOS GUERRA.....(ARENA/PE)-ex UDN(ligado CL)
 JOSÉ MARIA MAGALHÃES.....(MDB/MG) -ex UDN(ligado CL)
 LÍGIA DOUTEL DE ANDRADE.....(MDB/SC) - - - (ligado JG)
 LOPO COELHO.....(ARENA/GB)-ex PSD(ligado JK)

Revisado
→ cd.

(Continuação da Informação nº 83/ -CIE/ADF 16 OUT 1969)

MÁRCIO MOREIRA ALVES	(MDB/GB)	- - - - -
MÁRIO COVAS	(MDB/SP)	-ex PST(ligado JQ)
MÁRIO PIVA	(MDB/BA)	-ex PSD(ligado JK)
MÁRIO GURGEL	(MDB/ES)	-ex PTB(ligado LB)
MARIANO BECK	(MDB/RS)	-ex PTB(ligado JG)
MARTINS RODRIGUES	(MDB/CE)	- ex PSD(ligado JK)
MATA MACHADO	(MDB/MG)	-ex UDN(ligado JK)
MATHEUS SCHMIDT	(MDB/RS)	-ex PSB(ligado LB)
OSWALDO LIMA FILHO	(MDB/PE)	-ex PTB(ligado JG)
OTÁVIO CARUSO DA ROCHA	(MDB/RS)	-ex PTB(ligado JG)
OSMAR DE AQUINO	(MDB/PB)	-ex PTB(ligado JG)
PAULO CAMPOS	(MDB/GO)	-ex PSD(ligado JK)
PAULO MACARINI.....	(MDB/SC)	-ex PTB(ligado JG)
PADRE GODINHO	(MDB/SP)	-ex UDN(ligado CL)
RAUL BRUNINI	(MDB/GB)	-ex UDN(ligado CL)
REINALDO SANTANA	(MDB/GB)	- - - (ligado JK)
RENATO ARCHER	(MDB/MA)	-ex PTB(ligado JK)
SANTILI SOBRINHO	(MDB/SP)	-ex PRT(ligado LB)
SIMÃO DA CUNHA	(MDB/MG)	-ex UDN(ligado CL)
UNÍRIO MACHADO	(MDB/RS)	-ex PTB(ligado JG)
WILSON MARTINS	(MDB/MT)	-ex UDN(ligado CL)

c. Conclusões:

- Situaram-se no movimento da FA e liderando os seus respectivos seguidores, parlamentares ou não, políticos de projeção nacional entre eles CARLOS LACERDA e os ex-presidentes JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA e JOÃO GOULART. Este movimento foi o de maior amplitude e que mais violentamente serviu à causa anti-revolucionária, sob tôdas as formas e na mais radical das posições. Além dos seguidores dos líderes citados, filiaram-se ao movimento a maioria dos seguidores de LEONEL BRIZOLA; MIGUEL ARRAES, alguns ex-liderados de JG, alguns seguidores de JÂNIO QUADROS, socialistas e praticamente todos esquerdistas de tôdas as linhas.
- Observou-se também que os emedebistas da linha LB foram mais sensíveis aos argumentos da FA, que os da linha de JG. Explica-se o fato, tendo em vista que os janguistas são mais fiéis à tradição moderada, dentro do estilo do seu líder; já os brizolistas, não, inclinaram-se para a aliança comandada por CL porque nela viram possibilidades de desagregação política que não encontraram no MDB.

(Continuação da Informação nº 83/ -CIE/ADF 16 OUT. 1968)

- Os movimentos de rua realizados pelos estudantes, foram - sem dúvida e em parte, motivados pela excessiva liberalidade que vinha demonstrando o Governo, em permitir os movimentos ilegais e subversivos da FA. Sendo um dos principais objetivos da referida Frente o envolvimento dos estudantes e operários, configurou-se assim, uma grande e importante vitória daquele movimento. E o trabalho continua no meio estudantil, a FA foi extinta mas os seus adeptos continuam desfrutando a liberdade do regime que tanto combatem.

d. Estimativa

- A posição atual da FRENTE AMPLA é a de encerramento das atividades ostensivas, continuando mais ou menos frequentes, as reuniões dos seus líderes e feitas ao sabor dos acontecimentos político-estudantis, mas, secundando-os sempre. O retorno às atividades oposicionistas de repercussão anti-revolucionária é provável somente sob uma nova bandeira (levantada sob um novo impacto emocional na opinião pública viável em decorrência da situação estudantil) ou, pelo menos sob um novo nome (improvável mas possível dependendo da evolução dos acontecimentos).

3. BLOCO PARLAMENTAR TRABALHISTA

a. Histórico

- A idéia do movimento oposicionista conhecido por Bloco Parlamentar Trabalhista (BPT), surgiu logo depois do "pacto de Montevideu" entre CL e JG, quando a deputada IVETE VARGAS, como representante mais categorizada dos liderados de GETÚLIO VARGAS e representando também o pensamento da família do ex-presidente, disse que os verdadeiros petebistas jamais poderiam aliar-se ao seu maior inimigo, desautorizando também JG de falar em nome dos ideais de VARGAS.
- Em princípio do corrente ano, a deputada conseguiu junto a seus pares do CN, número regimental de assinaturas suficiente para que fôsse formado o BPT. No início de março 68, após reunião entre líderes do Movimento dentre os quais os deputados IVETE VARGAS e MILTON REIS, com a presença de um representante da FA, que ali se encontrava para convencer os

CONFIDENCIAL

(Continuação da Informação nº 831 -CIE/ADF 16 OUT 1968)

componentes do Bloco a desistirem de consolidá-lo e ingres-
sarem na Frente, foi oficialmente formado o BPT; LEONEL BRI
ZOLA apoiou o movimento e voltou a hostilizar a FA.

b. Parlamentares envolvidos

- DEPUTADOS

- IVETE VARGAS(MDB/SP)-ex PTB (líder)
- MILTON REIS(MDB/MG)-ex PTB (ligado IV)
- ARIO TEODORO(MDB/RJ)-ex PTB (ligado IV)
- EDESIO NUNES(MDB/RJ)-ex PTB (ligado IV)

c. Conclusão

- O movimento do BPT que vem desenvolvendo atividades políti-
cas quase insignificantes, comparadas às atividades da ex-
tinta FA, grupa os seguidores mais leais de GETÚLIO VARGAS,
liderados hoje pela deputada IVETE VARGAS (MDB/SP), bem co-
mo alguns que obedeciam à orientação política de JG até mar-
ço 64.
- Este grupo entretanto não criou corpo; sua tendência foi sem-
pre a de ser absorvido pela FA e, quando se apresenta uma
oportunidade, seus líderes proclamam lealdade ao trabalhís-
mo de VARGAS.

4. EMEDEBISTAS EXTREMADOS

a. Histórico

- No grupo de Emedebistas Extremados, situam-se parlamentares
(alguns da FA ou do BPT) e políticos de alguma projeção, li-
gados à JQ, JG, JK e LB além de alguns pertencerem a parti-
dos comunistas, fora da lei. O nível de radicalismo desse -
grupo não é mais baixo que a dos demais e fazem oposição sis-
temática.

b. Parlamentares envolvidos

1. Senadores

- AARÃO STEINBRUCH(MDB/RJ)-ex PTB(ligado JG)
- ARTHUR VIRGÍLIO(MDB/AM)-ex PTB(ligado JG)
- JOÃO ABRAHÃO(MDB/GO)-ex PSD(ligado JK)
- JOSAPHAT MARINHO(MDB/BA)-ex UDN(ligado JK)
- MARCELO DE ALENCAR(suplente).(MDB/GB)----- (ligado JK)
- MÁRIO MARTINS(MDB/GB)-ex PDC(ligado JK)
- LINO DE MATOS(MDB/SP)-ex PTN(ligado JQ)

Recibido

2. Deputados:

- + ANACLETO CAMPANELA(MDB/SP)-ex PCB(ligado LB)
 CID CARVALHO(MDB/MA)-ex PTB(ligado JG)
 + DAVID LERER.....(MDB/SP)-ex PSB(ligado JQ)
 DOIN VIEIRA(MDB/SC)-ex UDN(ligado CL)
 + EWALDO PINTO(MDB/SP)-ex MTR(ligado JQ)
 + GASTONI RICHI(MDB/SP)-ex PCB(ligado JQ)
 GETÚLIO MOURA(MDB/RJ)-ex PSD(ligado JG)
 + HÉLIO NAVARRO(MDB/SP)(ligado LB)
 + HERMANO ALVES(MDB/GB)(ligado CL)
 HUMBERTO LUCENA(MDB/PB)-ex PSD(ligado JQ)
 + JOSÉ MARIA MAGALHÃES(MDB/MG)-ex UDN(ligado CL)
 JÚLIA STEINBRUCH(MDB/RJ)(ligado JG)
 LEO NEVES(MDB/PR)-ex PTB(ligado LB)
 + MÁRCIO MOREIRA ALVES(MDB/GB)
 + MARIANO BECK(MDB/RS)-ex PTB(ligado JG)
 + MÁRIO COVAS(MDB/SP)-ex PST(ligado JQ)
 + MÁRIO PIVA(MDB/BA)-ex PSD(ligado JK)
 + MATA MACHADO(MDB/MG)-ex UDN(ligado JK)
 + MATHEUS SHMIDT(MDB/RS)-ex PSB(ligado LB)
 + MARTINS RODRIGUES.....(MDB/CE)-ex PSD(ligado JK)
 + MAURILIO FERREIRA LIMA (Sup).(MDB/PE)-ex PTB(ligado JG)
 + OSWALDO LIMA FILHO(MDB/PE)-ex PTB(ligado JG)
 OTAVIO CARUSO DA ROCHA(MDB/PA)-ex PTB(ligado JG)
 + PAULO CAMPOS(MDB/GO)-ex PSD(ligado JK)
 PAULO MACARINI.....(MDB/SC)-ex PTB(ligado JG)
 + PADRE VIEIRA(MDB/CE)(ligado JK)
 + RAUL BRUNINI(MDB/GB)-ex UDN(ligado CL)
 SIMÃO DA CUNHA(MDB/MG)-ex UDN(ligado CL)
 + UNÍRIO MACHADO(MDB/RS)-ex PTB(ligado JG)

c. Conclusão

- Os emedebistas extremados contribuem para o trabalho oposicionista de desgaste do Governo, inclusive prejudicando os trabalhos legislativos e induzindo à repercussão emocional na opinião pública. Vale dizer que dispõem de franca cobertura no Congresso, mesmo na ala conservadora, geralmente com destaque e conhecimento dos elementos governistas. Assim, além dos objetivos imediatos, realizam proveitoso trabalho para os próximos pleitos eleitorais.

5. CONCLUSÃO GERAL

Mesmo admitida a oposição como válida e necessária ao processo democrático, o que se vê na exacerbação da oposição, é uma perfeita sintonia, consciente (ou não, de parte de alguns prováveis ingênuos) com as táticas e as técnicas da guerra revolucionária, de caráter rebelde.

6. ESTIMATIVA

- a. A menos que um sério trabalho coordenado sobretudo ofensivo, entre o Poder Executivo e a ARENA, seja levado a efeito, com inteligência e determinação, o oposicionismo exacerbado continuará a minar com consequências obviamente previsíveis, os alicerces da nova estrutura nacional que a Revolução de março de 64 pretende implantar.
- b. Esta estimativa avulta de importância, em particular quando considerados os seguintes aspectos:
- o oposicionismo exacerbado pode continuar em crescendo, sensibilizando até as Forças Armadas, e criar condições críticas para o 2º Governo da Revolução;
 - este Governo terá que contar com a maioria do atual congresso para a sua sucessão que deverá assegurar, sob óbvia pena, a continuidade revolucionária."

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE/ADF

Brasília, DF, 30 OUT 1968

INFORMAÇÃO Nº 884 CIE/ADF

PN-56

ASSUNTO Cassação de mandato
ORIGEM Info nº 575/SNI/ABSB/25 Out 68
DIFUSÃO CIE - P: E/17
DIFUSÃO ANTERIOR.. Ch SNI - GM2 - SNI/AC - 7º DN - 11ª RM - 6ª ZAe

Esta Agência recebeu a seguinte informação:

- "1. Na 5ª feira última, dia 17, estiveram reunidos, em caráter reservado, com o Senador OSCAR PASSOS, os deputados do MDB - MÁRIO COVAS, MARTINS RODRIGUES, WILSON MARTINS, PAULO CAMPOS, LIGIA DOUTEL DE ANDRADE e PAULO MACARINI, com o objetivo de fazerem uma apreciação a respeito da cassação do mandato do Depº MÁRCIO MOREIRA ALVES.
2. Essa apreciação consistiu no seguinte:
- louvar-se no art 34 da Constituição Federal para mostrar a ilegalidade do pedido de cassação;
 - evitar o "quorum" para votação em plenário;
 - ouvir juristas renomados, como NELSON HUNGRIA, SOBRAL PINTO e outros, para saber a respeito de suas opiniões;
 - alertar os Senadores e Deputados do MDB no sentido de evitar-se quaisquer ataques às Forças Armadas, nos debates que se sucederão ao caso da cassação;
 - examinar os conceitos emitidos no discurso do Dep MÁRCIO MOREIRA ALVES, que deram causa ao pedido de sua cassação, mesmo achando a maioria que aquele deputado excedeu-se nos ataques às Forças Armadas, apesar do "ad referendum" das lideranças e do próprio Partido.
3. Aquêles parlamentares estão convictos de que a Câmara negará o pedido de cassação. Acham que dentro da ARENA a maioria também não concordará com o pedido.
4. O Dep MÁRCIO MOREIRA ALVES foi aconselhado a manter-se reservado e não procurar inflamar mais a crise reinante; que procure, inclusive, reconhecer seu erro nos conceitos emitidos em seu discurso, num desagravo às Forças Armadas.

An. 4.8.

N.º P.º. 264.4.P. 103

Ministério do Exército
Gabinete do Ministro
CIE/ADF

Brasília - DF 23 DEZ 68

INFORME Nº 1040/68

ASSUNTO..... Comissão Nacional de Mobilização Popular
 ORIGEM..... DOPS/DPF (Enc 216/68)
 CLASSIFICAÇÃO..... S/C (na Origem)
 DIFUSÃO..... CIE -PE/17
 DIFUSÃO ANTERIOR..... SNI/ASB, 114RM, 7ª DN, PM/DF, USP/DF, 6ª ZAS,
 DO/DPF
 ANEXO..... Cópia de documentos

- Em anexo, os seguintes documentos, do Movimento Democrático Brasileiro - Comissão Nacional de Mobilização Popular, encontrados no apartamento de nº 821 do HOTEL NACIONAL/Brasília, de Deputado // MAURILIO FERREIRA DE LIMA.

- 1 - PLANO DE PROPAGANDA PARA A COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO POPULAR
- 2 - REGIMENTO INTERNO DA " " "
- 3 - COMPOSIÇÃO DA " " "
- 4 - RESOLUÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO M.D.B.

.....

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - M.D.B.

CMP-001/68

Comissão Nacional de Mobilização Popular

RESOLUÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO M.D.B.

"Dispõe sobre a Comissão de Mobilização Popular do Movimento Democrático Brasileiro (M.D.B.)"

Art. 1º - A Comissão de Mobilização Popular, criada pelo Art. 14 e seu parágrafo único, dos Estatutos aprovados pela III Convenção Nacional do M.D.B., é o órgão especial de propaganda política do Partido.

Art. 2º - Os membros da Comissão de Mobilização Popular - órgão auxiliar, subordinado à Comissão Executiva Nacional - serão eleitos para um período de dois anos de mandato, pelo Diretório Nacional.

Art. 3º - A Comissão de Mobilização Popular será constituída de 22 (vinte e dois) membros, dentre os quais serão eleitos um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário Geral, um Secretário de Propaganda e um Tesoureiro.

Art. 4º - É dever da Comissão Nacional de Mobilização Popular promover contatos com Sindicatos de Classe, com Associações Profissionais e Entidades Estudantis, criar organizações municipais e de bairros, visando propagar e defender, através do diálogo democrático com o povo, o programa, as decisões e a ideologia do Partido.

Art. 5º - A Comissão de Mobilização Popular oferecerá periodicamente, sugestões à Comissão Executiva Nacional, que visem a dinamizar o Partido.

Art. 6º - Nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, serão criadas, com a mesma estrutura estabelecida para a Comissão Nacional de Mobilização Popular, as Comissões Regionais de Mobilização Popular, que funcionarão interligadas e nos mesmos moldes da Nacional.

Art. 7º - A competência da Comissão de Mobilização Popular e as atribuições de seus componentes e das sub-comissões porventura criadas, deverão ficar especificadas no Regimento Interno, a ser submetido à aprovação da Comissão Executiva Nacional, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da vigência desta Resolução.

Art. 8º - As despesas com o funcionamento da Comissão Nacional de Mobilização Popular serão cobertas pelo Movimento Democrático Brasileiro, dentro das disponibilidades financeiras do Partido, e as com o funcionamento das Regionais, pelo M.D.B. estadual.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação pela Comissão Executiva Nacional, "ad referendum" do Diretório

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - M.D.B
Comissão Nacional de Mobilização Popular

CMP-003/68

C O M P O S I Ç Ã O

PRESIDENTE:	Senador JOSAPHAT MARINHO	(BA)
VICE-PRESIDENTE:	Deputado JOÃO BERCULYNO	(MG)
SECRETÁRIO GERAL:	Deputado ALCEU DE CARVALHO	(SP)
SECRETÁRIO DE PROPAGANDA	Deputado MARCIO MOREIRA ALVES	(GB)
TESOUREIRO	Deputado HENRIQUE HENKIN	(RGS)
MEMBROS:	Deputado RUY LINO	(AC)
	Deputado JOEL FERREIRA	(AM)
	Deputado JOÃO MENEZES	(PA)
	Deputado JOSÉ BURNETT	(MA)
	Deputado CHAGAS RODRIGUES	(PI)
	Deputado MARTINS RODRIGUES	(CE)
	Deputado HUMBERTO LUCENA	(PB)
	Deputado OSWALDO LIMA FILHO	(PE)
	Deputado CLETO MARQUES	(AL)
	Deputado JOSÉ CARLOS TEIXEIRA	(SE)
	Deputado ARGILANO DARIO	(ES)
	Deputado JOSÉ MARIA RIBEIRO	(RJ)
	Deputado ERASMO MARTINS PEDRO	(GB)
	Deputado ANAPOLINO DE FARIA	(GO)
	Deputado WILSON MARTINS	(MT)
	Deputado LEO NEVES	(PR)
	Deputado PAULO MACARINI	(SC)

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - M.D.B.
Comissão Nacional de Mobilização Popular

CMP-006/68

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO POPULAR

Art. 1º - A Comissão Nacional de Mobilização Popular, órgão especial encarregado da difusão dos princípios programáticos do M.D.B. e principalmente da arregimentação para restauração da democracia, criado conforme o disposto no art. 41, parágrafo único, dos Estatutos Partidários, terá suas atividades reguladas pelo presente Regimento Interno.

Art. 2º - A Comissão Nacional de Mobilização Popular, que é órgão Auxiliar e diretamente subordinado à Comissão Executiva Nacional do Partido, é composta de 22 (vinte e dois) membros eleitos para o mandato de dois anos, pelo Diretório Nacional.

Art. 3º - A Comissão Nacional de Mobilização Popular é dirigida por uma Diretoria composta de cinco membros, escolhidos em escrutínio secreto e por maioria relativa; eleitos por um período de dois anos para os seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral, Secretário de Propaganda e Tesoureiro.

Art. 4º - Compete à Comissão Nacional de Mobilização Popular:

a - eleger sua Diretoria;

b - promover contatos e entendimentos com sindicatos de classe, associações profissionais, entidades estudantis, organizações religiosas e culturais, visando debates de temas e problemas nacionais e a promoção de campanhas de informação e esclarecimento da opinião pública;

c - criar, de comum acordo com os Diretórios Regionais, Comissões Regionais de Mobilização Popular nos Estados, Territórios e Distrito Federal, às quais pertencerá, necessariamente, o elemento que represente a respectiva região junto à Comissão Nacional;

d - incentivar, por todos os meios a seu alcance, a criação e instalação de organizações nacionais, regionais, estaduais, municipais e distritais que visem a defender, difundir e propagar as teses constantes do programa do Partido.

DA DIRETORIA

Art. 5º - Compete à Diretoria:

a - deliberar sobre a realização de concentrações e comícios públicos em qualquer parte do território nacional;

b - representar a Comissão Nacional nas concentrações, reuniões, comícios ou solenidades para que tiver sido convidado e promover debates sobre temas e problemas nacionais nestas concentrações, ou em outras reuniões, na forma da alínea "b" do art. 4º.

c - designar e credenciar elementos para procederem a Conferências e Palestras, em qualquer ponto do território nacional;

d - ouvir o representante estadual junto à Comissão Nacional, quando da realização de qualquer ato no Estado ou Região que o mesmo represente;

e - dar caráter prioritário, na ação de propaganda, às regiões onde mais próximamente serão realizadas eleições.

f - cooperar, por todos os meios na organização das Comissões Regionais de Mobilização Popular.

DO PRESIDENTE

Art. 6º - Compete ao Presidente:

a - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias, determinando dia, local e hora;

b - abrir as reuniões, dirigir seus trabalhos e encerrá-las;

c - manter a ordem dos trabalhos, observando e fazendo observar este Regimento;

d - cumprir as resoluções da Comissão Nacional;

e - designar comissões ou, separadamente, qualquer membro da Comissão Nacional, para representá-la nos atos onde deva comparecer;

f - assinar as resoluções tomadas pela Comissão Nacional que devam ser comunicadas a terceiros;

g - assinar, facultativamente, a correspondência da Diretoria;

h - assinar, juntamente com o tesoureiro, os cheques emitidos.

DO VICE-PRESIDENTE

Art. 7º - Compete ao Vice-Presidente substituir ao Presidente, na eventualidade de suas faltas.

DO SECRETÁRIO GERAL

Art. 8º - Compete ao Secretário-Geral:

- a - lavrar e proceder à leitura das atas das reuniões da Comissão Nacional;
- b - ler e despachar o expediente;
- c - manter em dia a correspondência da Comissão Nacional, assinando-a;
- d - assinar com o Presidente as Atas das reuniões da Comissão Nacional, bem como as Resoluções a serem comunicadas.

DO SECRETÁRIO DE PROPAGANDA

Art. 9º - Compete ao Secretário de Propaganda:

- a - elaborar o plano geral de propaganda em todo o território nacional;
- b - auxiliar o Secretário-Geral em todas as suas tarefas e deveres;
- c - sugerir as medidas e meios necessários à maior e mais eficiente difusão dos trabalhos da Comissão Nacional;
- d - cooperar com as comissões regionais na programação dos trabalhos de propaganda;
- e - representar a Comissão Diretora junto às organizações publicitárias, estações de rádio, canais de televisão e jornais, assinando a respectiva correspondência juntamente com o Secretário-Geral.

DO TESOUREIRO

Art. 10 - Compete ao Tesoureiro:

- a - diligenciar no sentido da obtenção de recursos e de numerário para a execução dos planos de propaganda;
- b - efetuar os recebimentos de contribuições feitas à Comissão Nacional de Mobilização Popular e o pagamento das dívidas e obrigações da mesma, assinando os cheques juntamente com o Presidente;

c - zelar pelo perfeito equilíbrio das finanças da Comissão Nacional de Mobilização Popular, numa ação conjugada com o Secretário de Propaganda para a perfeita adequação dos planos de difusão aos recursos disponíveis.

DAS REUNIÕES

Art. 11 - A Comissão Nacional de Mobilização Popular se reunirá ordinariamente cada quinzena, em dia, local e hora previamente designados pela Diretoria, fazendo-o extraordinariamente sempre que necessário, com aviso prévio de, no mínimo, vinte e quatro horas.

Art. 12 - As deliberações serão tomadas com a presença da maioria dos membros da Comissão Nacional de Mobilização Popular.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 - Os recursos contra os atos e deliberações da Diretoria serão submetidas ao plenário da Comissão.

Art. 14 - Os membros da Comissão Nacional de Mobilização Popular poderão indicar suplentes entre outros membros do Diretório Nacional, para substituí-los nos seus impedimentos.

Art. 15 - Nos casos omissos aplicar-se-á por analogia o Estatuto Partidário e quando este não couber a matéria será decidida pela maioria da Comissão, cabendo recurso para a Comissão Executiva Nacional do M.D.B.

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB
Comissão Nacional de Mobilização Popular

CMP-007/68.

PLANO DE PROPAGANDA PARA A COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO POPULAR

1. OBJETIVO

O objetivo da mobilização popular é restituir ao povo a confiança em si para, como força organizada e consciente, desempenhar com destemor o papel que lhe cabe na vida política do País. Visando este objetivo, entrará em contato com sindicatos, organizações religiosas e culturais, associações profissionais, entidades estudantis e organizações municipais e de bairro para promover a propaganda do programa partidário que, acreditamos, contém as principais aspirações da grande maioria do povo brasileiro.

2. MEIOS

Os meios para a mobilização popular terão de ser flexíveis, adaptando-se aos acontecimentos políticos e às possibilidades do Partido em cada Estado ou região, inclusive quanto ao acesso ao rádio e TV, frequentemente restringido à oposição.

A classe estudantil é a mais atuante no presente momento político brasileiro. Já tem os estudantes uma organização própria, estando a muito tempo na vanguarda das lutas populares, sobretudo na rua. Desta forma, poderemos entrar em contato com as entidades estudantis do Brasil inteiro para estabelecer junto a elas um plano de debates sobre assuntos da atualidade. Os temas que mais impressionam a mocidade estudantil são: acôrdos MEC-USAID; democratização e reforma da Universidade; desenvolvimento tecnológico, especialmente no setor de energia nuclear; venda de terras e de indústrias a estrangeiros e influência imperialista no Brasil; planos de elitização da Universidade, através de cobrança de anuidades e da transformação das escolas superiores federais existentes em fundações; domínio de grupos militaristas.

Podemos escolher e colocar à disposição das entidades estudantis um elenco de conferencistas especializados, pertencentes aos quadros do Partido. É preciso ter-se em mente a grande pujança e progressivo engajamento de movimento secundarista no País. Os colégios estaduais e os institutos de educação deverão ser integrados em qualquer plano de mobilização junto aos jovens.

No setor sindical a promoção da mobilização popular versará preferencialmente sobre os temas de direto interesse das classes trabalhadoras, tais como arrocho salarial, restrições à liberdade sindical, restrições à greve, etc. Serão organizadas caravanas de

porta de fábrica para que os parlamentares do M.D.B. levem aos próprios locais de trabalho a mensagem partidária.

Um caminho para mobilizar a classe média poderá ser o entrosamento com as associações profissionais. Assim, as associações de funcionários públicos seriam sensíveis à análise da contenção salarial, da reforma administrativa, do projeto dos "ociosos", etc; as associações médicas e os grupos religiosos poderiam desejar conhecer, por exemplo, os resultados da CPI sobre controle da natalidade; os advogados têm-se mostrado dispostos a protestar contra o cerceamento de suas atividades profissionais pelos encarregados dos IPMs e pelo Decreto de Segurança Nacional; os engenheiros têm promovido debates e campanhas contra a desnacionalização da tecnologia brasileira e os intelectuais têm-se mobilizado em torno dos direitos de livre expressão de pensamento e de criação artística. Contatos com os grupos e entidades que congregam essas categorias deverão estar no programa de mobilização:

3. PRIORIDADES GEOGRÁFICAS

Dada a imensa extensão de nosso País, teremos de estabelecer prioridades geográficas para a campanha de mobilização. Essas prioridades deverão atender, não apenas os objetivos fundamentais, como imediato interesse partidário. Desde logo coloca-se como necessária a ajuda da bancada nacional aos companheiros dos Estados onde este ano serão realizadas eleições municipais. São esses Estados: Alagoas, Amazonas, Pernambuco, Paraíba, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

4. PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO DA MOBILIZAÇÃO

É necessário que se criem pólos de desenvolvimento da campanha de mobilização, a fim de se obter um rendimento ótimo para os esforços desenvolvidos. Esses pólos de mobilização, para os quais convergiriam os conferencistas, devem ser os centros de maior influência regional, mesmo que nêles a situação local do Partido não seja excepcional. Quando se programar uma caravana para um Estado, deverá / ela subdividir-se para estar presente em cada um dos pólos de desenvolvimento regional da mobilização. Desta forma, obter-se-ão tanto os resultados do impacto de propaganda na imprensa com a chegada de um grupo numeroso à Capital, como o de incentivo aos companheiros de interior com a presença de parlamentares federais em suas respectivas regiões.

5. DATAS

Tanto quanto possível devem ser aproveitados os fins de semana - de sexta a segunda-feira - para as atividades da mobilização popular nos Estados, tendo em vista a necessidade de presença de Deputados em Brasília durante a semana. Pelo menos duas caravanas deverão ser organizadas por mês, a partir de 13 de maio. A escolha / dos Estados deverá ser feita segundo as possibilidades de mobilização avaliada pelos responsáveis e em entrosamento com as respectivas comissões locais.

Durante o recesso parlamentar de julho poderá haver uma dinamização dessas atividades.

6. PAPEL DA BANCADA NACIONAL

É preciso ter-se em vista que o papel da bancada nacional é sobretudo o de incentivar e animar os esforços locais de mobilização. Os resultados que poderemos colher dêsse trabalho serão ditados pela capacidade das seções estaduais e municipais de abrirem / seus quadros aos que pelo Brasil a fora vêm frustrados seus ímpetos de inconformismo pela falta de organização adequada.

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-Y-X-X-

An. 7.9.

República
 FERNANDO PESSOA DA ROCHA PALANOS
 CF. DIRETOR

cc - no mkt 10

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

MINISTÉRIO DA MARINHA

DATA / 8 / 1 / 1969 Nº 0045

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

ORIGEM: XXX~~XXX~~ / INFORMAÇÃO / ~~XXX~~REFERENCIA: XXXDISSEMINAÇÃO: GMM - CEMA - CSN - CENIMAR.

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX

(Preenchido pelo recebedor)

PARA ADIDOS - País de origem ----- País/área a que se refere -----

PAULO MACARINI - Deputado Federal (MDB/SC).

- Pertenceu ao ex-PTB.

FEV/1964 - Implicado no Relatório sobre Subversão em Municípios Catarinenses.MAR/1965 - Assinou o Manifesto dos Deputados em apóio aos intelectuais e contra a linha da Revolução.JUL/1965 - Envolvido em atividades subversivas na área de Santa Catarina.SET/1965 - Requeru a formação de CPI para apurar as causas "da perseguição do governo à Universidade de Brasília".JUL/1966 - Atacou a política econômica-financeira do Governo da Revolução.NOV/1966 - Eleito deputado com o apóio do PCB (IPM sobre guerrilheiros na Foz do Iguaçu).AGO/1967 - Afirmou que a prisão de FLAVIO TAVARES foi arbitrária e que a invasão de sua residência e a busca lá efetuada pelo DOPS foi um "ato policialesco".- Contra o confinamento de HELIO FERNANDES.- Fez parte da Mesa no discurso de MARIO COVAS, em Itajaí (SC), onde a tônica foi de ataques ao Governo e as Forças Armadas.OUT/1967 - Apresentou projeto de lei criando auxílio-asilo (destinado a prestar auxílio financeiro aos dependentes daqueles que estejam asilados ou venham a se asilar).CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

Fernando de Azevedo
FERNANDO PESSOA DA ROCHA PARANHOS
CF - DIRETOR
cc - momento

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / 8 / 1 / 1969 Nº 0045

~~XXXXXXXX~~ INFORMAÇÃO / ~~XXXXXXXX~~
ORIGEM: XXX
REFERENCIA: XXX
DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX
(Preenchido pelo receptor)

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

- Responsabilizou o Govêrno pelo fechamento da UNB.
- MAR/1968 - Ligado ao Movimento Estudantil no Rio Grande do Sul.
- Afirmou que "os sindicatos irão à rua lutar pela revogação do chamado arrôcho salarial", declarando ainda que tal movimento "conta com o apôio e a solidariedade do MDB".
- Criticou o Orçamento plurianual de investimentos afirmando que êle "concede muito mais recursos às Fôrças Armadas do que a educação do povo".
- Deu apôio aos pronunciamentos e campanha política de HELDER CAMARA.
- ABR/1968 - Afirmou que o Govêrno, ameaça o Congresso como instituição e referiu-se ao projeto que enquadra alguns municípios na área de Segurança Nacional como "cassamento da autonomia - de 68 municípios".
- Apresentou um projeto de emenda colocando a anistia política como matéria exclusiva do Congresso (sem possibilidade de veto pelo Executivo).
- JUN/1968 - Desfilou a frente de passeata de estudantes, em Brasília.
- Declarou que "o regime de minoria militarista já deu demonstrações de sua incapacidade e incompetência, especialmente nos campos econômico e social" e acusou o Govêrno de pretender "militarizar o ensino".
- Na III Convenção Ordinária do Parlamento Latino-Americano - apresentou proposição a favor da anistia dos condenados po-

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

Refundado
FERNANDO PESSOA DA ROCHA PARANHOS
CF. DIRETOR *cc. no ato.*

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / 8 / 1 / 1969 Nº 0045

~~XXXXXXXX~~/INFORMAÇÃO/~~XXXXXXXX~~

ORIGEM: XXX
REFERENCIA: XXX
DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo recebedor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

- líticos da América Latina.
- JUL/1968 - Volta a apoiar HELDER CÂMARA.
- A propósito de passeatas estudantis afirmou que "fica com os jovens e que a Polícia perturba".
- AGO/1968 - Apresentou projeto de lei concedendo anistia a todos que estivessem envolvidos nos acontecimentos que se sucederam à morte de EDSON LUIZ.
- Considerou a alta do dolar como "mais um ato de entreguismo".
- Participou da passeata estudantil de 28/6/1968, em Brasília.
- SET/1968 - Referiu-se a prisão de elementos subversivos na Universidade de Brasília como "cruel quadro de um povo triste e uma nação humilhada pela brutal e sangrenta invasão do campus da Universidade de Brasília".-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

---ooOoo---

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS
(Art. 62 - Dec. n.º 60:417/67 - Regulamento
para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos):

CONFIDENCIAL



N8. Pra. C.S.S. 264.4, P. 116

An. 4.10.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PRONTUÁRIO Nº _____

NOME: MACRINI - Paulo

OBS: Deputado Federal - MDB/SC

06.10.67

-Residências:-Brasília-Av.W/3-Q/46-Grupo 2/B --
casa-5-Fone:-42-9869 - Capinzal/SC-Rua 15 Novembro,
432 -Fone:- 86.

-Participou da Comitativa Chefiada pelo Deputado Federal Mário Covas Junior, juntamente com os Deputados Federais Ligia Doutel de Andrade, // Francisco Amaral, e Eugenio Doin Vieira no Estado de Santa Catarina. Em Florianópolis foi cumprido extenso programa, pela comitativa. Faziam parte da II-Concentração do Movimento Democrático Brasileiro-MDB em Criciúma/SC. As palestras proferidas pelo Deputado Mário Covas Junior tiveram como tônica uma campanha contra o Acôrdo MEC-USAID, bem como as diretrizes do governo que tange ao setor educacional; Conclamou a todos os presentes um engajamento em massa para a derrubada da situação atual.

Ofº.47/SDR/SC/67 - Ref. P.701/002

Rel.s/nº/SDR/SC/67 - Ref. P.701/002

17. 12. 68

-Membro da Comissão Nacional de Mobilização Popular do MDB.

CMP-003/68

Ref. P.DOP/DOPS/020

PAULO MACARINI

Histórico

Em 18 Jul 68 - Manifestou a DAVI LERER, que se dizia sitiado pela
Fôrça Pública no Sindicato de Osasco juntamente com
operários, o propósito de pedir providências à Li-
derança do MDB para acabar com a violência policial.